



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS/CAMETÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CULTURA
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO E CULTURA
LINHA DE PESQUISA EDUCAÇÃO BÁSICA, TECNOLOGIA, TRABALHO E
MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMAZÔNIA**

DÉRCIO COELHO PINTO

**NOS ENTORNOS DA CIDADE DE CAMETÁ (DÉCADAS DE 1980-
2000): um estudo da ocupação da terra e formas de trabalho e moradia**

CAMETÁ-PA
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo autor

R175c Pinto, Dércio Coelho

Nos entornos da cidade de Cametá (décadas de 1980-2000): Um estudo da ocupação da terra e formas de trabalho e moradia / Dércio Coelho Pinto. ----- 2019.
153 f. il,

Orientador(a): Prof. Dr. Francivaldo Alves Nunes
Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em
Educação e Cultura, Campus Universitário de Cametá,
Universidade Federal do Pará, Cametá, 2019.

1. Ocupação de terras. Cidade. Trabalho. Moradia... I. Título.

CDD 370

DÉRCIO COELHO PINTO

**NOS ENTORNOS DA CIDADE DE CAMETÁ (DÉCADAS DE 1980-
2000): um estudo da ocupação da terra e formas de trabalho e moradia**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura, na Linha de Pesquisa Educação Básica, Tecnologia, Trabalho e Movimento Sociais na Amazônia, do Campus Universitário do Tocantins/Cametá da UFPA, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Francivaldo Alves Nunes.

CAMETÁ-PA
2019

DÉRCIO COELHO PINTO

**NOS ENTORNOS DA CIDADE DE CAMETÁ (DÉCADAS DE 1980-
2000): um estudo da ocupação da terra e formas de trabalho e moradia**

Esta Dissertação foi julgada adequada à obtenção do título de Mestre em Educação e Cultura e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura, na Linha de Pesquisa Educação Básica, Tecnologia, Trabalho e Movimento Sociais na Amazônia, do Campus Universitário do Tocantins/Cametá, Universidade Federal do Pará.

Data de avaliação: 25/04/2019.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Francivaldo Alves Nunes (Presidente)
(Orientador – PPGEDUC/UFPA)

Prof. Dr. Eraldo Souza do Carmo
(Membro interno – PPGEDUC/UFPA)

Prof. Dr. José Dias Junior
(Membro externo –UFPA)

Prof. Dr. Adilson Junior Ishihara Brito
(Suplente – UFPA)

CAMETÁ-PA
2019

A Deus nosso pai, pela vida.

A Milton Mendes (*in memoriam*), Maria Rosa (*in memoriam*), e Benedito (*in memoriam*), que sempre apoiaram e incentivaram os meus estudos, contribuindo com palavras e recursos financeiros para prosseguir na carreira estudantil.

Aos trabalhadores e trabalhadoras, aos movimentos sociais e sem terras da cidade de Cametá, que lutam por trabalho e terra e acreditam nas possibilidades de mudança, a partir de uma nova construção de relações humanas baseadas na justiça e na igualdade social para todos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, força daqueles que acreditam em sua existência, paz e sabedoria para os que buscam e conseguem por meio de sua luta e perseverança alcançar objetivos pensados.

A minha família, aos meus irmãos e irmãs, sobrinhos, parentes, amigos, amigas e tantas pessoas, que colaboraram comigo, incentivando com palavras, para que assim, pudesse realizar meu trabalho de pesquisa e tivesse sucesso.

À Universidade Federal do Pará, ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura. A Coordenação do Programa Prof^a. Dr^a. Gilcilene Dias da Costa; ao Vice-Coordenador Prof. Dr. César Luís Seibt. Aos professores que integram o Programa: Prof. Dr. Doriedson Rodrigues; Prof. Dr. Eraldo Souza; Prof^a. Dr^a. Maria Sueli Correa; Prof. Dr. José Valdinei; Prof^a. Dr^a. Benedita Celeste de Moraes Pinto; Prof^a. Dr^a. Mara Rita Duarte de Oliveira; Prof. Dr. Jorge Domingues Lopes; Prof^a. Dr^a. Odete da Cruz; Prof. Dr. Francivaldo Alves Nunes; Prof. Dr. Luís Augusto Leal; Prof. Dr. Ariel Feldman; Prof. Dr. Raimundo Nonato Falabelo. Prof. Dr. Gilmar Pereira Silva.

Ao orientador prof. Dr. Francivaldo Alves Nunes pela orientação, dicas de leitura e acompanhamento deste trabalho, pois, é um profissional competente, responsável, paciente que tem revolucionado a educação na Amazônia com seu trabalho.

Aos amigos (as) Prof. Especialista Fernando Caldas por ter contribuído significativamente com meu trabalho na digitação; A Wald Júnior; Ronivaldo, Silvana, Pedro, Prof. Natinho Bacha, Dionéia, Wanderson, Alcir, Eduardo.

Aos colegas da turma de mestrado 2017.

Aos sujeitos que se disponibilizaram a prestar informações, para a coleta de dados da pesquisa.

Enfim, a todos direta e indiretamente que contribuíram com o trabalho.

Meu muito obrigado!

“É na prática que o homem deve demonstrar a veracidade do seu pensamento; a discussão sobre a realidade do pensamento isolado de seu caráter prático é um problema puramente escolástico, próprio dos filósofos que se propõe a contemplar a realidade sem transformá-lo.”

Marx e Engels (1979)

RESUMO

A dissertação *Nos entornos da cidade de Cametá zona urbana (décadas de 1980-2000)* apresenta um estudo da ocupação de terras, formas de trabalho e moradia. Tem como objetivo investigar o processo de ocupação de terras, as formas de trabalhos e moradias, vinculadas as relações sociais e históricas, desenvolvidas nos entornos da cidade de Cametá, nas décadas de 1980-2000. Como problema da pesquisa, apresento: como ocorreu o processo de ocupação de terras, as formas de trabalho e moradia nos entornos da cidade de Cametá, localizado na microrregião do Baixo Tocantins do Estado do Pará nas décadas de 1980-2000? O principal objeto é analisar o processo de ocupação de terras nos entornos da cidade de Cametá, nas décadas de 1980 a 2000. O método de estudo materialismo histórico dialético situado nas categorias de totalidade, mediação e contradição, pois, a totalidade pressupõe o contexto do objeto definido pelas contradições materiais, permite assim, uma análise do conjunto de referenciais teóricos, resultados de outras pesquisas e análise empírica da realidade do mundo concreto. As concepções teóricas trazem importantes contribuições nas reflexões e problemáticas no que diz respeito a ocupação de terra dentro do espaço urbano e seu entorno, além de apontar perspectivas de transformações a partir das mudanças das relações socio-históricas, político e cultural da sociedade. Assim, pressupõe-se em termos de hipóteses que o processo de ocupação de terras na cidade de Cametá no período de estudo, tenha se dado, através de estratégias de doação e documentadas que tratam como heranças; as relações de trocas de favores políticos entre famílias e além da aquisição que ocorreu entre comerciantes para a especulação de compras e vendas de terras, o que revelou a exclusão social e a negação do direito a cidade, o trabalho e a moradia de grande parte da população da cidade e seus entornos, constituídos por bairros periféricos.

Palavras-chave: Ocupação de terras. Cidade. Trabalho. Moradia.

ABSTRACT

The dissertation *In the surroundings of the city of Cametá urban zone (decades of 1980-2000)*, it is a study of the occupation of land, forms of work and dwelling. It aims to investigate the process of land occupation, forms of work and housing, linked to the social and historical relationships, developed in the surroundings of the city of Cametá, in the decades of 1980-2000. As a research problem, I present: how the land occupation process occurred, the forms of work and housing in the surroundings of the city of Cametá, located in the micro-region of Baixo Tocantins of the State of Pará in the 1980-2000? The main object is to analyze the process of land occupation in the surroundings of the city of Cametá, in the decades of 1980 to 2000. The method of studying dialectical historical materialism situated in the categories of totality, mediation and contradiction, therefore, the totality presupposes the context of the object defined by material contradictions, thus allows an analysis of the set of theoretical references, results of other research and empirical analysis of the reality of the concrete world. Theoretical conceptions bring important contributions in the reflections and problems with regard to the occupation of land within the urban space and its surroundings, as well as to point out perspectives of transformations based on the changes in socio-historical, political and cultural relations of society. Thus, it is assumed in terms of hypotheses that the process of land occupation in the city of Cametá in the period of study, has occurred, through donation and documented strategies that treat as inheritance; the relations of exchange of political favors between families and beyond the acquisition that occurred between merchants for the speculation of purchases and sales of land, which revealed the social exclusion and the denial of the right to city, the work and the dwelling of much of the population of the city and its surroundings, constituted by peripheral districts.

Keywords: Land occupation. City. Job. Home.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DE CAMETÁ. O MUNICÍPIO DE CAMETÁ PERTENCE À MESORREGIÃO DO NORDESTE PARAENSE E À MICRORREGIÃO DE CAMETÁ.....	34
FIGURA 2 – MAPA DO MUNICÍPIO DE CAMETÁ.....	35
FIGURA 3 – ATIVIDADE DE PESCA DO MAPARÁ.....	54
FIGURA 4 – VISTA AÉREA DO ESPAÇO URBANO DE CAMETÁ (2000)	83
FIGURA 5 – MAPA DOS BAIRROS DO MUNICÍPIO DE CAMETÁ	84
FIGURA 6 – RESIDÊNCIA CONSTRUÍDA EM MADEIRA NOS ANOS 1970	97
FIGURA 7 – RESIDÊNCIA DA FAMÍLIA PERES	98
FIGURA 8 – RESIDÊNCIA DOS FURTADOS	99
FIGURA 9 – MOVIMENTOS SOCIAIS E REINVINDICAÇÕES POR POLÍTICAS PÚBLICAS.....	120
FIGURA 10 – EVOLUÇÃO URBANA DA CIDADE DE CAMETÁ	123

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – OS GESTORES MUNICIPAIS DE CAMETÁ DE 1985 A 2008.....	37
QUADRO 2 – ESCOLA E GRAUS DE ENSINO 1990-2006 SEDE MUNICÍPIO	39
QUADRO 3 – EVOLUÇÃO POPULACIONAL NO MUNICÍPIO DE CAMETÁ (1980-2010).....	49
QUADRO 4 – POPULAÇÃO RESIDENTE POR ZONA E SEXO (MUNICÍPIO DE CAMETÁ).....	55
QUADRO 5 – FAMÍLIAS QUE POSSUEM POSSES DE TERRAS EM CAMETÁ.....	82

LISTA DE SIGLAS

ARENA	Aliança Renovadora nacional
CMC	Câmara Municipal de Cametá
COCCEP	Cartório do Primeiro Ofício da Comarca de Cametá Estado do Pará
DEM	Democratas
INSA	Instituto Nossa Senhora Auxiliadora
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PDMC	Plano Diretor do Município de Cametá
PDS	Partido Democrático Social
PFL	Partido da Frente Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Progressista
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SENAI	Serviço de Aprendizagem Industrial
UHT	Usina Hidrelétrica de Tucuruí

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAMINHOS TEÓRICOS	17
PROCEDIMENTO METODOLÓGICO, GERAÇÃO E COLETA DE DADOS.....	26
O PROCESSO DE ANÁLISE E SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS.....	31
CAPÍTULO I: CIDADES AMAZÔNICAS E SEUS ENTORNOS	33
1.1 A CIDADE DE CAMETÁ NO CONTEXTO POLÍTICO, ECONÔMICO E EDUCACIONAL	33
1.2 AS CIDADES AMAZÔNICAS EM ESTUDO: REFLEXÕES SOBRE O ESPAÇO URBANO	41
1.3 O COMÉRCIO E O CRESCIMENTO POPULACIONAL NA AMAZÔNIA NO SÉCULO XX.....	52
1.4 OS ENTORNOS DAS CIDADES AMAZÔNICAS: PROBLEMAS DO CRESCIMENTO URBANO	62
CAPÍTULO II: A CIDADE DE CAMETÁ EM CONTEXTO POLÍTICO	72
2.1 A OCUPAÇÃO DE TERRA NA CIDADE DE CAMETÁ E A RELAÇÃO DE CLASSE SOCIAL.....	72
2.2 A OCUPAÇÃO DE TERRAS E MORADIA NOS ENTORNOS.....	91
2.3 AS FORMAS DE TRABALHO E OS ENTORNOS DA CIDADE.....	103
2.4 LUTAS E RESISTÊNCIAS POR POLÍTICAS PÚBLICAS.....	112
2.5 CAMETÁ E O SURGIMENTO DE NOVOS ESPAÇOS HABITACIONAIS: BAIRRO NOVO E BAIRRO NOVA CAMETÁ, SÉCULO XX.	122
2.6 ANÁLISE BAIRRO NOVA CAMETÁ.....	130
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	136
REFERÊNCIAS	142
APÊNDICE	148
APÊNDICE A – DADOS COLETADOS DA PESQUISA PARA ANÁLISE	148
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	151
APÊNDICE C – SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES CARTÓRIO COHEN/CAMETÁ	152
ANEXOS	153
ANEXO A – OFÍCIO N.º 045/2018 - GJ	153

INTRODUÇÃO

Propomo-nos analisar, nesta dissertação, o processo de ocupação de terras no município de Cametá, cidade localizada na microrregião do Baixo Tocantins¹, no estado do Pará, a 150 km da cidade de Belém, capital do estado (BRASIL/IBGE, 2010). De modo mais específico, a proposta é compreender como se consolidou a ocupação dos chamados bairros de periferia, com ênfase no bairro Novo e no Nova Cametá, no período correspondente às décadas de 1980 a 2000.

A pesquisa tem relevância social, porque remete a uma problemática relacionada ao direito à terra e propõe debates e reflexões teóricas, que possibilitem indagar de que forma as terras foram ocupadas nesse período, e quais as suas implicações para os agentes sociais no espaço urbano de Cametá, pois a expressão nos entornos da cidade de Cametá elucida para uma compreensão territorial espacial das terras restritas a poucas famílias ligadas ao setor político, econômico, empresarial e comercial, excluindo dessas terras grande parte da população, principalmente os mais pobres.

A terra, segundo Marx (1984, p. 25), constitui-se, na lógica capitalista, como “produtiva e rendável”, ou seja, “[...] uma mercadoria como as demais no mundo das mercadorias e a renda auferida pela terra é também a pré-condição essencial para a realização do capital enquanto totalidade”. Isso, portanto, torna-se inevitável aos interesses e às lutas de classes pela aquisição da terra, pois, ela, por si só, não dará um resultado suficiente para os homens, porém a mobilização do capital sobre ela proporcionará o desenvolvimento produtivo, gerando riquezas e contradições sociais entre os homens.

Segundo Mattos (1988, p. 14), a terra “[...] é fonte produtora de riquezas e, dentre estas, máxime, estão os alimentos, pelo que o foco principal da nova problemática situa-se, não apenas, em nível de relacionamento homem-terra, porém, vai além do sentido de englobar atividades outras”. Trata-se de uma concepção que não vê homem-terra desassociada de outras relações que permitem a sua subsistência, como plantar, criar, construir moradias, desenvolver a educação, a história e as manifestações artísticas e culturais implícitas e explícitas pelas práticas sociais.

¹ O território Baixo Tocantins (PA) abrange uma área de 36.024,20 Km² e é composto por onze municípios: Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia. A população total do território é de 739.881 habitantes, dos quais 390.579 vivem na área rural, o que corresponde a 52,79% do total. Possui 32.365 agricultores familiares, 24.701 famílias assentadas, dez comunidades quilombolas e duas terras indígenas. Seu IDH médio é 0,68 (BRASIL, 2011).

Diante das reflexões anteriores, esta pesquisa vem questionar o modo pelo qual alguns sujeitos adquirem terras localizadas no centro urbano, parte que tem uma estrutura física um pouco adequada, delimitando o acesso a um contingente populacional em seus entornos, com destaque para os bairros periféricos por meio dos “cercos”, ou seja, caracterizados por demarcações feitas com “estacas” de madeira de acapu, para garantir a “posse”. Diante dessa forma de apropriação, não se sabe se havia resistência por parte dos populares, devido talvez à má distribuição das terras no referido contexto histórico de estudo da cidade de Cameté, uma questão que este trabalho procura analisar, para chegar a possíveis resultados de investigação.

O tema desta pesquisa – nos entornos da cidade de Cameté – foi escolhido a partir de estudos e pesquisas que nos proporcionaram uma visão crítica, obtida no Curso de Licenciatura em Pedagogia, no ano de 1998, sobre o fato de que havia muitas terras concentradas nas mãos de poucas famílias, principalmente as consideradas tradicionais do município de Cameté, como as famílias Parijós, Peres, Medeiros, Valente e Castro. Contudo, observamos que esses indivíduos estavam intrinsecamente ligados às questões do poder político, econômico e cultural, mantido por uma ideologia dominante, conservadora e autoritária, que, durante longo tempo, perpetuou-se no município de Cameté.

Nesse sentido, pesquisar e estudar sobre os acontecimentos históricos que marcaram a posse de terras, as formas de trabalho e as moradias no município de Cameté, durante as décadas de 1980-2000, permite compreender a configuração histórica e geográfica da cidade de Cameté, interligada aos aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais, que constituem as relações sociais e históricas no município, produzindo conhecimentos científicos voltados aos interesses da região tocantina², bem como aos da sua população. Neste aspecto, a pesquisa torna-se um dos instrumentos importantes na reinvenção dos conhecimentos, bem como das transformações das realidades históricas em que a sociedade está envolvida como um todo.

Portanto, este trabalho procura analisar a ocupação de terra e as formas de trabalho e moradia para o contexto investigado. Assim, toma como hipóteses a forma de ocupação de terras como uma determinante relação de apropriação na microrregião de Cameté. Nesta lógica, pretende-se compreender as relações sociais e históricas que levaram à ocupação fundiária e, assim, entender como a questão espacial e territorial ocorreu, ou seja, o processo de ocupação

² Para Pinto (2010), foi a partir das décadas de 1970 e 1980, quando a “[...] população da Microrregião do Baixo Tocantins, no viés de suas agruras, resistências e lutas em oposição às ações do sistema, forjou-lhe um nome feminino, Região Tocantina. Por ser localizada na Região Amazônica, geralmente aparecia na fala de integrantes das classes trabalhadoras organizadas nas Comunidades Eclesiais de Base, como mais uma derivação: Amazônia Tocantina”.

de terra na cidade de Cametá. Neste caso, este trabalho pode contribuir para um processo de releitura acerca da configuração social-histórica, interligada às relações de poder político e econômico.

A ocupação de terra na cidade de Cametá tem sua origem a partir do processo de colonização portuguesa da Amazônia, que remonta a meados do século XVII, porém, ao longo do contexto histórico, segundo Chambouleyron (2010), os esforços conjuntos de sujeitos, como militares, colonizadores europeus e religiosos, demarcaram grandes extensões de terras que foram doadas com os devidos títulos, chamados donatários – eram senhores que recebiam terras, assumindo o compromisso de administrar e devolver parte da renda de sua produção à Coroa Portuguesa.

De acordo com Alves Filho (2001), “[...] a ocupação de terra permitiu a constituição de grandes propriedades, onde foram desenvolvidas atividades extrativistas, agrícolas e criatórias”, que ficavam sob o controle não somente de religiosos, mas também de comerciantes, que utilizavam a mão de obra indígena para diversos tipos de trabalho. Sampaio (2015) relembra que “[...] as vilas tornaram-se cidades a partir da mobilização do comércio e indústria”, uma relação nascente nos processos do desenvolvimento da região.

No interior da região amazônica, o processo de colonização se intensificou, a partir da dinâmica de exploração dos recursos naturais e do trabalho indígena, elucidados por militares, religiosos e colonizadores europeus, que, entre outros aspectos, imputavam a religião, o trabalho, as normas e as leis à convivência indígena em aldeamentos. Destacamos também os conflitos gerados com essas ações e extermínios de grupos nativos, uma vez que a ocupação de terras se dava pela força e dominação dos portugueses.

No município de Cametá, esse processo de domínio e exploração direcionado por europeus pode ter ocorrido porque essas terras foram doadas a Feliciano Coelho de Carvalho, filho de Francisco Coelho de Carvalho, governador da província do Grão-Pará e Maranhão. Isso pode ter contribuído para a ocorrência de sucessivas ocupações de terras por parte das famílias que mantinham relações políticas e sociais junto ao governo colonial e provincial, determinando o contexto de desenvolvimento social e histórico, fortemente questionado por pesquisadores e estudiosos das áreas dos conhecimentos históricos, culturais e antropológicos da região.

Nesse sentido, questiona-se: como se deu o processo de ocupação de terras, as formas de trabalho e moradia nos entornos da cidade de Cametá nas décadas de 1980-2000? Como desdobramento da problemática discutida acima, apresentamos as seguintes questões

norteadoras para melhor compreensão do objeto em estudo: qual a origem de ocupação de terras na cidade? Quais as práticas comuns para obtenção de terras no município nas décadas de 1980-2000? As terras serviam para alguma atividade de trabalho? As terras ocupadas eram destinadas a construções de moradias ou escolas? O que dizem as fontes e os registros documentais acerca da ocupação de terras nos entornos da cidade? O principal objeto de estudo desenvolvido neste trabalho é a ocupação de terras nos entornos da cidade de Cametá, nas décadas de 1980-2000, como apontamos anteriormente.

A proposta é investigar o processo de ocupação de terras, as formas de trabalho e moradia vinculadas às relações sociais e históricas desenvolvidas em área urbana e seu entorno. Como objetivos específicos, optamos por: identificar e analisar as práticas sociais nos entornos da cidade, que deram origem à ocupação de terras, as formas de trabalho e moradia; conhecer o processo de ocupação de terra nos entornos da cidade, levando em conta a sua história, as relações sociais do período 1980-2000; perceber a articulação política presente nas relações sociais, a partir da ocupação de terras, formas de trabalho e moradia e seus reflexos nos entornos do contexto atual da cidade de Cametá.

CAMINHOS TEÓRICOS

O materialismo histórico dialético, situado nas categorias de totalidade, mediação e contradição, tem muito a contribuir com o desenvolvimento da pesquisa nos entornos da cidade de Cametá, levando em conta o trabalho e a moradia, uma vez que a totalidade pressupõe o contexto do objeto definido pelas contradições materiais, questões que Marx (1872) trata como demarcação das relações humanas, modo pelo qual os homens se relacionam entre si e desfecham nas desigualdades sociais. O materialismo histórico dialético oferece uma análise de um conjunto de referenciais teóricos, fruto de outras pesquisas e análise empírica da realidade do mundo concreto, dos quais pressupõe as reflexões e problemática em torno de situações que talvez possam ser transformadas.

Por isso, a investigação parte do princípio do que as questões materiais subsidiam os indivíduos na busca de bens, que satisfaçam não somente às suas necessidades particulares de vida, mas também o desejo de acumular riqueza, isto, portanto, torna-se inevitável para a criação de forças e interesses opostos, que são contraditórios e levam os conflitos entre homens, pois, o poder político e ideológico permite criar consenso de fatos que naturalizam a história dos homens. Nesse sentido, analisar a ocupação de terras na cidade de Cametá e seus entornos possibilita compreender as dinâmicas históricas que envolvem os diferentes agentes sociais,

para entender a lógica de contrastes e desigualdades, que se reflete no campo do trabalho e da moradia.

Assim, as categorias **totalidade**, **mediação** e **contradição** colaboram com a pesquisa, no sentido de perceber o objeto investigado dentro da relação total, não perdendo de vista o movimento em que se cruzam, perfazendo diferentes caminhos e permitindo identificar como os sujeitos pensam e agem em detrimento de seus interesses particulares. Além disso, a partir dessas categorias, demonstram-se princípios que contrariam as leis e os direitos humanos, no que diz respeito ao acesso à terra, ao trabalho e à moradia, pois, esses aspectos são fundamentais para que os sujeitos desenvolvam seus conhecimentos e identidades de pertencimento nos espaços aos quais estão inseridos e promovem, ao mesmo tempo, transformações de acordo com suas necessidades de vida.

De acordo com Cury (2000, p. 13), uma visão “[...] dialética do homem e de seu mundo histórico-social implica conceber os dois termos da contradição (indivíduo-sociedade) de modo a rejeitar tanto a concepção que unilateraliza a adaptação do indivíduo”. Trata-se de perceber a realidade como *status quo*, dentro de um dado estático, mas em consonância com o movimento que permite compreender o jogo de forças que há na totalidade, cuja a correlação mediação, reflexão e problematização, gera a contradição caminho para a possível transformação.

Todavia, para compreender a dinâmica dos entornos da cidade de Cametá, a partir da concepção materialista histórica dialética, é preciso levar em consideração as categorias totalidade, mediação e contradição, dentro de uma lógica que permita analisar os fatos decorrentes das ações dos sujeitos na história e que revele, posteriormente, o modo ou a prática social que influencia e determina as condições de vida na sociedade. Dessa maneira, a descrição dos conceitos de categorias se torna fundamental para entender o objeto pesquisado.

Por **totalidade** entendemos as categorias de análise em que um conjunto de referenciais teóricos, fruto de outras pesquisas, análise empírica da realidade do mundo concreto, pressupõe o contexto na sua totalidade. “A categoria da totalidade, por sua vez, exige uma cadeia de mediações que articule o movimento histórico e os homens concretos” (CURY, 2000, p. 15). Outro item observado é a ideia de **mediação**, como uma cisão, isolando o objeto a ser pesquisado, tornando relativamente independente para auxiliar na análise, que permitirá compreender o processo de ressignificação dos conhecimentos. Destaco também a **contradição**, como realidade e unidade de contrários, resultado das diferentes ações mobilizadas pelos homens, fruto da própria história. “A realidade não se apresenta aos homens, à primeira vista, sob o aspecto de um objeto que cumpre intuir, analisar e compreender

teoricamente, cujo polo oposto e complementar seja justamente o abstrato sujeito cognoscente” (KOSIK, 1976, p. 13), fato, portanto, que existe fora do mundo e apartado do mundo.

Contudo, investigar a materialidade da realidade das relações humanas, na análise que o materialismo histórico oferece, permite ao pesquisador ultrapassar o campo da realidade, quando mergulha nos pressupostos teóricos, para se apoiar no método de estudo, que considera os efeitos das relações entre os sujeitos e os seus respectivos interesses. Nessa lógica, a ocupação de terras, o trabalho e a moradia podem ser entendidos como uma disputa que decorre a partir do poder político e ideológico, do qual, muitas vezes, escamoteiam os fatos sociais, para assim manter a hegemonia de uma determinada classe.

Na cidade de Cametá, observou-se em seus entornos diversas manifestações das práticas históricas representadas por indivíduos, que têm posses de terras, perfil socioeconômico estável, situados nos espaços urbanos bem localizados da cidade. Outrossim, os livros de escriturações encontrados em cartório de Cametá, período de 1980-2000, relatam que as terras eram compartilhadas como herança familiar, mas também havia doações feitas por prefeitos a pessoas ligadas aos interesses políticos e benfeitorias. Isto, portanto, criou um cenário visível de posses de terras para uma espécie de “oligarquias”, que veio se beneficiando, pois, os poderes político, ideológico e econômico constituem-se como pano de fundo dentro da estrutura social da cidade de Cametá e seus entornos.

O materialismo histórico dialético pode contribuir com a investigação a ser realizada, pois, caracteriza-se por um processo de reflexão e de problematização, que parte das questões materiais para identificar as correlações de forças que decorrem entre os homens e refletem nas práticas sociais de vida. A ocupação de terras, o trabalho e a moradia, analisados a partir do materialismo, são percebidos pelo pesquisador como movimentos, articulações e contradições, produtos da própria história, caracterizados não pelo estado de consciência do homem, mas, sobretudo, pela materialização dos bens produtivos, fruto do trabalho.

De acordo com Lefebvre (1979, p. 190-193), na contradição, é possível identificar que:

A totalidade sem contradição é vazia, inerte, como afirma Hegel, nada existe, no céu e na terra que não contenha em si, o ser e o nada; assim, não existe no mundo que não seja um estado intermediário entre o ser e o nada, mas não como mistura, mas enquanto relação ativa de contrários em busca de superação, mesmo que conservando o que cada um tem de determinado, a incessante conversão de um no outro, e exclusão ativa.

Compreende-se que a pesquisa busca apoiar-se no materialismo histórico dialético, considerando a totalidade e a contradição a todo momento, bem como o movimento, a ligação e a unidade, resultado das relações dos contrários, que, ao se opor dialeticamente, um incluindo-

se “[...] /excluindo-se no/ do outro, se destrói ou se supera, em consonância com a construção de novos conhecimentos; as determinações mais concretas contêm, superando-as, determinações mais abstratas. Assim, o pensamento deverá mover-se durante o transcurso da investigação, entre os polos dialeticamente relacionados” (KUENZER, 2012, p. 65), buscando compreender como se inclui/exclui, desaparece ou origina uma nova realidade.

Entende-se como o “[...] campo em que se exercita a sua atividade prático-sensível, sobre cujo fundamento surgirá a imediata prática da realidade” (KOSIK, 1976, p. 13-14), na medida em que o homem percebe seu objeto, que o leva a interagir no mundo social como realidade concreta da existência humana. Trata-se daquilo que pode ser tocado e manuseado pelo homem, pois, é material e tem sua essência na atividade de trabalho, força produtiva relacionada com a natureza. Nesse sentido, interpretar a ocupação de terras e seus entornos na concepção histórica e dialética demonstra ao pesquisador como os indivíduos se relacionam entre si, e quais os interesses que estes buscam para satisfazer suas necessidades materiais, bem como a manifestação do nível de desigualdades sociais.

De acordo com Triviños (1987, p. 51), o “[...] materialismo histórico dialético é a ciência filosófica do marxismo que estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, de sua evolução histórica e da prática social dos homens, no desenvolvimento da humanidade”, revelando as relações, as trocas de experiências, os conhecimentos e as contradições, como o motor que move para a mudança em detrimento do novo, consequência das necessidades dos homens. O princípio da investigação trata de uma problemática que se refere à ocupação de terras na cidade de Cameté e seus entornos, situa a realidade concreta dos homens e se manifesta por meio do poder político e ideológico, condições que dará para o controle e a manutenção de interesses particulares de determinado grupo.

“O materialismo histórico dialético ressalta a força dos ideais, capaz de introduzir mudanças nas bases econômicas que as originou” (TRIVIÑOS, 1987, p. 51), pois, busca explicações coerentes, lógicas e racionais para os objetos da natureza, da sociedade e o pensamento, como manifestação da linguagem. No entanto, há de se dizer que o materialismo histórico dialético compreende um conjunto de forças e ideias que se movimentam e se contradizem devidamente às bases de produção, e que ele levará os indivíduos a lutarem e resistirem ao poder de dominação, considerando, assim, a busca pela sobrevivência.

A pesquisa traz as seguintes categorias teóricas para refletir e analisar, destacando: cidade, ocupação de terras, formas de trabalho e moradia. Dialogando com Marx (1872), este afirma que a “[...] propriedade da terra é fonte originária de toda riqueza, converteu-se no grande

problema, cuja solução depende o futuro da classe operária”, ou seja, da mobilização de lutas e posições sociais frente às condições de vida em que os homens se encontram, pois, suas relações são constituídas de forças opostas e interesses, que geram conflitos e contradições, uma vez que a terra, enquanto modo de produção, e os meios (as técnicas e instrumentos de trabalho) ficam concentradas nas mãos da burguesia classe dominante.

O materialismo histórico dialético favorece para o pesquisador questões importantes, como os modos de produção, a relação de classe, os interesses econômicos e os ideais políticos, pois, considerando a totalidade, o investigador pode identificar os nexos que há entre as partes de um todo, uma vez que os movimentos decorrem e circulam espaços que integram os sujeitos e desdobram para as práticas sociais, haja vista que não há separação entre o pensar e o sentir, mas complementação que resulta da síntese de ação. Assim, problematizar a ocupação de terras e seus entornos levará o pesquisador a elaborar uma releitura dos fatos, a partir da análise que inclui trabalho e moradia, para compreender as circunstâncias transcorridas que levaram às manifestações de tais situações na cidade de Cametá.

A “nacionalização da terra, para arrendá-lo em pequenas parcelas a particulares ou a sociedades de trabalhadores, sob o governo burguês, só servirá para desatar entre eles a mais furiosa concorrência, fomentar a ‘alta renda’ e brindar quem se apropriou da terra” (MARX, 1872, p. 100), com novas possibilidades de viver às custas dos produtores. Isto, portanto, levou a desigualdades sociais e à marginalização do trabalhador, já que o mesmo não tem a terra e nem os instrumentos de trabalho, apenas a força produtiva para vender ao mercado capitalista.

Lefebvre (1968), em sua análise, compreende que o “[...] espaço urbano expressa as realidades sociais dos homens, dentro de uma dinâmica e mudança onde as contradições e as complexidades do próprio espaço revelam as condições e vivências dos sujeitos”, pois a cidade produz e reproduz ideias que representam não somente as classes sociais, mas as questões políticas, ideológicas, econômicas e culturais. Nessa mesma linha de raciocínio, Castro (2008) também considera que “[...] a expansão do capitalismo ocorrido a partir da década de 70 contribuiu para o reordenamento urbano, pois seu fundamento e mobilização está na globalização”. A cidade passou, então, a ser um dos pontos de referência da população no Brasil e na Amazônia.

Frigotto (1984) analisa que o homem, enquanto natureza e animal, se confunde com a “[...] natureza em geral e com o mundo animal; mas pelo trabalho, na relação com os demais homens, se distingue e se produz como homem, torna-se o único ser, capaz de apropriar-se da natureza, transformá-los, de criar e fazer cultura”, para, assim, superar as dificuldades do

cotidiano, pois o homem adquire capacidades e habilidades que lhe permitem desenvolver suas competências relacionadas ao mundo do trabalho. Essa concepção caracteriza-se pelo processo de articulação entre as ações e a materialidade, que envolve o trabalho, a moradia e a exploração da terra.

Sendo assim, poder apropriar-se da natureza e transformá-la pelo trabalho é, então, uma condição para o homem poder produzir-se enquanto tal. “A propriedade ou ser proprietário (não sobre a forma capitalista privada de propriedade) originalmente significa uma relação do sujeito atuante com as condições de sua produção ou reprodução com suas próprias” (FRIGOTTO, 1984, p. 72-73). Essa condição dada ao homem, enquanto sujeito que elabora seus conhecimentos e práticas sociais, tem como finalidade substanciar o seu modo produtivo e reprodutivo, tal qual deve manter sua própria existência.

Engels (1976) também afirma que “[...] a casa, assim, como qualquer outra mercadoria tem uma absolência, tem um tempo de terminado para o uso, antes de depreciar-se e mudar sua qualidade, um amontoado de materiais em um lugar de uma casa”, dentro dessa lógica, a cidade e o seu espaço habitacional demonstram características de relações de poder político e econômico, que se firmam nas práticas e nas relações simbólicas, o que a própria cidade representa. Assim, a pesquisa busca verificar os processos de ocupação de terras em Cameté e seus entornos, para entender as relações de trabalho e moradia, considerando as representações dos agentes sociais da cidade.

Além da análise já realizada, destaca-se as reflexões dos seguintes autores, no qual contribuíram para a pesquisa: Acevedo (1998), Alves Filho (2001), Castro (2009), Chambouleyron (2010), Gaia (2007), Larêdo (2013), Sampaio (2015), Santos (2015), C. Sousa (2009), R. Sousa (2002), e Trindade Jr. (2008). Esses autores discutem, a partir de perspectivas distintas, temáticas acerca de relações e práticas sociais que se configuram em contextos sociais diferenciados, aqui tratados nas décadas de 1980-2000.

A história e a filosofia estão longamente desenvolvidas e os fatos sociais se acham analisados dentro do método dialético, pois a dialética, acentuou Marx, é “[...] a ciência das leis gerais do movimento tanto do mundo exterior quanto do pensamento humano” (SILVEIRA, 1982, p. 1). A partir dos movimentos da ação do homem, é possível compreender a materialização das coisas do mundo exterior, pois a linguagem permite que este construa representações que melhor expressem o seu próprio pensamento e interesses particulares, daí a importância da investigação da ocupação de terras em Cameté e seus entornos, a partir do materialismo histórico dialético.

Nessa mesma direção, Kuenzer (2012 *apud* MARX; ENGELS, 1983, p. 57) comenta que “[...] é na prática que o homem deve demonstrar a veracidade do seu pensamento. A discussão sobre a realidade do pensamento isolado, de seu caráter prático é um problema puramente escolástico, próprio dos filósofos que propõe a contemplar a realidade sem transformá-lo. A crítica do pensamento de Marx e Engels permite compreender que o ato de pensar deve dar condições aos sujeitos a refletirem as realidades que estão inseridas, e transformar seus problemas, a partir das práticas sociais que integram os indivíduos na sociedade, uma vez que as questões terra, trabalho e moradia estão relacionadas com as ações dos homens.

Do ponto de vista do método de produção do conhecimento, as “[...] críticas a utilização exclusiva da própria lógica formal mostraram seus limites quando a proposta metodológica tem compromisso com a transformação da realidade” (KUENZER, 2012, p. 56), ou seja, que parte de pressupostos que não estão presos às ideias e formatos de conhecimento, uma vez que a realidade pode expressar aquilo que não podemos de imediato perceber e analisar, para assim tirar determinada conclusão, e isto depende de o pesquisador ter uma visão total e crítica do mundo social.

Kopinin (1978, p. 78) afirma que é “[...] preciso ter clareza de que a ciência necessita, quer de regras rigorosas de dedução, quer de sistema de categorias que sirva de base à imaginação produtiva, à atividade criadora do pensamento no domínio dos novos objetos das realidades”, o que, de certo modo, exige que o cientista tenha clareza e rigor nas regras que permitem a consolidação dos conhecimentos, que possam refletir e problematizar os novos objetos de investigação do campo da pesquisa.

Na análise de Kuenzer (2012, p. 56), compreende-se que:

A metodologia da ciência não se esgota na lógica formal de investigação científica, cuja finalidade é mostrar as leis sincrônicas do conhecimento através da lógica simbólica; é preciso acrescentar-lhes outras lógicas, que permita abranger o objeto em todos os seus aspectos, todas as relações e mediações, em seu desenvolvimento, alto movimento, incorporando a prática humana quer como critério de verdade, quer como determinante prático da relação entre o objeto e aquilo que o homem necessita. Certamente não é possível atingir todas estas dimensões, plenamente, posto que não há verdade abstrata que se deixe conhecer totalmente, mas a multilateralidade da análise, certamente previne contra os erros.

Desse modo, é necessário identificar a lógica do conhecimento, a partir dos movimentos em que se encontram e que produzem efeitos na análise do objeto investigado. Embora se perceba a abrangência de diferentes elementos que integram as relações e mediações, é preciso que o pesquisador realize a sua análise incorporando a prática social do homem e do

objeto, sem que estes percam o teor da totalidade. Isto se justifica, pois, não há como conhecer a verdade sem antes reconhecer a lógica da dialética, bem como as suas relações na multilateralidade da interpretação, evitando, assim, possíveis equívocos nos resultados de pesquisa.

Entende-se, assim, que o “[...] trabalho é que constitui o homem como ser humano e produz a sociedade, lócus específico da vida humana. O homem é um ser social” (MARX, 2004; ENGELS, 2005). Logo, tendo essa concepção em vista, é importante enfatizar que é por meio do trabalho que se analisam a história e as relações sociais, como a educação, o direito à terra, à moradia, etc. Nessa direção, o materialismo histórico dialético propõe para o pesquisador interessante reflexão que parte das condições materiais e das relações dos homens, como meios que mobilizam forças de interesses entre si e apontam as contrariedades que existem e que se desdobram para os conflitos sociais.

Neste sentido, vale ressaltar o princípio materialista de Marx e Engels (2005, p. 51) como demonstra esta afirmação:

Os pressupostos dos quais partimos não são arbitrários nem dogmas. São bases reais das quais não é possível abstração a ser na imaginação. Esses pressupostos são os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas que eles já encontraram elaboradas quanto aquelas que são resultados de sua própria ação. Esses pressupostos são, pois, verificáveis empiricamente.

Os autores acima elucidam que as condições de vida são determinadas pelas condições materiais e que os próprios homens participam, desde o momento que começam a interagir com o mundo, com a natureza e com o trabalho. Isto lhes garante as manifestações culturais, nas trocas de experiências consolidadas com os outros na sociedade, podendo ser analisadas empiricamente para a obtenção de resultados de atitude, pensamentos e comportamentos humanos. O pesquisador analisa seu objeto a partir da materialização do mundo real e social, pois, este não somente participa das ações, mas também reflete e se contrapõe àquilo que está estabelecido na sociedade.

A mediação aqui tornou-se fundamental entre os indivíduos, para que o analista identifique como estes agem a partir das relações de poder político, ideológico, econômico e cultural, uma vez que o legado adquirido pela transmissão das gerações passadas pode ajudar a entender o presente, tomando como ponto de partida as abstrações dos fatos como manifestam Marx e Engels (2005, p. 51):

São os homens os produtores de suas representações, de suas idéias, etc.; Mas os homens reais e atuantes tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e relações a eles correspondentes, até

chegar às suas mais amplas formações. A consciência nunca pode ser outra coisa que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real.

A proposta do método do materialismo histórico dialético para investigar a ocupação de terras nos entornos da cidade de Cametá, no período de 1980 a 2000, é importante, porque busca interpretação da história e da sociedade presente com um olhar no passado, considerando a consciência humana, como uma apropriação do mundo real e concreto da vida, que se dá pelas questões materiais e imateriais. Assim, na medida em que o homem trabalha, ele produz a sua existência e o seu pensamento, que não estão separados, mas concomitantemente relacionados entre si como um todo.

Analisar a realidade e o objeto em uma visão histórica e dialética significa complementar justamente o abstrato, sujeito pensante e sensível, que está fora do mundo e ao mesmo tempo, se apresenta como um lugar do homem que executa sua atividade prática sensível dentro de uma fundamentação que surge do imediato, da situação e da prática da realidade no confronto do cotidiano dos interesses políticos, econômicos e culturais.

Na concepção de Kosik (1996, p. 15) estas relações pressupõem que:

O complexo dos fenômenos que povoam o ambiente do cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, que com a sua regularidade, imediatismo e evidência, penetram na consciência dos indivíduos agentes, assumindo um aspecto independente e natural, constitui o mundo da pseudoconcreticidade.

Compreender o fenômeno estudado a partir dessa concepção pressupõe, antes de tudo, ir além daquilo que a realidade e a aparência podem demonstrar aos nossos olhos nus, uma vez que a atmosfera comum da vida humana está regularizada por efeitos do imediato e da evidência, dos quais emerge a consciência dos sujeitos de maneira alienada e superficial, não possibilitando a reflexão, a crítica e a problematização em detrimento das transformações do mundo social. O materialismo histórico e dialético, na análise de ocupação de terras e de seus entornos, traz as reflexões e propõe os debates em torno das realidades sociais dos homens, na relação de trabalho e moradia para compreender as suas contradições e transformações.

As relações humanas precisam ser identificadas e compreendidas a partir da consciência, enquanto objeto oculto, mas possível de ser analisado, pois “[...] a dialética é o pensamento crítico que se pressupõe a compreender a ‘coisa em si’ e sistematicamente se pergunta como é possível chegar à compreensão da realidade” (KOSIK, 1976, p. 20). Nesse aspecto, é importante ressaltar que a dialética, enquanto movimento interno da consciência do homem – uma vez que a realidade social não é dada pronta e acabada, pelo contrário, ela é resultado contínuo dos processos históricos que se efetivam pela materialização das coisas –,

como pontua Kosik (1976, p. 23), “[...] é o mundo da práxis humana. É a compreensão da realidade humano-social como unidade de produção e produto, de sujeito e objeto, de gênese e estrutura”, que se firma, constrói e permite a movimentação como um jogo de abertura para a descoberta do novo com o objeto de construção dos conhecimentos.

Contudo, o pesquisador precisa ir além do estabelecido pela aparência do objeto, do imediato e da experiência empírica, onde se inicia a construção dos conhecimentos, porém, a aparência está no nível da realidade e não pode ser descartável ao olhar do investigador, mas este deve procurar adentrar a essência da estrutura e a dinâmica do objeto, pois, considera o movimento dialético como “motor” da transformação.

Nessa perspectiva do objeto que tem a sua estrutura e dinâmica, pode-se afirmar que:

Por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto da pesquisa tem, insista-se, uma existência objetiva, que independe da consciência do pesquisador. Mas o objeto de Marx é a sociedade burguesa – um sistema de relações construídas pelos homens, “o produto da ação recíproca dos homens” (MARX, 2009, p. 244).

O pesquisador e o objeto investigado não excluem a neutralidade que se identifica como objetividade, uma forma de acumular experiências que definem os saberes das ciências sociais, tendo em vista que a teoria possui um forte papel na análise da estrutura do objeto pesquisado. Sendo assim, compreende-se que a ocupação de terras e seus entornos da cidade de Cameté, constituída de forças e agentes sociais diversos, implicam saber as formas de trabalho e moradia, sem excluir da análise do materialismo histórico dialético as categorias totalidade, mediação e contradição, sem perder de vínculo suas particularidades e interesses de classes.

Outrossim, considera-se que o pesquisador reproduz o processo analítico, que opera a partir da síntese, no plano do seu pensamento, cujo método conduz para a idealização da essência do objeto analisado, aqui, no caso, o investigador procura a ocupação de terras, trabalho e moradia, no período 1980-2000, identificando as motivações que levaram algumas famílias localizadas no espaço urbano de Cameté a adquirirem posses de terras, bem como perceber a forma de trabalho e moradias da população entorno.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO, GERAÇÃO E COLETA DE DADOS.

Esta pesquisa possui uma abordagem qualitativa, que, segundo Lüdke e André (1986, p. 46), “[...] supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada através do trabalho de campo” e por se entender que há uma relação dinâmica entre as ações dos sujeitos, e o objeto de estudo no contexto social local e universal,

no qual “[...] o foco da pesquisa vai sendo ajustado ao longo do processo” (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNNAJDER, 2002, p. 147).

Compreender as relações sociais que se estabelecem dentro de um determinado período histórico, que demarca a intensificação de ocupação de terras na cidade de Cametá e seus entornos, demanda o entendimento de processos de relação de poder entre grupos ou classes sociais, que constituem para a organização no contexto político, social e cultural do objeto em estudo que propomos. Isso implica uma dinâmica de planejamento para o seu processo investigativo, pois, o “[...] investigador qualitativo planeja utilizar parte do estudo para perceber quais são as questões mais importantes. Não presume que se sabe o suficiente para perceber e reconhecer as questões importantes, antes de efetuar a investigação” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 50).

Assim, planejar também significa realizar processos permanentes de adequação de metodologias de pesquisas, levando “[...] em conta todos os componentes de uma situação em suas interações e influências recíprocas” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 17), para que se possa aprimorar a dinâmica de investigação realizando estudos mais precisos e, assim, se chegar a resultados mais específicos.

Portanto, considera-se a pesquisa qualitativa como método investigativo adequado para o estudo das relações sociais e históricas, que constituíram a origem da ocupação de terras e seus entornos, bem como o poder político, social, econômico e cultural, que se configurou na cidade de Cametá nas décadas de 1980-2000, considerando as formas de trabalho e moradias, pois, conforme Bogdan e Biklen (1994), a partir do princípio investigativo, a análise do contexto histórico é tratado na pesquisa qualitativa como um espaço que está inserido em diversos aspectos sociais. Isso pressupõe que o investigador precisa levar em conta elementos, que integram as dinâmicas das relações humanas.

Na abordagem qualitativa, apresentamos a história oral, que busca investigar o conjunto de aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais, presentes nas relações dos sujeitos, para compreender o processo de ocupação de terras nos entornos da cidade de Cametá (PA), ocorrido nas décadas de 1980-2000. Nesse aspecto, procuramos compreender que o período pesquisado marca um momento histórico, no qual se deu intensa ocupação de terras por parte de algumas famílias influentes em questões políticas do município. Assim, nesse contexto, a pesquisa busca identificar também as formas de trabalho, moradia e educação no período estabelecido.

Nesse sentido, a história oral, como técnica, contribui para uma compreensão mais completa sobre o objeto em estudo, podendo revelar aspectos da realidade social por meio da entrevista e formas de organizações específicas, sobre o momento histórico que a presente investigação se propõe a indagar: a “[...] história oral, dependendo da orientação do trabalho, pode ser definida como método de investigação científica, como fonte de pesquisa, ou ainda como técnica de produção e tratamento de depoimentos gravados” (ALBERTI, 2013, p. 24).

Na análise, a autora nos aponta a importância da história oral na pesquisa de campo e revela que a entrevista consiste em colher depoimento de pessoas que já têm uma longa experiência de conhecimentos e que podem expor para o pesquisador por meio do diálogo “[...] uma conversa que se estabelece entre o entrevistado e o entrevistador como maior peso e espaço para a fala daquele” (ALBERTI, 2013, p. 112). Dessa forma, compreendemos as possibilidades de coletar dados e informações inerentes ao objeto a ser investigado.

Nesse sentido, vale dizer que a história oral, enquanto técnica, abre caminho para quem está pesquisando, pois, evidencia e conduz a conversa, ou seja, a fala participa e interage com o(a) outro(a) nas coletas de informações acerca do objeto-problema; esta opção de entrevista diretiva se baseia na crença de que uma “[...] entrevista conduzida em forma de conversa, na medida do possível prolongada, produz melhores resultados do que aquela em que o pesquisador não intervém diretamente” (ALBERTI, 2013, p. 112).

Ferreira e Amado (2006, p. 16) apontam para nós, pesquisadores, que a história oral, como todas as “[...] metodologias, apenas estabelece e ordena procedimentos de trabalhos – tais como os diversos tipos de entrevistas e as implicações de cada uma delas para a pesquisa, as várias possibilidades de transcrições de depoimentos suas vantagens e desvantagens”, isto, portanto, remete para o historiador condições para analisar e viabilizar uma ponte entre teoria e prática.

Compreendemos melhor a manifestação geral de um problema, as ações, as percepções, os comportamentos e as interações das pessoas, relacionando a situação específica onde ocorreu à problemática determinada a qual estão ligadas. Nesse aspecto, analisar os entornos da cidade de Cametá nas décadas de 1980-2000, com ênfase na ocupação de terras, formas de trabalho, moradia e educação, permite compreender as dinâmicas das relações de poder político a grupo de famílias, que, há quase um século, se perpetuaram na administração pública, e isto permitiu identificar os reflexos desse processo, bem como a exclusão social de uma parte da população de Cametá nos seus entornos.

Sendo assim, acredita-se que a história oral serviu para a investigação da ocupação de terras na cidade de Cametá, por se considerar que, em seu contexto social e histórico, as entrevistas trouxeram contribuições para a análise, além de podermos entender que poucos sujeitos se beneficiaram com as terras, em contrapartida, a maioria da população concentrou-se nos entornos da cidade de Cametá, configurando-se com a formação de novos bairros denominados periféricos, vivendo em péssimas condições de vida, pois, entre 1980 e 2000, o município, de Cametá não contava e nem conta até hoje com estrutura urbanística adequada, como sistemas de esgoto, saneamento básico, etc.

Para a realização dessa pesquisa, o procedimento metodológico consta de três momentos fundamentais: o primeiro foi a revisão da literatura; o segundo foi a pesquisa de campo e o terceiro, a análise dos dados.

Na literatura, há um conjunto de teóricos – Acevedo (1998), Carvalho (1998), Castro (2008), Marx (2013), Miranda (2005), Oliveira (2000), Santos (2015), Trindade Jr. (2008) – que discutem e problematizam: as cidades amazônicas e seus entornos; os reflexos do espaço urbano; os problemas e o crescimento populacional, considerando o comércio, a ocupação de terras, trabalho, moradia, lutas e resistências, por políticas públicas, além de dissertações de pesquisadores que já realizam estudos com enfoque na ocupação de terras e cidades; documentos analisados em cartório, como: escrituras, atas, etc.; estatuto da cidade, Plano Diretor Municipal de Cametá, entre outros, serviram de base para análise e interpretação de dados articulados com a fundamentação de teóricos, que abordam o objeto em estudo.

Como procedimento de geração e coleta de dados, foi feita uma pesquisa de campo e o local escolhido para a realização da pesquisa foram os bairros da Nova Cametá e Bairro Novo, localizados na zona urbana da cidade de Cametá³, localizada na região nordeste do estado do Pará, a 156 km de Belém, capital do estado. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (BRASIL, 2010), Cametá foi elevada à condição de cidade e sede do município por meio da Lei Provincial do Pará nº 145, de 24 de outubro de 1848.

Durante a pesquisa de campo, foram aplicadas entrevistas aos sujeitos selecionados que, pelos seus consentimentos, cada um(a) autorizou a identificação dos seus respectivos nomes, que passamos a descrever: José Haroldo Oliveira de Barros, 48 anos, professor,

³ Com relação ao município de Cametá, ele pertence à mesorregião do nordeste paraense, limitando-se a norte com o município de Limoeiro de Ajuru, a sul, com o município de Mocajuba, a leste, com o município de Igarapé-Miri, e a oeste, com o município de Oeiras do Pará. Possui uma população de 120.896 habitantes, sendo 52.838 distribuídos na zona urbana e 68.058 na zona rural, representando uma distribuição demográfica de 58% da população vivendo na zona rural e de 42%, residindo na zona urbana. (BRASIL, 2010).

historiador e pesquisador, desenvolve pesquisas na área da agricultura familiar, desenvolvimento sustentável e ambiental; Alberto Moia Mocbel, 87 anos, ex-prefeito de Cametá, aposentado, atualmente é proprietário de cartório de registro civil, elabora documentos como: recibos, declarações de compra e vendas de bens; José Sebastião Farias Fiel, 48 anos, professor e historiador, trabalhou alguns tempos na prefeitura de Cametá, na Secretaria de Patrimônio Territorial, possui trabalhos de pesquisa que podem colaborar na identificação da ocupação de terras na cidade de Cametá e seus entornos; Fortunato de Lima Damasceno, 59 anos, pedagogo, ex-vereador da Câmara de Cametá nos anos de 1990 e professor da rede estadual de ensino, em sua trajetória histórica, conhece o processo da ocupação de terra em Cametá; Anadia Farias Marques, professora aposentada, 86 anos, reside no bairro da Aldeia dos Parisós, vivenciou experiências, que levaram ao processo de ocupação de terras; Itamar Batista Vanzeler, 37 anos, professor e geógrafo, atua no IBGE e tem contribuições na pesquisa no que diz respeito à ocupação de terras na cidade e seus entornos; Martinho Bandeira, 84 anos; Olga Costa Barreira Ares, 84 anos; Maria Nair Xavier Alves, 67 anos (primeiros moradores do bairro novo); Benedita Borges da Silva, 79 anos; José Carlos Fiel de Lima, 46 anos (primeiros moradores da nova Cametá), esses sujeitos estão situados em diferentes partes da zona urbana de Cametá. Todos os indivíduos selecionados contribuíram para obtenção de informações a respeito da ocupação de terras, além da observação do contexto em estudo e registros fotográficos, além de registro em livros do cartório Cohen de Cametá, concedido com a permissão do juiz José Matias Santana Dias, da Comarca de Cametá. Esses instrumentos são considerados como formas de “[...] captar informações e dados dos sujeitos que fazem parte do contexto pesquisado” (MARCONI; LAKATOS, 1982, p. 142).

Assim, pressupõe-se, em termos de hipótese, que o processo histórico de ocupação de terras na cidade de Cametá e seus entornos, no interior da Amazônia, tenham ocorrido por meio de três estratégias: a primeira, com base em doações e documentações relacionadas a heranças familiares; a segunda, relações de interesses particulares entre grupos políticos mantêm o poder oligárquico; a terceira, associada a um sistema de doações de terras, com a finalidade de manter o curral eleitoral na cidade e entornos. Nesse sentido, tal forma de adquirir terras se manifestava em uma organização e seus entornos, as quais as posses de terras eram transferidas aos seus entes parentais e correligionários políticos, enquanto que a maioria da população alocava-se às margens das periferias da cidade de Cametá (PA).

O PROCESSO DE ANÁLISE E SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS

Como procedimento analítico será adotada a análise do conteúdo, aplicada ao questionário semiestruturado, às observações e ao registro fotográfico, feitos durante a pesquisa de campo, para melhor compreender o contexto social e histórico que originou e estabeleceu a ocupação de terras nos entornos da cidade de Cametá, formas de trabalho e moradias, haja vista que “[...] o objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas” (CHIZZOTTI, 2006, p. 98).

Na análise do questionário semiestruturado, adotou-se um processo de releitura do material coletado, tendo como meta buscar identificar a ocupação de terras nos entornos de Cametá (PA), nas décadas de 1980-2000, e formas de trabalho e moradias. Essa dinâmica de “[...] releitura deve possibilitar a divisão do material em seus elementos componentes, sem o conteúdo perder de vista a relação desses elementos com todos os outros componentes” (LÜDKE; MENGA, 1986, p. 48), como a forma de “[...] expressão da existência humana que, em diferentes momentos históricos, elabora e desenvolve representações sociais no dinamismo internacional que se estabelece entre linguagem, pensamento e ação” (FRANCO, 2007, p. 13).

Esse processo de seleção subdividido permitirá à pesquisa, no momento da análise, a descoberta de informações importantes para o estudo que não aparece de modo explícito no material coletado, tendo em vista que “[...] é preciso que a análise não se restrinja ao que procure estar explícito no material, mas procure ir mais a fundo, desvendando mensagens implícitas, dimensões contraditórias e temas sistematicamente silenciados” (LÜDKE; MENGA, 1986, p. 48), tendo em vista que esse procedimento, no momento da análise, “[...] leva a buscar novos dados complementares ou mais específicos, que teste suas interpretações num processo de ‘sintonia’, que vai até a análise final” (MAZZOTTI; GEWNDZNAJDER, 1998, p. 170).

Assim, é necessário que a análise gere acréscimo de informação a um conhecimento já existente a partir do desenvolvimento de temas “silenciados”, podendo contribuir com a dinâmica de inovação do saber científico, a partir de inferências que apontarão novas perspectivas de investigação, visto que “[...] esse acréscimo pode significar desde uma nova concepção teórica até o simples de outras questões e questionamentos que precisarão ser mais sistematicamente explorados em estudos posteriores” (LÜDKE; MENGA, 1986, p. 49).

Para Alves-Mazzotti e Gewndzsnayder (1998), “[...] é um processo completo, não linear que implica um trabalho de redução, organização, interpretação dos dados que se inicia, já na fase exploratória e acompanha toda a investigação”. Assim, o questionário

semiestruturado, as observações e os registros fotográficos, analisados e articulados com referencial teórico, tendo em vista a construção do conhecimento sobre o objeto estudado, ocupação de terras nos entornos da cidade de Cametá na região do baixo Tocantins.

Para a compreensão e o diálogo, o trabalho é composto pela seguinte estrutura: introdução, que traz as considerações sobre o objeto de estudo, sua problemática; questões norteadoras; objetivos geral e específicos; caminhos teóricos metodológicos; conceitos referentes à terra, trabalho e moradia em uma perspectiva histórica e social, desvelando, assim, as contradições e possíveis transformações.

O Capítulo I trata das cidades amazônicas e seus entornos com as seguintes subseções: a Cidade de Cametá no contexto político econômico e educacional; cidades amazônicas em estudo: reflexões do urbano; implicações do comércio e o crescimento populacional em Cametá; os entornos das cidades amazônicas: problemas do crescimento urbano.

Já o Capítulo II aborda sobre: a cidade, o trabalho, a moradia e as ações políticas com os subtópicos: a ocupação de terras e as relações de classe social; a ocupação de terras e moradias nos entornos; formas de trabalho e os entornos da cidade; lutas e resistências por políticas públicas; Cametá e o surgimento de novos espaços habitacional: Bairro Novo e Bairro Nova Cametá, século XX. Nos subtópicos, foram realizadas as análises e interpretações do objeto-problema: a ocupação de terras nos entornos da cidade de Cametá (PA), nas décadas de 1980-2000, pesquisado e articulado com teorias, que constituem o pano de fundo para o desenvolvimento do trabalho. Além das considerações finais, referências e anexos fazem parte da pesquisa como um todo.

CAPÍTULO I: CIDADES AMAZÔNICAS E SEUS ENTORNOS

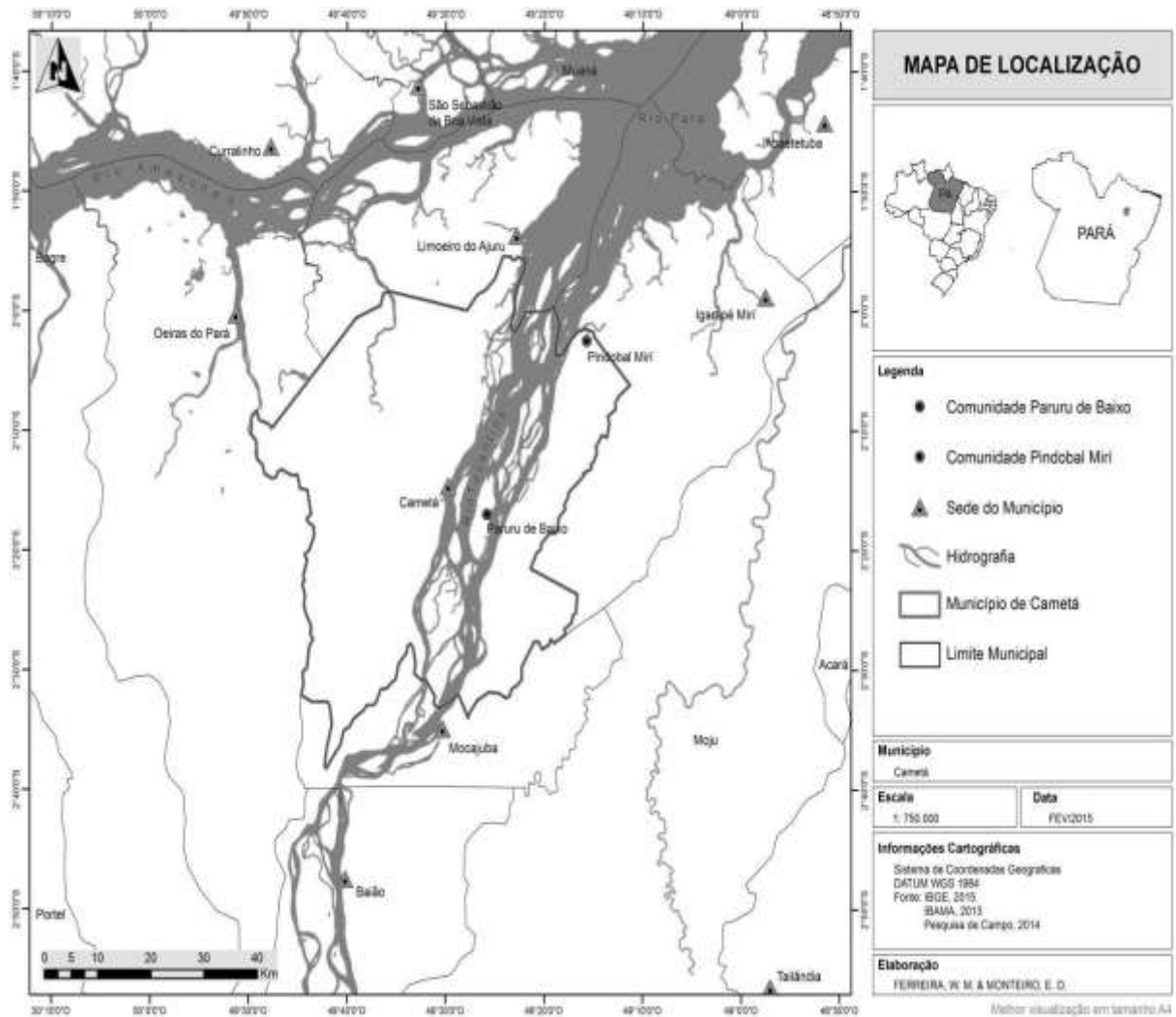
Este capítulo trata de uma contextualização histórica do município de Cametá, das cidades amazônicas, da ocupação do espaço e suas problematizações, considerando os entornos dessa cidade no contexto histórico e social da Amazônia, bem como as contradições das relações humanas, uma vez que, no decorrer do desenvolvimento das cidades, há diferentes formas de organização e representação simbólica dos homens, que envolvem disputas, interesses e práticas sociais, que se refletem no modo de vida das populações amazônicas. Autores como Trindade Jr. (2008), Castro (2008), Acevedo (1998), Carvalho (1998), Padinha (2010) trouxeram reflexões importantes que ajudam a compreender a ocupação do espaço urbano, suas representações na lógica das relações dos homens no campo político, econômico e cultural.

1.1 A CIDADE DE CAMETÁ NO CONTEXTO POLÍTICO, ECONÔMICO E EDUCACIONAL

O município de Cametá está localizado às margens esquerdas do rio Tocantins, por cerca de 3 km de extensão (IBGE, 2010), e limita-se, ao norte, com o município de Limoeiro do Ajuru, ao sul, com Mocajuba, a leste, com Igarapé-Miri, e a oeste, com Oeiras do Pará. Sua distância de Belém é de 150 km em linha reta imaginária (SILVA ASSUNÇÃO, 2015, p. 8).

Cametá constava com uma população de 120.826 habitantes (censo de 2010), distribuída entre zona urbana e rural. Sua densidade demográfica é de 31,21 ha/km e tem uma composição territorial composta pelo distrito de Cametá (sede do município), Joana Coeli, Curuçambaba Carapajó, Moiraba, Nossa Senhora do Carmo, Areião e Juaba (IBGE, 2010), e, possivelmente, uma existência da instalação da promulgação da lei orgânica para a criação dos distritos de Torres e Porto Grande.

Figura 1 – Mapa de localização de Cametá⁴. O município de Cametá pertence à mesorregião do Nordeste Paraense e à microrregião de Cametá

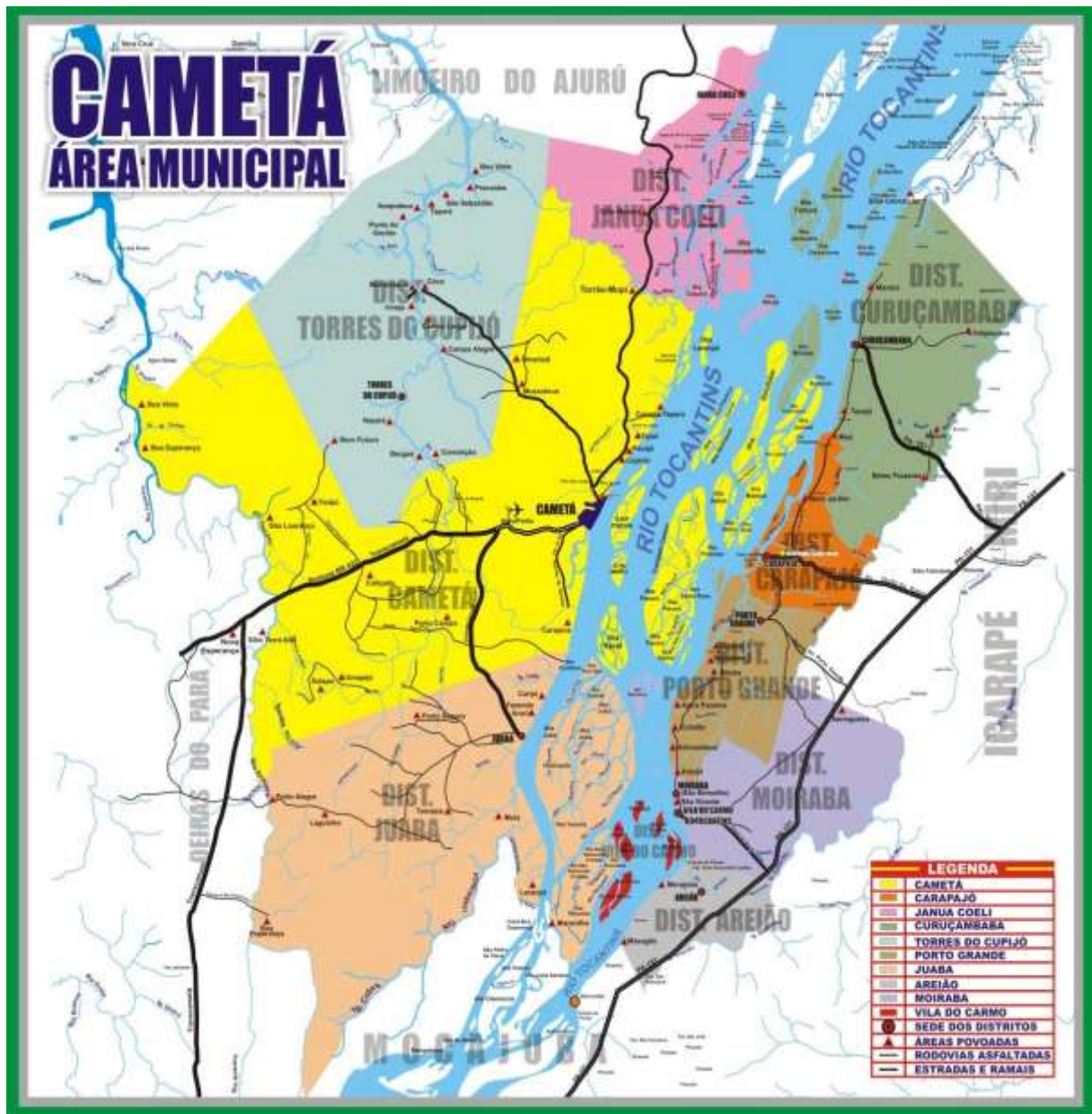


Fonte: Projeto Gespan (2004)

O mapa abaixo situa os distritos que integram o território do município de Cametá, revelando uma geografia extensa e bem complexa para as aplicações de políticas públicas que atendam de modo satisfatório a população.

⁴ O município de Cametá pertence à mesorregião do Nordeste Paraense e à microrregião de Cametá. A sede municipal tem as seguintes coordenadas geográficas: 02°14'32" de latitude sul e 49°29'52" de longitude a oeste de Greenwich. Limita-se, ao norte, com o município de Limoeiro do Ajuru e Igarapé-Miri, ao sul, com o município de Mocajuba; a leste com o município de Igarapé-Miri; e a oeste com o município de Oeiras do Pará (PROJETO GESPAN, 2004).

Figura 2 – Mapa do município de Cametá



Fonte: Prefeitura Municipal de Cametá (2013).

A cidade de Cametá remonta à construção de meados do século XIX, com uma arquitetura colossal, dos tempos do Império português, com imensas muralhas de proteção “[...] a cidade, um longo cais de arrimo, em porto de características real européia, imensos casarões coloniais de estilo européias” (CARVALHO, 1988, p. 31). Por ser uma cidade histórica, com padrões de engenharia moderna que quase não se igualou com o que foram construídas há décadas, pois, atualmente, pouco existe esse modelo, arquitetônico, porém, os vestígios que ainda nos restam nos fazem lembrar um tempo passado com reflexões acentuadas nas relações dos homens na cidade de Cametá.

No campo político Cametá, entre o período de 1980-2000, houve forte influência de um poder oligárquico local, chefiado por famílias Peres e pessoas ligada a eles “[...] constituído um império como um instrumento de poder” (CARVALHO, 1988, p. 39), para manipular os interesses coletivos sociais, em favor de seus correligionários caracterizados pelas famílias Valente, Castro, Tavares e Furtado, entre os quais compreendemos que estas serviam como “cabos eleitorais” e defensoras das ideologias propagadas nos bastidores políticos.

Ferreira (1988, p. 18) afirmou que a “Revolução de 1930 não mudou a situação das oligarquias, mas, possibilitou um real acomodamento dos espaços de poder”, isto nos leva a interpretarmos que a permanência no poder político local de família, como a Peres, passa por ressignificação do pensamento e discurso, para conter a população sob seu controle, porém, na prática, representava o domínio do poder político e das determinações particulares e não para a sociedade como um todo.

Ernani Maria (1999, p. 38) também comentou que “[...] o controle político não pode ser compreendido isoladamente, mas, em interações com a estrutura econômica”, não de seu modo determinista, ou pensar que toda realidade deva obedecer a essa regra, mas, no município de Cametá, constatamos que um pequeno grupo composto por comerciantes, empresários, médicos e políticos, que detém o capital e a terra, teve e ainda tem seus atrelamentos ao poder político e às ações, que este destrincha para servir e manter *status quo* de uma pequena parcela da população.

No mandonismo local na vida política brasileira, Queiroz (1969, p. 5) nos ajuda a compreender quando afirma que “[...] em todas as ocasiões como o poder forte veio se desenvolvendo também um poder central”, que doravante tem uma correlação de forças entre os governos estaduais e municipais, isto nos remete a entender que as relações do poder político entre essas esferas estavam e continuam tendo as trocas de favores e a manutenção dos cargos políticos nas mãos de poucas pessoas.

Neste último, podemos correlacionar Cametá na política do mandonismo, onde grande parte da população vivia sob os ditames das regras e dos interesses, pois havia medo de sofrerem represálias, ou mesmo violências por parte daqueles que protestavam os ideais politiqueros do poder político local. O perfil de mandatos políticos veio oscilando entre famílias que tinham uma posição de direita e manipulavam os pleitos eleitorais, por meio de distintas formas de repressão que não deixava de ser uma violência psicológica. O quadro abaixo caracteriza uma trajetória política histórica na administração pública da Prefeitura de Cametá.

Quadro 1 – Os gestores municipais de Cametá de 1985 a 2008

Período	Nome do prefeito	Partido político	Genealogia das famílias
1985-1988	José Valdoli Filgueira Valente	PDS Atualmente PP	Originário de uma família de comerciante (varejista e atacadista) e de grandes proprietários de terras. Nasceu na localidade de Panitá, comunidade rural de Pacovatuba. Estudou no colégio Nossa Senhora Auxiliadora, na cidade de Cametá. Entrou para a política em 1974, como vereador (quando já era professor). Foi vice-prefeito na gestão do Sr. Alberto Mória Mocbel.
1989-1992	Milton dos Santos Peres	PDS Atualmente PP	Uma das famílias mais tradicionais de Cametá. Existe, inclusive, a residência dos Peres, na Praça dos Notáveis, evidenciando o seu lugar social e o seu lugar geográfico, no espaço da cidade.
1993-1996	João de Jesus Francês Medeiros	PMDB	Pertence a duas famílias notáveis de origens diferentes. A família Francês, de origem europeia, que adquiriu muitas propriedades de terras na comunidade de Turema e também trabalhava no ramo do comércio. Já a família Medeiros teve origem na comunidade rural do Turema, no município de Cametá e trabalhava no ramo do comércio varejista e atacadista.
1997-2000	Emanuel Cunha	PSDB	Originou-se do encontro entre uma cametaense da comunidade do rio Juba, de família tradicional e de um cearense que exerceu a profissão de dentista. Em sua essência faz parte de uma família de profissionais liberais.
2001-2004	José Rodrigues Quaresma	PT	Originou-se de família de trabalhadores rurais das proximidades da comunidade de Mupi Torrão, o Tauajó, no município de Cametá, foi professor, iniciou sua militância política no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cametá.
2005-2008	José Valdoli Filgueira Valente	DEM Antigo PFL	Originário de uma família de comerciante (varejista e atacadista) e de grandes proprietários de terras. Nasceu na localidade de Panitá, comunidade rural de Pacovatuba. Estudou no colégio Nossa Senhora Auxiliadora, na cidade de Cametá. Entrou para a política em 1974, como vereador (quando já era professor). Foi vice-prefeito na gestão do Sr. Alberto Mória Mocbel.

Fonte: Elaborado pelo autor do trabalho.

As alternâncias de gestores estabelecidos acima são provenientes de famílias que definem uma elite local, em consequência do poder político, porém podemos observar que o

ex-prefeito João Medeiro quebrou um pouco a lógica da oligarquia de Cametá, pois, vindo de outros laços familiares, buscou administrar as políticas do município, incluindo pessoas de outras denominações partidárias, como o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). De acordo com Larêdo (2013), o alinhamento político entre o gestor e os demais sujeitos “[...] permitiu relações de aproximações que conciliou os interesses da classe trabalhadora no município de Cametá, contrariando, assim, o pensamento gersista que dominava a política na época”.

Contudo, as eleições de 2000, o PT chegou ao poder a partir da mobilização dos movimentos sociais, despontando, assim, mudanças de mentalidade, postura de anseios por transformações nas políticas, havendo com isso um reordenamento de consciência de classe, principalmente dos trabalhadores rurais do município de Cametá.

Queiroz (1969, p. 91), no seu ensaio de sociologia política, situa a análise nos períodos históricos (colonial, imperial e republicano), para assim configurar os estudos sobre o mandonismo local na política brasileira:

As características das expressões do coronelismo, latifundiária oligarquia clientelismo representado por um conjunto de ideias e práticas sociais chefiado pelo mandonismo, uma espécie de ordem imputada aos seus agregados nas inter-relações mantidas entre sujeitos na sociedade e o domínio do coronel no município e de sua autoridade.

A ideia de Queiroz nos permite compreender que o coronel era e ainda é um chefe de poder político e econômico, pois, a concentração de terras dava-lhes *status* da representação do ato de ter e as eleições seriam uma das formas de a sociedade escolher por meio do voto, porém, seu governo representaria um pequeno grupo que se convergia para defender os interesses particulares. Além do mais, o clientelismo criava um vínculo peculiar e singular no poder político, uma ponte entre eleitos e seus subordinados para manter o controle das políticas dos estados e municípios.

No contexto histórico do município de Cametá, podemos observar que, embora não tenhamos uma expressão com maior grau de relações que se trate sobre o coronelismo, como no Sul do Brasil, por exemplo, Queiroz (1969) analisa em termos de comparações, ajudando-nos a refletir que as ações e reflexos de comportamentos de homens se incorporaram em si estas ideias de poder e mando, o que, de fato, a correlacionam com as práticas administrativas de políticas que serviam e continuam a servir as particularidades de famílias ligadas ao mandonismo e isso garante benefícios, como sonegação de imposto, melhoramento da estrutura física da cidade a ocupação das melhores áreas de terras, os empregos e a estabilidade econômica.

Quanto à economia no município de Cametá, ela tem como base o extrativismo natural vindo da agricultura, da pesca, do açaí, da extração de madeira e da criação de aves e animais. Segundo Costa (2006, p. 233), “[...] a agricultura nas ilhas, de modo geral, não representa, ainda, grande peso na economia, talvez por ser uma atividade com menor importância”, porém, analisamos que a economia está relacionada com o extrativismo, uma atividade importante para a sede do município de Cametá, principalmente a feira livre abastecida com múltiplos produtos da agricultura e da comercialização do pescado.

Contudo, observou-se que, na história de Cametá, a não valorização do agricultor e a falta de políticas que incentivem o homem a desenvolver atividades agrícolas talvez tenham contribuído para o não crescimento de uma economia de alto padrão, de relevância para o mercado interno e externo, uma vez que a mobilização econômica tem estreitas relações com a população nacional, regional e local, pois, reflete e influencia os agentes sociais nos seus respectivos espaços geográficos.

Os ciclos econômicos de Cametá – como destaca Larêdo (2013, p. 218), “borracha, cacau, castanha e pimenta-do-reino” – trouxeram mudanças para estrutura física da cidade e melhoria de qualidade de vida para uma parte da população, porém, isso foi passageiro, pois, entre 1980 e 2000, já havia entrado em crise, com a desvalorização dos recursos naturais, despontando, assim, para outros, como a pesca do mapará e a extração do açaí. O comércio e a feira livre também constituem espaços importantes para a economia local, uma vez que mobiliza a população de diferentes realidades sociais e municípios vizinhos da região tocantina para as transações comerciais.

Outro aspecto importante no município Cametá foi a educação. Segundo estatística municipal (CAMETÁ, 2014, p. 45), Cametá “[...] estava constituído de estabelecimento de ensino, formando unidades escolares, onde se processa atividade de ensino-aprendizagem”, atendia a um público que vai desde a Educação Infantil, séries iniciais do Ensino Fundamental, EJA e Ensino Médio. No entanto, para o recorte temporal pesquisado, observamos poucas escolas na sede do município, o que demonstra o quadro abaixo:

Quadro 2 – Escola e graus de ensino 1990-2006 sede município

	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
1990	-	2	13	3	18
1997	-	5	14	4	23
2000	-	7	18	5	30
2006	-	7	20	5	32

Fonte: Elaborado pelo autor do trabalho.

A partir dos demonstrativos, o estabelecimento de dependência administrativa de graus de ensino, entre 1990 e 2000, considerando as terminologias da pesquisa do recorte temporal, podemos observar a ausência do Pré-Escolar, o aumento do Ensino Fundamental e o congelamento do Ensino Médio, ou seja, analisando o período, compreendemos que o município de Cametá tinha poucas escolas para atender à demanda educacional da população, uma vez que as políticas públicas de ensino não estavam definidas na sua totalidade a quem cabia a responsabilidade, do estado ou do município, pois, a Educação Infantil, praticamente, era inexistente, pois, não havia escolas para o atendimento de crianças na esfera pública.

No Ensino Fundamental podemos dizer que as escolas não eram talvez suficientes para o número de alunos, pois, o crescimento territorial da cidade, a partir do surgimento de novos bairros, como Nova Cametá, Cidade Nova, Bairro Novo e Matinha, forçou o governo municipal a construir estabelecimentos de ensino para que os alunos tivessem acesso à educação escolarizada. Quanto ao Segundo Grau, Cametá contava com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), escola pública, o Instituto Nossa Senhora Auxiliadora (INSA), escola particular, e, por último, em 1988, a fundação da Escola Estadual de Ensino Médio Prof. Osvaldina Muniz, também escola pública, que destinava vagas a partir de testes de seleção, por meio dos quais os alunos concorriam a vagas para estudar.

Carvalho (1988, p. 35), na sua pesquisa de dissertação de mestrado, buscou informação sobre a educação na Secretaria, a qual afirmou que o órgão não sabia dizer exatamente o número de escolas, mas, por meio de um cálculo, chegou ao seguinte: “1ª a 4ª série, sendo 7 escolas no distrito sede e 5 escolas distribuídas em vilas e povoados a nível multisseriadas; 15 escolas municipais de 1ª a 4ª série e uma escola de primeiro grau maior de 1ª a 8ª série, inexistindo o ensino do pré-escolar”.

A realidade da educação escolar escrita para nós, em Cametá, ainda estava longe da universalização do acesso à escola, à informação, à formação e ao ensino aprendizagem sistematizado. É interessante identificar que o contexto da pesquisa, situado de 1980 a 2000, estava em transição de mudança do regime político da ditadura civil militar para a democratização do país.

O marco histórico desse período foi, sem dúvida, a Constituição Federal brasileira de 1988, que trouxe no seu bojo o seguinte “A educação, direito de todos dever do estado e da família, será promovida incentivada com a colaboração da sociedade visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho” (art. 205).

Como direito político, a educação passou a ser vista como um bem social e universal a todos, e o estado, por meio de um conjunto de ações, juntamente com a família, assume a responsabilidade com a promoção do ensino, bem como a colaboração da sociedade, de maneira que o desenvolvimento individual e coletivo prepare para a cidadania e para o mercado de trabalho. Há de se perceber o distanciamento entre a lei e a realidade escolar na rede pública de Cametá, onde tanto o de Primeiro Grau quanto o de Segundo Grau, chamado no período histórico, apresentava uma precariedade dos serviços na educação.

Carvalho (1998, p. 35) aponta, na sua análise, “[...] a falta de escolas e a formação do professorado”; esta última representava um quadro de professores leigos (com experiências e práticas pedagógicas, mas sem fundamentos teóricos precisos para a efetivação da docência). O ensino Supletivo de Primeiro Grau também tinha destino: atender à população adulta que trabalhava no comércio, na feira, de modo autônomo, mas com pouca instrução escolarizada.

Havia também os problemas decorrentes de elevados índices de evasão escolar no Segundo Grau. Tanto Larêdo (2013) quanto Carvalho (1998) analisam que “[...] as necessidades dos alunos levavam a trabalhar para ajudar a família”, e isso levava a pessoa a deixar a instituição de ensino, ou mesmo migrar para outras cidades da Amazônia à procura de oportunidades de trabalho e melhoria de condição de vida, dentro de uma lógica que sempre despertou interesse para a busca de estabilidade econômica.

1.2 AS CIDADES AMAZÔNICAS EM ESTUDO: REFLEXÕES SOBRE O ESPAÇO URBANO

As cidades amazônicas possuem características e definições próprias, no que diz respeito ao desenvolvimento político, econômico e cultural, pois, são construídas a partir de relações históricas de determinado período. Trata-se de diferentes processos, que envolvem um conjunto de pessoas, lugares, ideologias e culturas, representadas pelas práticas sociais e simbólicas que carregam em si um passado que reflete as condições de vida das populações das cidades na contemporaneidade.

A cidade de Cametá, uma das mais antigas da Amazônia, com cerca de 400 anos de história, teve sua origem no processo de colonização portuguesa, o que, de certo modo, contribuiu no desenvolvimento histórico e cultural de maneira desigual. De acordo com Carvalho (1998, p. 21), “Cametá tem uma estrutura de cidade enraizada no modelo econômico que se vincula à política efetivamente voltada para os interesses de uma pequena classe”, que possui uma estrutura social estável, que se reflete, portanto, nas condições de vida, de trabalho,

de moradia e de emprego, pois, nos entornos, formados pelos bairros, vilarejos e povoados, prevalecem as péssimas condições de sobrevivência de uma maioria da população de Cametá.

De acordo com Trindade Júnior (2008), entende-se que há uma relação entre cidades e região na Amazônia dentro de uma perspectiva, onde a “[...] floresta está associada à particularidade regional, levando-se em conta a diversidade de pequenos núcleos urbanos e sua forma de inserção no ambiente em seu entorno”, ou seja, na Amazônia as grandes cidades e as pequenas mantêm-se as inter-relações com a floresta em consonância com as particularidades, que cada uma tem em seu entorno, pressupondo a compreensão daquilo que vai ficando nos espaços como resultados das ações humanas, porém, revelam as condições históricas e sociais em que uma grande parte da população da Amazônia sobrevive.

Nos entornos da cidade de Cametá, tem-se constatado que a floresta e os rios têm forte relação com o seu desenvolvimento econômico. Flodoaldo Santos (2015, p. 19) pontua que “[...] o porto de Cametá constituiu um dos espaços de circulação de pessoas, de produção extrativista como cacau, borracha, castanha entre os quais possibilitou o crescimento interno urbano”, uma vez que os povos ribeirinhos têm contribuições entre o comércio e os produtos advindo da floresta, isto, remete à compreensão de que Cametá, como as outras cidades da Amazônia, situadas à margem dos rios, passaram a influenciar as relações de poder em seus entornos pelas demarcações de espaços, ou seja, por meio das ocupações de terras.

Na atualidade, o entendimento das “[...] cidades devem estar, associadas aos sistemas socioecológicos, dentro dos quais permitam compreender como habitat contemporâneos e nos quais estabelecem as mais diversas relações” (TRINDADE JR., 2013, p. 4). Aqui a presença da floresta nas cidades amazônicas está intrinsecamente influenciada pelos aspectos econômicos e culturais, representados pelos movimentos de troca, não somente de ideias e experiências de conhecimentos entre pessoas, mas também a presença do comércio, a exploração do extrativismo regional, meios pelos quais as cidades amazônicas ganharam sua moldagem, em torno de formas e conteúdos, pois, são dois elementos importantes na construção de espaços urbanos.

Cametá expressa essas características bem de acordo ao modelo econômico desenvolvido a partir da floresta, pois, a partir desta, a cidade é abastecida com a produção do pescado, do extrativismo, dos frutos e cereais, provindos das atividades agrícolas. A esse respeito, Santos (2015, p. 29) ressalta que “[...] o porto representa o espaço concentrador da circulação diária de pessoas e de produção”. Aqui formas e conteúdos estão intrinsecamente

relacionados com as ações dos homens e permite compreender as representações de poder representado nos espaços urbanos.

Lefebvre (1974, p. 18) analisa a floresta e a caracteriza da seguinte maneira:

Como espaço socialmente produzido e em suas múltiplas dimensões, dentre elas a ecológica, a econômica, a lúdica, a funcional, e também, a das representações simbólico-culturais, aonde se fazem presentes, valores, saberes que a tornam parte da vida urbana a ela se vinculam no mundo social.

O autor enumera um conjunto de elementos, produtos da própria floresta, que têm relações múltiplas em seus *habitats* com a natureza, representados no campo da simbologia e da cultura, e que demonstram seus valores e saberes, os quais estão diretamente ligados à vida urbana. Essa caracterização permite identificar que as cidades amazônicas têm formação distinta, tanto em termos de populações, quanto em seu desenvolvimento político, econômico, cultural e crescimento espacial. Nesse sentido, a cidade de Cameté e seus entornos mantêm relações com a floresta, que se manifesta a partir das diversas formas de expressão, tanto do pensamento, quanto da linguagem, da arte e da cultura, considerando as tradições e renovações dos conhecimentos.

Na análise de Trindade Jr. (2013, p. 4) sobre as cidades amazônicas, a discussão demonstra o perfil de três tipos de cidades pequenas, destacando: “as cidades-empresa, as cidades rodoviárias e as cidades tradicionais”. Inseridas de maneira diferenciadas no contexto regional, elas têm a sua compreensão na lógica histórica de processos de interações e integrações sociais, cuja marca está na questão econômica, migratória, circulação de mercadorias, ideias e adequações socioespaciais, como dinâmicas das relações dos homens.

A partir dos três tipos de cidade apresentados por Trindade Jr., aqui interessa as cidades tradicionais, dentre as quais Cameté se enquadra, pois, seu processo de formação histórica esteve associado à ocupação de terras e à exploração do comércio, porém, as circulações de ideias também tiveram papéis importantes na consolidação de princípios e valores na vida dos homens, e isto implicou na organização das instituições que representam as políticas, o poder ideológico, o econômico e o cultural. Além do mais, nos entornos, há reflexos desse conjunto de fatores que se fazem presentes nas desigualdades e exclusões sociais.

Contudo, é necessário, a partir de uma análise mais específica, identificar que:

Dessa forma os diferentes tipos de cidades são particularizados através de suas configurações espaciais e de processos por meio dos quais a floresta e seus recursos (materiais e simbólicos) adquirem significados e importância também diferenciados; isso em razão da maior ou menor presença de frentes econômicas e migratórias e de lógicas de circulação e de reestruturações socioespaciais importa a região amazônica em períodos mais recentes. (TRINDADE JR., 2013, p. 4).

As cidades amazônicas constituem-se de formatos diferentes dentro de suas particularidades, nas definições espaciais que permitiram as construções estruturais físicas, processos determinados pelos indivíduos, nos quais a floresta e seus recursos tornaram-se relevantes no desenvolvimento econômico e social da região, pois, geraram uma produção e objetos simbólicos de significado e importância para as populações da Amazônia. Assim, observamos que a escala de crescimento e reestruturação espaciais imposta nas cidades tem uma variada proposição, desde o passado até a ocupação recente dos contextos históricos e culturais das populações, que refletem nas condições dos agentes e de seus entornos.

A configuração desigual do centro e da periferia da cidade de Cametá se caracterizou historicamente por relações sociais peculiares em cada área. Quanto à especificidade de cada um, Pompeu (2002, p. 98) menciona que:

De um lado, uma elite detentora de uma infraestrutura que lhes garante melhor qualidade de vida, assegurada por uma economia ativa e voltada á exportação. Sobressaem-se as grandes casas comerciais; as fabricas, de sabonetes, de botões de madrepérola [...] de outro lado, a plebe que só encontra identidade Cametaense nas suas manifestações culturais-manifestação religiosa (ladainhas, novenas e mastros), banguê, samba de cacete, música popular-, algumas dessas manifestações ocorreu apenas nas áreas periféricas. Atualmente algumas delas forma incorporadas ao calendário de eventos da cidade e não são mais tão estigmatizadas como outrora.

Compreendemos que o centro da cidade de Cametá foi fortalecido pelo setor comercial, um espaço de demarcação de relações histórico-sociais, concentração de renda e de infraestrutura, que atende a uma pequena elite. Por outro lado, observamos que a periferia surgiu como lugar de especificidades culturais, dentre as quais convivem com a pobreza e as precárias condições dos serviços de políticas públicas no município de Cametá. Historicamente, as elites não aderiram às culturas populares no passado e que, atualmente, têm uma aproximação entre centro e periferias, resultados das contradições e mobilizações humanas em parte já suprimidas.

Muitos estudos sobre a urbanização da Amazônia foram realizados por teóricos como Oliveira (2000), que a chama “cidades na selva”. Já Castro (2008), em sua coletânea de artigos, destaca entre a titularidade “cidades na floresta”, e demonstra a questão regional na Amazônia, de modo direto e indireto, que proporciona debates e problematizações acerca do processo de urbanização, muito associado à imagem de floresta, que tem diferentes interpretações e olhares em relação às populações alocadas nos múltiplos lugares, porém, relacionado com a sociedade.

As concepções sobre as cidades são variadas, seguindo a lógicas de diferentes interpretações. Ao que se refere a Cametá, entende-se que esta demonstra aspectos peculiares no que diz respeito à floresta, como comentado anteriormente, uma vez que a exploração dos

recursos vegetais e a agricultura tornam-se atividades que proporcionaram o crescimento urbano, porém, sem uma infraestrutura completa, que possa atender a seus entornos, que convivem com realidades distintas, como a falta de políticas sociais, em destaque a falta de um sistema de saneamento básico completo e de assistência às necessidades coletivas da população.

Os termos “cidades da floresta” e “cidades na floresta” são apenas conotações literárias que se fazem para analisar as suas construções a partir de comparações, porém, cada autor(a), utiliza uma concepção diferentes para estudar o mesmo objeto, atribuindo características peculiares e singulares no processo de construção das cidades brasileiras, especificamente da região amazônica. Quando se analisa a cidade de Cametá e seus entornos, encontramos aspectos diferenciados em relação às cidades na floresta, por estas serem consideradas tradicionais, frutos da colonização portuguesa, carregando em si um passado histórico e social, que evidencia uma releitura crítica dos sujeitos formadores de seus espaços e de suas representações simbólicas e culturais.

Nessa lógica, é importante identificar os dois tipos de cidades na Amazônia, para compreendermos a cidade de Cametá e seus processos estruturais, bem como os reflexos em seus entornos. Padinha (2010), Castro (2008) e Carvalho (1998) analisam as cidades no âmbito geral e específico, onde elas retratam um contingente populacional enorme e expressam as disparidades de desigualdades educacionais, sociais, históricas, culturais e entre outros, tal qual uma pequena classe social, como, por exemplo, a política empresarial e comercial dominam os melhores espaços das cidades amazônicas, pelo fator relacionado à dependência econômica.

Castro (2009) e Trindade Jr. (2010) evocam os conceitos das “cidades das florestas” e as “cidades na floresta”. Na comparação e análise, as primeiras eram as mais comuns na região até a década de 1960, essas cidades possuíam características marcantes, como pequeno porte de meio de transporte, usado por seus habitantes, associado ao rio. De fato, tais características “[...] davam a estas aglomerações fortes ligações com a dinâmica da natureza, com a vida rural não moderna e com ritmo da floresta pouco explorada” (TRINDADE JR., 2010, p. 118). No caso de Cametá, a cidade tinha uma fisionomia geográfica tomada pela mata e floresta com poucas habitações, embora os movimentos de deslocamentos populacionais já existissem nessa época.

Contudo, é importante salientarmos que a vida das populações das “cidades da floresta” decorria na velocidade dos próprios rios. Assim, a cidade de Cametá e seus entornos eram banhados e estavam sempre estabelecendo um forte vínculo de relação, dentro dos seus respectivos entornos, povoados, vilas e comunidades ribeirinhas. Com o movimento de pessoas

e circulações de mercadorias houve transformações em muitas cidades que tinham aspectos “rurais” como Cametá, porém, nem todas perderam efetivamente seus aspectos sociais, históricos, econômicos e culturais, pois, apesar do tempo, ainda há predominância de vestígios do passado em algumas cidades da Amazônia, uma vez que ainda dependem em grande parte das vias hidroviárias.

As “cidades na floresta”, por outro lado, são aquelas que tende a se articular com as demandas externas da região, “[...] fazendo da floresta um elemento de pouca integração aos novos valores da vida urbana, sendo o mesmo, sua negação, vista, principalmente, como espaço de exploração econômica” (TRINDADE JR., 2010, p. 118). Nessa linha de pensamento, o autor pontua que, na maioria das cidades, observou-se que tornaram bases logísticas para as relações econômicas na Amazônia, voltadas para uma racionalidade regional, e dá exemplo das cidades-empresas, uma caracterização dada por Trindade Jr. (2010) para “[...] núcleo urbano como a cidade de Tucuruí, Carajás, Porto Trombetas”, que, na verdade, constituem referências de apoio aos empreendimentos dos grandes projetos, instalados na Amazônia, para suprir às necessidades empresariais, explorar os recursos naturais e minerais, destinados ao mercado externo.

Com os projetos direcionados para a Amazônia na dinâmica do capital, Costa (2006) e Carvalho (1998) analisam que a Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT) contribuiu com o desenvolvimento de geração de energia para as empresas e indústrias, colaborando com o *marketing* das cidades “desenvolvidas”. No entanto, as cidades do baixo Tocantins⁵, entre estas o município de Cametá e seus entornos, ficaram quase duas décadas sem os benefícios da energia, além dos impactos causados aos ribeirinhos e vilarejos, tendo em vista o deslocamento da população em direção à cidade de Cametá, o que, conseqüentemente, ocasionou a aglomeração de pessoas, viabilizando o processo de formação de novos bairros.

Outrossim, o modelo de desenvolvimento alimenta as máquinas e acumula o capital e riquezas em detrimento da exploração de mão de obra barata, baixos salários, miséria, fome, pobreza e exclusão social, como retrata Carvalho (1998) sobre a “[...] exclusão social das políticas públicas de Cametá e nos entornos”. O processo de territorialidade também a partir das rodovias criou uma nova dinâmica para o surgimento de muitas cidades na Amazônia, o

⁵ O baixo Tocantins é composto por onze municípios: Mocajuba, Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia. Convencionou-se dividir o rio Tocantins em três porções: o alto Tocantins, com início na nascente em Goiás, percorre 1.060 quilômetros até a cachoeira do Lajeado, no estado do Tocantins; o médio Tocantins estende-se por 980 quilômetros, de Lajeado até Tucuruí, no Pará; e o baixo Tocantins, que cobre os 360 quilômetros finais até a foz (CABRAL, 2013).

que revitalizou alguns centros urbanos tradicionais, como o que ocorreu com Marabá, Altamira e Itaituba, em seus respectivos espaços geográficos, que foram cortadas pela rodovia Transamazônica, porém, Cametá e seus entornos tiveram apenas o crescimento populacional, fato decorrido da construção da Usina da Hidrelétrica de Tucuruí.

A internacionalização do capitalismo na Amazônia remonta a meados do século XX, por volta de 1950, o discurso de integração da região no território brasileiro se caracterizou pela expansão dos grandes projetos, objetivando desenvolver a região na exploração dos recursos naturais, minerais, setor madeireiro, entre outros, o que contribuiu para o desenvolvimento em parte da região, porém, houve impactos para diferentes formas de vida das comunidades locais, pois, muitos migraram para as cidades, situação decorrente da disputa pelas terras. Desse modo, Cametá e seus entornos cresceram em consequência dos problemas ocasionados pela UHT, porém, nesse contexto havia a esperança dos sujeitos em encontrar moradias e formas de trabalhos, a fim de melhorarem as condições sociais de vida.

Consideramos que os reflexos da conjuntura social do sistema capitalista na Amazônia despontam para um contraste político e econômico, pois, parte da população vive às margens do desenvolvimento e do progresso. Isso se evidencia pela falta de habitação, pelo desemprego, pela violência, pobreza e prostituição, e pela precariedade da existência humana nos entornos das cidades. A posse de terra é um dos fatores emblemáticos na Amazônia, uma vez que os trabalhadores não têm acesso, e isso impossibilita a iniciativa própria de criar estratégias para sobreviver; no caso de Cametá, essa realidade é visível, pois, existem terras e estas são “propriedades particulares” de uma oligarquia local.

A ocupação de grandes áreas de terras na Amazônia, destinadas à implantação de grandes projetos, como agropecuários, madeireiros e minerais, empreendimentos de empresários donos do capital, definiu uma nova reordenação territorial no espaço dentro da lógica capitalista produtiva, voltado ao mercado externo e à expansão dos negócios, que envolve um conjunto de pessoas: comerciantes, camponeses, trabalhadores rurais, pescadores, artesãos, carpinteiros, seringueiros, entre outros, cujos interesses se chocam e produzem movimentos de relações contraditórias e conflituosas, pois, a força do capital torna-se expressão daqueles sujeitos que têm poder político e econômico em suas mãos; e, por outro lado, aqueles que têm apenas força de trabalho, sem a posse de terra e meios para sobreviver, acabam migrando para as cidades.

O município de Cametá, região do baixo Tocantins, recebeu entre os anos de 1980 e 2000, um contingente populacional oriundo das consequências da UHT, um projeto de grande

empreendimento capitalista, que fechou o rio inundando áreas de terras, expulsando diferentes agentes de seus respectivos espaços de pertencimento, ocasionando, assim, o deslocamento para outras cidades, dentre estas Cametá. Dessa forma, compreendemos que a realidade social dos indivíduos não despontavam compatibilidades, para os cidadãos, no que diz respeito às condições econômicas, o que fez com que muitas pessoas se deslocassem do campo para as periferias, pois, o “centro da cidade” já era ocupado pela classe média, como políticos e comerciantes e profissionais liberais.

Segundo Castro (2015, p. 282), as políticas de ocupação implementadas na Amazônia do século XVII até o século XX, refletem colonialidade, dominação e exploração de recursos materiais e imateriais, uma vez que:

O caminho do progresso tem custos irreparáveis aos que lhe são impostos. Empreendimentos como o “Projeto Carajás”, a “hidrelétrica de Tucuruí” ou mais recente Projeto “Belo Monte” estão diretamente articulados com a degradação ambiental de florestas, a expropriação e apropriação de terras indígenas, bem como à constante expulsão direta e indireta de trabalhadores de suas terras em busca de trabalho na construção de projeto hidrelétrico, mineradores ou de transporte, são apenas alguns, dentre os inúmeros deslocamentos acoplados aos processos de desarticulação, de privatização e de “reestruturação produtiva” que seguem agravando as condições de pobreza dos Estados amazônicos.

Na análise da autora, os ideais de progressos para a Amazônia têm alterado a questão espacial, pois, os projetos de empreendimentos visam explorar as riquezas naturais e minerais, existentes na região, com a predominância de poder local político e ideológico, formas de assegurar a expropriação e apropriação de terras, para assim materializar as ações pensadas nas atividades produtivas capitalista, visando, com isso, aumentar o capital e atingir outras áreas, ainda não atingidas na Amazônia. Nos entornos de Cametá, a prática de apropriação de terras, foi comum durante muitas décadas, principalmente por políticos que faziam doações e que posteriormente tornaram-se especulativos com as vendas de terrenos.

Os espaços mais procurados passam a ser comercializados por sujeitos que têm uma dependência econômica, de maneira que as terras ocupadas têm distintas finalidades: podem ser usadas para a construção de grandes lojas, comércios, supermercados, estacionamentos para aluguel de carros, motos além de serem reservadas para construção de sítios ou chácaras, que servem para o descanso e lazer de algumas famílias cametaenses.

Essa caracterização permite identificar o êxodo rural, e a expulsão de colonos, camponeses, agricultores, indígenas e quilombolas, em que, muitas vezes, são levados a deixar ou vender suas pequenas propriedades para migrarem para as cidades, como exemplo,

Abaetetuba, Barcarena, Mocajuba, Cametá, lócus da pesquisa, onde, de 1980 a 2000, aproximadamente, veio crescendo o número de habitantes, como demonstra o Quadro 3.

Quadro 3 – Evolução populacional no município de Cametá (1980-2010)

CENSO	POP. MUNICÍPIO	POP. URBANA	POP. RURAL
1980	79.317	21.372	57.945
1991	85.140	30.278	54.909
1996	89.400	35.508	53.892
1997	90.638	36.008	54.650
1998	91.718	36.429	55.289
1999	92.779	36.850	55.929
2000	97.624	40.417	57.207
2001	99.016	40.993	58.023
2002	100.241	41.500	58.741
2007	110.323	47.984	62.339
2010	120.896	52.838	68.058

*A população urbana corresponde à contagem da população da sede municipal e das vilas distritais.

Fonte: Elaborado pelo autor do trabalho.

Compreendemos que o crescimento populacional ocorreu tanto na zona urbana de Cametá quanto na zona rural, onde ainda prevaleceu, para o período pesquisado, a maioria das pessoas, pois, as mobilizações decorrentes do processo de evolução humana na ocupação do espaço, no que diz respeito à cidade e ao campo, parecem ser lentas, porém, graduais, uma vez que o deslocamento de sujeitos de um lugar para o outro é dinâmico e depende, em parte, das condições que a natureza geográfica oferece para seus habitantes.

Além do mais, os grandes projetos alimentaram a esperança de uma grande parte da população a encontrar empregos, o que, na concepção de Castro (2015), permitiu os processos de desarticulação, privatização e reestruturação produtiva. Isso, de certo modo, agravou ainda mais as condições de pobreza dos povos das cidades da Amazônia, e refletiu e continua refletindo no entorno dessas zonas urbanas, como os inchaços nas periferias das cidades, lugares esses que, na maioria das vezes, não possui infraestrutura adequada para atender às suas necessidades, ou seja, não existe um sistema de esgoto completo, sem dizer da falta de políticas sociais, como educação, moradia, segurança, entre outros, direitos excluídos para a população.

De acordo com Castro (2008, p. 90), é importante problematizar que:

A expansão do capital ocorrida a partir da década de 1970 desencadeou novos processos em que, o urbano se tornaria a mediação fundamental do movimento de

globalização, com sérios impactos na economia e o uso da terra. O Estado teve papel central na gestão e na produção desse movimento. Tais fatores constituíram elementos geradores de conflitos pela disputa na ocupação do território e pela apropriação marcadamente desigual da infraestrutura produzida, pelo Estado, como rodovias, hidrelétricas, postos, equipamentos e serviços coletivos, notadamente os localizados nas áreas urbanas.

O capitalismo é um sistema econômico, produtivo e reprodutivo das relações humanas, e, na lógica do espaço urbano, fundamenta, no movimento de globalização, um conjunto de elementos que se juntam para expressar a hegemonia das pessoas no pensamento, na linguagem, na competição e no consumo, com um forte apelo de “igualdade social” entre os indivíduos na sociedade. As cidades tornam-se “lugares niveladores” de relacionamentos, onde as ideologias propagadas pela classe dominante tendem a “esconder” as realidades de desigualdades, que imperam entre os sujeitos.

Diante das transformações decorridas do sistema capitalista, a cidade de Cameté e seus entornos sofrem reflexos de um conjunto de ideias, que se expressam nas representações dos espaços de maneira hegemônica, os problemas que os indivíduos enfrentam no cotidiano recaem a invisibilidade, porém, as contradições reveladas entre os homens resultam em movimentos que apontam a realidade ao contrário da idealização de igualdade, pois, a predominância do capital sobrepõe aos interesses de políticas públicas destinados aos agentes sociais.

Sabe-se que os impactos do movimento da globalização revelam que a economia e o uso da terra passaram a ser vistas e definidas pelos donos do capital, como “alma do negócio”, pois, investir e apropriar-se do solo, simultaneamente, converge-se para a especulação de novas demandas de produção, que fomenta para o acúmulo de capital e mantém, assim, a estabilidade econômica nas mãos de um pequeno grupo. Nessa lógica de mercado, Cameté e seus entornos não fogem muito às regras estabelecidas pelo sistema capitalista, uma vez que adquirir um terreno depende de um alto valor, e isto, impede à população de ter acesso à terra, como direito político e social.

Contudo, as representações ilustrativas dos espaços urbanos retratam não somente os movimentos entre pessoas de classes diferentes, mas, sobretudo, as disparidades de desigualdades sociais, históricas e culturais, que, propagadas nos ideais capitalistas e ideológicos, são, muitas vezes, sustentadas pelo poder político dominante. Esse poder ora compactua com o silêncio dos problemas das realidades sociais, ora parte das populações das cidades, que é excluída dos serviços públicos como educação, saúde, lazer, segurança, além do

direito à moradia, acesso à terra, ao trabalho e a uma infraestrutura física adequada nos contextos espaciais para atender ao público.

Carvalho (1998, p. 27), nos “anos de 1980, mostrava as múltiplas lutas e experiências das organizações das classes subalternas”, período este de mobilização dos agentes em favor da melhoria da qualidade de vida e a busca pelo trabalho. Os entornos de Cametá, os movimentos sociais, os sindicatos e as igrejas lutavam contra o silêncio e a predominância do poder político oligárquico instalado na cidade, o qual vinha favorecendo famílias correligionárias ligadas aos interesses particulares, além da exclusão social, a autora remete em suas reflexões à falta de um projeto político consistente as necessidades básicas da população de Cametá.

De acordo com Monteiro *et al.* (1997, p. 111-112), com o agravamento de conflitos no campo envolvendo diferentes sujeitos – como posseiros, índios, peões, latifundiários, etc., inúmeras famílias têm-se transferido para as cidades, e isto é o reflexo,

Da estrutura agrária deficiente, que tem provocado a migração de pessoas da área rural. Além disso, nos últimos anos, um grande número de núcleos populacionais tem se formado em toda a região [...]. Em razão desses e outros fatores a população urbana da Amazônia tem crescido muito nas últimas décadas. Juntamente com a política de migração populacional, ocorre um acelerado crescimento das cidades amazônicas, os diversos núcleos urbanos contribuem para o processo de ocupação da região, servindo de espaço de apoio à mão de obra migrante e dos empreendimentos econômicos aí instalado, na medida em que concentram serviços moradias, comércio e etc.

Essas características do contexto amazônico remetem para a compreensão de diferentes situações e realidades sociais dos espaços envolvidos com agentes sociais diversos, e isso tem representado para a região o crescimento de conflitos pela disputa da posse de terra e o aumento da violência, principalmente no sul do Pará, onde o crescimento das cidades é, em parte, resultado de interesses opostos, entre os quais, os políticos e os empresários têm um projeto que sobressai a classe trabalhadora, e isso permite os processos de migração para os diferentes espaços urbanos, formando, assim, uma reserva de mão de obra.

O município de Cametá, no baixo Tocantins, apresenta aspectos diferenciados por não haver os conflitos em que se agregam indivíduos de diferentes extratos sociais, além de não existir recursos minerais que interessem ao capital. No entanto, a partir dos anos 1990, o processo de invasão de terras na cidade de Cametá, tornou-se uma das realidades constantes, principalmente para áreas de terrenos, que ainda não existia ocupação. O bairro da Nova Cametá se insere a partir desta dinâmica com a formação de pessoas que vieram da zona rural para zona urbana, porém, nessa chegada de novos moradores não houve um reordenamento de políticas públicas para atender às necessidades dessa população.

Na análise de Acevedo (1998, p. 1), no “Brasil agrário, as relações sociais entre grupos definem-se por uma forte oposição, o que mostra que mesmo as formas econômicas e políticas consideradas modernas, mantêm um conteúdo repressivo e violento”, isso significa que, na estrutura agrária, foram produzidas relações antagônicas devidamente à crescente disparidade e disputas pelo controle de recursos naturais, como, por exemplo, terras, águas, floresta, minério e paisagens. Tudo isso produz uma deficiência brutal na própria estrutura agrária, produto da história dos homens, que refletem nas condições das populações em sua grande maioria, que, sem o modo de produção (terra) e os meios (técnicas) acessíveis à sobrevivência, impõem o deslocamento do campo para as cidades.

De acordo com Carvalho (1998, p. 26) no processo produtivo com sua força de “[...] trabalho na condição do jogo do poder, que se opera entre classe dominante e classe dominada, sendo uma resultante direta das relações de poder na sociedade aonde seus contornos não são ligados à própria formação social [...]”, mas se mobilizam e reproduzem a partir da lógica capitalista. Contudo, as contradições se revelam nos espaços urbanos e seus entornos, na medida em que as representações de classes são estabelecidas e vinculadas por meio das relações de poder político e econômico. Nos entornos de Cametá, esta emblemática resulta, portanto, de um longo processo de mudanças e permanências das ações dos homens que lutam pela posse da terra em detrimento dos interesses particulares.

1.3 O COMÉRCIO E O CRESCIMENTO POPULACIONAL NA AMAZÔNIA NO SÉCULO XX

Cametá está situada à margem esquerda do rio Tocantins e seu desenvolvimento baseou-se no extrativismo regional e no comércio, atividades importantes que movimentaram e possibilitaram a ocupação de terras, as plantações, as colheitas e a exploração de recursos naturais, que servem de fonte de acumulação de riquezas, que despertaram interesses nos agentes sociais formadores da população do município de Cametá, estado do Pará.

De acordo com Sousa (2002, p. 23), na obra “Campesinato na Amazônia da subordinação à luta pelo poder”, verifica-se que:

A região das ilhas de Cametá, foi extremamente rica em recursos naturais. Foi ali que no passado se extraiu cacau (nativo), borracha, semente de ucuúba, semente de andiroba, açaí, pescado em abundância, e mais recentemente, madeira e palmito, chegando quase a exaustão dos recursos. Ali se praticou intensamente o sistema de aviamento, provavelmente desde o início do século XX.

Na análise, compreende-se que o extrativismo teve e continua tendo grande importância para a economia de Cametá, como também para Belém e Europa, pois daqui saía

uma produção de recursos, que eram beneficiados fora de Cametá, por não haver nesse município indústria que pudesse transformar em produtos. Sousa (2002) afirma que “[...] há indicações de que Cametá foi uma das primeiras áreas do estado do Pará a terem seus recursos explorados, tendo como suporte o sistema de crédito, que ficou conhecido como aviamento”, uma espécie de comércio, onde aconteciam as trocas entre cacau e borracha, castanha e outros, com os alimentos e mantimentos nas casas aviadoras.

Larêdo (2013, p. 225-226) traz uma análise mais próxima do nosso tempo e afirma sobre a:

Atividade econômica mais importante do município de Cametá é a agricultura. Os produtos cultivados são: a mandioca, o cacau, o arroz, o milho e a pimenta-do-reino. No ano de 2009, somente de mandioca foram colhidos 12.480 t. de raiz em 3.560 ha cultivados. De cacau são 1.550 ha, que geraram 244 t. de amêndoas. Nos 1.000 ha de arroz, foram colhidos apenas 900 t., uma baixíssima produtividade, mas suficiente para abastecer o consumo doméstico dos domicílios da zona rural.

Os produtos da região vêm da agricultura, tornando-se básicos na cidade de Cametá e seus entornos, embora na interpretação de Larêdo (2013), essa produção tenha se dado no rural e servido à população, há também o consumo na cidade, como é o caso da farinha de mandioca, o arroz e a pimenta-do-reino, que servem para ser comercializados, gerando, assim, lucro para os comerciantes da região do baixo Tocantins, principalmente do município de Cametá e seus entornos.

Carvalho (1998, p. 50) ressalta o papel da pesca local e diz que “[...] esta atividade é de fundamental para a economia do município de Cametá, principalmente a pesca artesanal, que é de sua importância na dieta alimentar da população”, sendo a base de sustentação econômica para a população de baixa renda. O pescado é uma das fontes econômicas em que muitos trabalhadores se mantêm dela, tanto é que a cidade, os povoados, as vilas e os ribeirinhos se alimentam dos peixes e movimentam o comércio e a economia local, contudo, é necessário compreender na análise que:

A pesca artesanal possui um grande potencial, representado pelo rio Tocantins, onde são capturadas as espécies de mapará, pescada, filhote, camarão de água doce, etc.; porém enfrenta grandes problemas como falta de infraestrutura de conservação e armazenamento, gelo, frigorífico, sal e outros que prejudicam a atividade e a quem dela depende para sobreviver. (CARVALHO, 1998, p. 50).

Contudo, apesar da abundância do pescado que havia nos anos 1990, no presente o município de Cametá e seus entornos encontram dificuldades, como salienta a autora: a falta de infraestrutura de conservação e de armazenagem de peixes, o que prejudicava as atividades pesqueiras do município de Cametá, e isto, portanto, evidencia a ausência de políticas de

incentivo e apoio aos pescadores, como também interrompe o próprio desenvolvimento da economia e do comércio da região Tocantins. A figura abaixo ilustra a atividade pesqueira no município de Cametá.

Figura 3 – Atividade de pesca do mapará



Fonte: Acervo do autor do trabalho.

A ilustração acima demonstra uma das atividades econômica muito importante para a cidade de Cametá, no período de março a outubro de cada ano. Trata-se da pesca do mapará, peixe bastante consumido pela população do município, e também por outros da região do baixo Tocantins. O mapará é uma fonte de renda comercializada pelos ribeirinhos, assim como é um produto que abastece o mercado de alimento, o qual movimenta a economia e contribui para a sobrevivência dos trabalhadores da pesca.

Dessa forma, Carvalho (1998, p. 50) salienta que a região de “Cametá é tradicional na prática pesqueira, pela abundância de seus rios, proporcionando às famílias e comunidades de baixa renda, uma alternativa e a quem dela depende para sobreviver”, ou seja, de uma parte da população exercem atividades pesqueiras, principalmente a que está às margens dos rios e ilhas da cidade de Cametá e seus entornos, de modo que a pesca alimenta os indivíduos e gera recursos financeiros que viabilizam as trocas com as relações comerciais do município de Cametá.

O município de Cametá, na região do baixo Tocantins, possui uma população que corresponde a cerca de 97.504 habitantes, dos quais 50,075 são homens e 47.429 são mulheres. A população residente na área urbana corresponde a 41,42% que perfaz um total de 40.388 pessoas, distribuídas em 20.030 homens e 20.558 mulheres. O meio rural é habitado por 58,58% da população, o que corresponde a um total de 57.116 habitantes, distribuídos em 30.045 homens e 27.071 mulheres (SOUSA, 2002, p. 25). Os dados mostrados remetem para nós o recorte temporal da pesquisa no que diz respeito à população de Cametá e à sua distribuição entre urbano e rural.

A cidade de Cametá e seus entornos teve um crescimento elevado, que é dinâmico, e está relacionado a fatores econômicos e à reprodução social, enquanto os homens buscam atividades nos comércios e construção civil, outros trabalham por conta própria. As mulheres, principalmente dos entornos das vilas, povoados e ribeirinhos, saem muito cedo de seus espaços fixos e vêm para a cidade, em busca de estudos, trabalho em casa de família em troca de formação e reprodução social, pois, muitas das vezes, torna-se professora e volta para o seu lugar de origem para desenvolver atividades educativas.

Como se pode observar no Quadro 4, na zona urbana o número de mulheres é maior que o número de homens e o contrário ocorre na área rural.

Quadro 4 – População residente por zona e sexo (município de Cametá)

Município	Urbana	Rural	Homens	Mulheres	Total
Cametá	41.488	57.116	50.075	47.429	97.504

Fonte: Censo Demográfico IBGE (2000)

Contudo, tal crescimento populacional e disparidade por sexo refletem nas condições socioeconômicas dos indivíduos e o comércio, a produção do extrativismo, da pesca, da exploração da madeira, entre outros, tem proporcionado à região Tocantins, principalmente a Cametá e seus entornos, uma mobilização que envolve diferentes agentes sociais, na qual possibilitam as trocas, as vendas e compra de produtos entre os sujeitos.

Segundo Sousa (2002) e Carvalho (1998), entre as famílias mais influentes em “[...] termos de poder econômico e político, destacam-se as famílias Mendonça, Parijós e Peres. Os Mendonça e Parijós foram proprietários de seringais e cacauais. O deputado Gerson Peres descendente de família de funcionários públicos”. Na análise, os autores afirmam que estes “[...] grupos até a década de 1970, estabeleceram relações com os comerciantes, com a hierarquia eclesial e com os camponeses da região”, mantendo um forte controle sobre o poder político, o

comércio e a força produtiva dos camponeses. Sousa (2002, p. 79) analisa que, enquanto a economia:

Da região das ilhas de Cametá estava baseada no extrativismo e no sistema de aviação, desde o início deste século, na região de terra firme em Cametá, se desenvolvia uma agricultura de subsistência, que produzia basicamente farinha de mandioca, milho, arroz, além de alguns outros legumes destinados ao consumo da família. Apesar de uma grande parte desses produtos oriundos da agricultura serem destinados ao consumo no âmbito da unidade doméstica, também aí, os camponeses necessitavam de crédito, na forma de adiantamento de mercadorias para desenvolver as atividades agrícolas.

A relação comercial, todavia, no sistema de aviação diferenciava-se do resto da Amazônia, pois, especificamente em Cametá e seus entornos, havia apenas a exploração dos recursos com as trocas de mercadorias, porém, em outras cidades como Belém e Manaus, os donos de seringais faziam investimentos para terem de retorno uma excedência de produção do látex, mobilizando as questões financeiras. Em Cametá e seus entornos, mesmo existindo o ciclo da borracha, uma parte das famílias praticava a agricultura de subsistência, em destaque para a farinha de mandioca, o arroz, o milho, entre outros, mantendo apenas o consumo e as trocas comerciais.

Os camponeses dos entornos precisavam de recursos financeiros para desenvolverem a agricultura, o que levava muitos a pedirem adiantamentos para os comerciantes, para investir nas atividades agrícolas, porém, tal relação permitia um controle do dono do capital sobre os trabalhadores, pois, as mercadorias tinham um custo alto em relação da produção vindo da agricultura. Carvalho (1998, p. 52) nos ajuda a compreender a questão econômica quando:

O município de Cametá transaciona, de modo geral, com Belém e outros municípios do Estado, tendo a cidade de Cametá como núcleo escoadouro da produção e meio de exploração da mesma, como: de madeira de lei em geral, de borracha, castanha do Pará, farinha de mandioca, telhas, tijolos, louças de barros, sementes oleaginosas, animais silvestres, conchas madreperolas, produto de pesca em geral e outros, importando de Belém alimentos em geral, eletrodomésticos e eletrônicos, tecidos e outros produtos para atender a demanda local, como também dos municípios vizinhos.

Cametá e seus entornos têm como base econômica o extrativismo vegetal e sua produção não serve apenas a população local da cidade sede, mas também aos povoados, vilas e ribeirinhos, além de exportar para Belém e outros municípios da região, movimentando o comércio. No entanto, o que Cametá produz não é suficiente para atender às demandas da população, pois, a produção se volta à subsistência, principalmente a alimentação. Com isso, exporta para Cametá: alimentos industrializados, eletrodomésticos e tecidos, forma também de oferecer para os agentes sociais, local os produtos da indústria.

Contudo, é necessário compreender que o município de Cametá e seus entornos nos anos 1990 vêm regredindo a agricultura, pois, na análise de Carvalho (1998, p. 53-54):

A preocupação do Sindicato local é com a forma de ocupação da terra, pois, praticamente 98% da população vive da terra e não existe política de incentivo de qualquer espécie no setor agrícola local. A mentalidade da população é de atividade extrativista, existindo alto índice de pobreza no município. O Setor rural sofreu um grande impacto e desequilíbrio ambiental e cultural, a desarticulação da população rural para outros locais.

O período acima corresponde à década de 1990, quando o êxito rural ocorreu com a saída de pessoas do campo para a cidade em busca de trabalho, estudos com ideias de melhorar de condições de vida, uma vez que o projeto da UHT impactou o modo de vida da população ribeirinha, porém, a busca pela terra e incentivo à agricultura não havia por parte do poder público municipal, uma vez que Cametá, dessa época até hoje, tem sua base econômica no extrativismo, vindo dos recursos da natureza.

A produção da feira de Cametá, em grande parte, vem de seus povoados, vilas e ribeirinhos, ou seja, da agricultura, porém, sem investimentos financeiros e técnicos, os camponeses não dispõem de recursos para subsidiar o desenvolvimento de seus trabalhos e acabam se deslocando para o espaço urbano, formando, assim, os bairros periféricos.

Larêdo (2013, p. 226) aponta para atividade da pecuária que tem destaque na cidade de Cametá, uma vez que:

Tanto que o efetivo bovino apurado no último censo agropecuário apontava um efetivo de 1.454 animais, muito aquém das 700 cabeças mensais abatidas no matadouro. Por isso, a carne bovina consumida na cidade é oriunda dos gados da microrregião de Tucuruí e da Transcametá. O rebanho maior é de suínos com 51.213 cabeças, e de galinhas e frangos com 103.523 indivíduos. Entretanto, tais efetivos são consumidos prioritariamente pelos criadores, em virtude do baixo consumo de carne suína e de galinha caipiras, sendo predominante o consumo de galinhas da granja a maioria delas proveniente de Igarapé-Miri e Santa Isabel.

A cidade e seus entornos não possui um destaque de grande expressão no que se refere a criação de animais e, na análise de Larêdo (2013), isso faz com que a população dependa de outros municípios para abastecer o mercado, os comércios e a feira livre de Cametá, pois, a pecuária é quase inexistente e o rebanho maior é suíno, criação de galinhas que vem de Igarapé-Miri e Santa Isabel do Pará, porém, observa-se que há pouca produção, no município de Cametá, mas o consumo é bastante grande, prevalecendo com maior intensidade a comercialização de galinha e frangos na cidade e seus entornos.

No entanto, a população da sede do município, dos povoados, vilas e ribeirinhos tem nas casas comerciais a produção de alimentos, que são consumidos de acordo com o perfil

socioeconômico dos indivíduos que estão em seus entornos e demais respectivos contextos históricos e sociais. Contudo, diante da movimentação do comércio, tem-se identificado que o crescimento populacional da cidade e entornos e os produtos oferecidos, principalmente os alimentos são insuficientes para atender aos sujeitos e a suas necessidades de vida. Além do mais, grande parte vive na extrema pobreza, sem meios ou meios para sobreviver nas periferias da cidade e seus entornos.

Cametá também tem uma produção econômica que abastece os municípios vizinhos da região, como: Limoeiro do Ajuru, Oeiras do Pará, Mocajuba e Baião, como, por exemplo, a compra de alimentos, eletrodomésticos, tecidos, roupas e materiais de construção, pois, os preços são acessíveis, para as populações terem acesso aos variados tipos de produtos, isso permitiu o aumento de comércios e supermercados e acúmulo de capital nas mãos de um pequeno grupo.

No entanto, as relações de dependência de Cametá com seus entornos são perceptíveis, na observação que fizemos na cidade, por não possuir indústrias e empresas produtivas de grande porte que beneficiem os recursos naturais de nossa região. Esses espaços geográficos tornaram-se lugares de “[...] consumidores que gera rendas financeiras e são transferidas vias bancárias, para outros municípios, que tem maior poder aquisitivo de produção, em destaque a cidade de Belém, Castanhal, Marabá, entre outros” (LARÊDO, 2013, p. 227).

A “[...] pimenta-do-reino nos anos 1980 em Cametá conectou a dinâmica da economia local com as demandas das populações” (SOUSA, 2002, p. 89). Isso significou que houve uma mobilização na produção da pimenta e um investimento por parte dos proprietários de pimentais, atraindo trabalhadores para as colônias e fortalecendo o comércio, pois havia dinheiro circulando na cidade e seus entornos, o que possibilitou a expansão do comércio com novos produtos para o consumo da população. Segundo a análise de Sousa (2002, p. 99), os comerciantes atuavam no ramo do comércio:

Da pimenta-do-reino e no apoio ao plantio que se materializava na forma de adiantamento de mercadoria, equipamentos agrícolas ou dinheiro e o faziam como estratégia para garantir o retorno de produto físico cujo preço era previamente acentuado. No caso da relação creditícia entre camponeses e prelazia, não estava necessariamente implícito o retorno do produto físico na mesma lógica de qualquer comerciante, mesmo porque a prelazia sequer chegou a atuar no comércio da pimenta-do-reino.

A prelazia de Cametá em 1980, já com a criação das comunidades cristãs, desenvolvia trabalhos de evangelização e agricultura, muitas lideranças comunitárias foram beneficiadas com recursos financeiros no plantio da pimenta-do-reino, sendo que a própria Prelazia não

praticava o comércio e nem foi a beneficiada. É importante lembrar que a Igreja Católica recebia dinheiro de projetos e de padres que vinham da Europa para trabalhar na missão de catequizar o povo, e, nas visitas que realizavam no campo, observavam a falta de incentivo à agricultura e à renda familiar, o que caracterizou a parceria entre a Prelazia e os camponeses, na produção da pimenta.

As relações estabelecidas com os trabalhadores e proprietários do plantio de pimenta-do-reino, embora ocorresse o adiantamento de recursos e mercadorias, não estava claro de que forma iria ser pago, uma vez que a prelazia financiava, tratava como uma associação filantrópica, sem fins lucrativos. Os projetos de incentivo à agricultura vindos da igreja não traziam na sua totalidade benefícios para as comunidades, pelo contrário, eram os comerciantes da cidade de Cametá, os grandes beneficiados, pois, a produção da pimenta-do-reino gerava riqueza para os estabelecimentos comerciais, que acumulavam capitais, compravam e vendiam produtos para os trabalhadores.

Contudo, a classe trabalhadora da cidade e seus entornos foi pouco contemplada com a exploração da pimenta-do-reino, e, em Cametá, não tardou a formação de uma rede:

De comerciantes que se encarregou de estabelecer a conexão entre os consumidores do então chamado primeiro mundo e os produtores de pimenta-do-reino situada ao município. As famílias Meneses, Moreira e Lordes, Cardoso, Braga, entre outros, entre outros, foram responsáveis em Cametá pela compra de pimenta-do-reino diretamente do produtor, situado na região de terra firme, para as empresas exportadoras que montaram filiais em Belém, Castanhal e Ananindeua. Daí, enviavam o produto para a representação da exportadora estabelecida em São Paulo, onde era embarcado para o mercado consumidor, normalmente para os países do chamado primeiro mundo. (SOUZA, 2002, p. 100).

Contudo, compreende-se que os processos de produção de pimenta-do-reino, explorados no município de Cametá e seus entornos, contribuíram para o desenvolvimento do comércio, apoiados em famílias que detinham o capital. Deduz-se, assim, que a exploração da pimenta-do-reino favoreceu o conjunto de sujeitos envolvidos, passando pelos responsáveis em Cametá até as empresas exploradoras, algumas nos municípios do estado do Pará, que posteriormente enviavam para São Paulo com destino aos países industrializados da Europa.

Dessa maneira, Cametá e seus entornos apenas produziam pimenta através dos camponeses, e, se comparado com o sistema de aviação da borracha, ficavam endividados, pois, os patrões ofereciam as mercadorias e adiantamento de dinheiro, porém, as forças de trabalho e a produção de pimenta-do-reino não eram suficientes para cobrir os gastos com as despesas, ficando sempre com a dependência dos patrões.

Sousa (2012, p. 101) afirma que “[...] a semelhança ficava por conta do que era denominado em Cametá de compra de pimenta na folha, que consistia no adiantamento de mercadorias e equipamentos agrícolas, adubos e inseticidas do comerciante para o produtor”, consolidando a dependência e a exploração da classe trabalhadora. Por outro lado, os comerciantes, tendiam a crescer e a expandir seus negócios, uma vez que as formas estabelecidas no setor econômico lhes davam margem para acumular capital.

O açaí, planta nativa da Amazônia, movimenta a economia de Cametá e seus entornos, na análise de Larêdo (2013, p. 227), isso fica evidenciado quando entendemos que:

O incentivo do manejo racional dos açaizais poderá gerar uma produção significativa de açaí e palmito, pois o apoio da Emater, Semagri e Basa está sendo importante para incrementar a produção desta cultura, já totalmente adaptada à realidade amazônica, tanto que na forma extrativa produz-se cerca de 30.000 t. desse fruto, que alimentam e sustentam o caboclo ribeirinho das barracas do Tocantins.

A produção do açaí do município de Cametá e seus entornos tem grande preferência pelos consumidores na região do baixo Tocantins, principalmente nas ilhas ribeirinhas, povoados e colônias, pois, os incentivos à produção do açaí multiplicaram, a ponto de ser um dos municípios que produz o fruto e exporta para as cidades vizinhas, como Mocajuba, Baião, Tucuruí, Belém, Castanhal, entre outros, e, até mesmo, para fora do estado do Pará.

Apesar de sua extração ser de forma expressiva, o açaí movimenta a economia de Cametá e seus entornos, porém, observou-se que grande parte do capital, ou seja, de recursos financeiros gerados a partir da exploração do açaí não fica totalmente no próprio município de Cametá, por razão de não termos indústrias de beneficiamento da produção do fruto. Isso, portanto, permite a saída de capital para outras cidades, como Igarapé-Miri, Tailândia, Castanhal e Belém, onde existem as empresas e indústrias que beneficiam o açaí, produzindo as polpas e distribuindo para o estado do Pará e demais regiões do território brasileiro.

Desse modo, Cametá e seus entornos perdem economicamente, pois, o dinheiro que deveria circular nos comércios e movimentar as trocas entre vendedores e consumidores acaba dando margem para o desenvolvimento de cidades da região e atrofiando a economia desse município. Dentro de uma lógica capitalista, o poder aquisitivo do capital circula, mobiliza o comércio e transforma os espaços urbanos e seus agentes sociais permitindo, assim, ter uma visão de desigualdade entre os homens.

Carvalho (1998), analisando a situação socioeconômica de Cametá e seus entornos, retrata a “[...] exclusão de políticas sociais para a maioria da população”, caracterizada pela falta de planejamento e reorganização da gestão pública municipal, em articular estratégias para

incentivar a agricultura. Desse modo, contraria o que as pesquisas revelam, Cametá e seus entornos constituem um município eminentemente extrativista, isso significa que essa base econômica é provida de recursos naturais, e que o comércio contribui como forma de complementação, uma vez que a cidade não dispõe de indústrias e/ou empresas que fomentem o setor produtivo em grande escala.

A população cresceu e o comércio também, a mobilização econômica demanda do crescimento da sociedade de grandes e pequenas cidades do interior da Amazônia. Assim, a rede de comércio e as produções diversificadas de “[...] produtos atende as distintas categorias sociais de trabalhadores, possibilitou o desenvolvimento de atividades, como caixeiro, atendente de balcão, sacoleiros, atendentes volantes” (SOUSA, 2009, p. 320). As mobilizações na dinâmica de pessoas nas cidades demarcam a “[...] presença de ideias, valores, costumes, hábitos e, sobretudo, a ideologia” (CHAVES, 2009, p. 157), expressões de pensamento e linguagem de diferentes sujeitos com predominância da classe elitizada.

Cametá e seus entornos, cidade do interior da Amazônia, como outras, tem características específicas na economia e no comércio, e se constitui por produtos vindos de Belém e demais estados brasileiros, porém, o extrativismo continua sendo o predominante nas relações produtivas. A cidade cresceu em termos de população, no entanto as transformações de políticas públicas pouco alteraram as condições de vida das periferias que continuam com seus problemas e os serviços precarizados.

A modernidade influenciou as cidades na Amazônia, como Belém, Manaus, consequência do ciclo da borracha e do comércio. Farias (2007) analisa as informações imagens de cidades associadas às questões de limpeza, higiene, do qual ocultava as realidades do Brasil e, especificamente, da Amazônia, tanto das informações sobre as condições de vida que levava grande parte da população que moravam nas periferias, quanto das identificações de conflitos sociais, pois, as ideias de progresso davam suportes para manter uma utopia falsa de harmonia entre as diferentes classes sociais.

Compreende-se que Cametá e seus entornos ainda guardam em sua paisagem, lembranças de um padrão urbanístico marcado pelo período do ciclo da borracha no final do século XIX, bem como os reflexos do perfil socioeconômico, histórico e cultural da população. Assim, o poder político e ideológico se configurou a partir da obtenção de posses de terras e ao crescimento do comércio, que, embora surgisse em detrimento das necessidades dos agentes sociais que ocupam os espaços, criam relações, princípios, valores e comportamentos, transformando de acordo com as realidades históricas e sociais da população.

1.4 OS ENTORNOS DAS CIDADES AMAZÔNICAS: PROBLEMAS DO CRESCIMENTO URBANO

As cidades amazônicas tiveram seu marco histórico a partir dos processos de colonização portuguesa, pelo “[...] qual se configuraram os primeiros aldeamentos e povoados nas margens dos rios, objetivando ocupar e proteger o território” (TRINDADE JR., 2011, p. 118). Essa caracterização permite compreender que a ocupação de terras era fundamental para assegurá-la, dominar e explorar os recursos naturais e vegetais existentes na região.

O município de Cametá, segundo Araújo (1998, p. 41), as cidades da Amazônia foram “[...] construídas a partir de dois símbolos principais e significativos o poder do Estado representado pela administração política e da igreja, constituída por ideologias religiosas. Na vila colonial e desempenhava papel na consolidação do território e mais, fazia parte dos lugares importantes para se construir uma mentalidade lusa nas colônias”, do qual criaria o sentido de pertencimento. A partir dessas características, as vilas exerciam funções políticas e religiosas no território, construindo princípios e valores portugueses, pois, havia os interesses de se firmar no espaço e a construção de mentalidades tornou-se fundamental para revelar o sentido de pertencimento do próprio lugar.

A vila de Cametá se transformou no século XIX e ganhou o título de cidade em 1848, porém, como outras cidades da Amazônia. Belém, Manaus, entre outras, também se tornaram espaços importantes, principalmente com o desenvolvimento do comércio e o crescimento populacional, cresceu a demanda social por terras, uma vez que a classe dominante vai tendo uma ampla apropriação por ter o poder político e econômico favoráveis a seus interesses particulares. Trindade Jr. (2011, p. 199) analisa que as “[...] cidades estão articuladas aos novos processos de expansão capitalista e guardam expressões, processos de permanência, mudanças e dinâmicas”, ou seja, a presença do sistema capitalista na Amazônia influenciou a população em seus respectivos hábitos e modos de vida, isto, portanto, permitiu suas transformações de princípios e valores, porém, os resquícios históricos, ainda se manifestam por meio das relações humanas nos espaços urbanos das cidades colonizadas.

Cametá, segundo Miranda (2005, p. 7), em seu texto “Cametá: marcas da presença portuguesa”, é considerada uma cidade histórica:

O sentido de pertencimento foram construídos a partir de “prédios com elementos da arquitetura portuguesa, foi implantado traçado urbano aos moldes das cidades lusas, obedecendo a quadrícula, as igrejas que foram levantadas possuíam elementos da cultura portuguesa (azulejos, pisos, imagens de santos afresco no teto da igreja”.

Essas construções na cidade de Cameté demonstram intrinsecamente as marcas da dominação do poder político e religioso, meios pelos quais transpareceu a consolidação da presença portuguesa em território brasileiro, tornando-se espaço de posse “definitivo” das representações de ideias do estado português.

As cidades na Amazônia, segundo Castro *et al.* (2011, p. 90), “[...] experimentaram um primeiro momento de expressivas intervenções urbanas em consequência do que podemos definir como monopólio econômico”, ou seja, desde a formação de vilas e, posteriormente, cidades, constituíram diversas formas de integração das relações dos homens, representadas pelos interesses de classes, poder político ideológico e econômico, tornou-se espaço de consumo advindo da produção da Europa, entre os quais as trocas dos produtos industrializados e as exploração dos recursos extrativistas da natureza, tornou-se importantes nos respectivos espaços urbanos e seus entornos.

Miranda (2005, p. 6) analisa a paisagem urbana de Cameté e afirma que:

Os grupos sociais de Cameté diferenciavam-se, principalmente, a partir das relações de produção; comerciantes urbanos, membros da classe política local, religiosos, coletores de cacau, pequenos proprietários de terras e cacauceira, que não se diferenciavam apenas pelas suas origens étnicas, mas principalmente, diferenciavam-se pelas posições que ocupavam nos campos econômicos e religiosos, deu origem a uma cidade com fisionomia lusa, mas com fortes referências negras e indígenas definidas aqui, como paisagem luso-amazônida.

Cameté, como outras cidades da Amazônia, tem sua representação social lusa, embora não prefigurasse a realidade histórica das populações, mas, no imaginário político, a Europa está presente na Amazônia, apesar das contradições existentes, como a composição étnica de um conjunto de pessoas, como índios, negros e brancos, bem como a ocupação desses em diferentes espaços nos entornos das cidades, uma vez que o perfil socioeconômico de uma determinada classe contribui para as desigualdades sociais.

Castro *et al.* (2011, p. 91) parte da seguinte proposição: “[...] a produção das cidades na Amazônia resulta das relações produtivas pela dinâmica de atores sociais de origens diversas, em períodos diferentes de sua constituição histórica”, porém, é necessário reconhecer que esses processos geraram situações permanentes de reconstruções de pensamentos e conhecimentos, que provocaram, entre os sujeitos nos espaços das cidades, formas diferenciadas de desigualdades e exclusão social, uma vez que os próprios agentes sociais contribuem para estes resultados. Cameté e seus entornos do ponto de vista cultural:

São realidades que se permeiam sem linhas demarcatórias, onde é possível observar-se que as ações e as representações da subalternidade à pobreza e a exclusão corresponde a uma realidade caracterizada pelo lugar que ocupa nas relações de

classe, onde o indivíduo tem uma situação de privação social, econômica, política e cultural. A pobreza e exclusão se constituem num conjunto de privações e carências, instabilidade existencial, que situa os excluídos no limite de sobrevivência. (CARVALHO, 1998, p. 25).

Se as características das cidades na Amazônia estão relacionadas com resultados de diversos agentes sociais, é possível, logo, identificar que a demarcação do lugar se constituiu pelo poder político e econômico da produção histórica dos homens, representado na divisão de classe e expressa de modo concreto na subalternidade, ou seja, a dominação que gera a pobreza e a exclusão, porém, não deixa de ser também um instrumento que serve para privar o indivíduo de ter acesso aos bens materiais e, assim, viver de maneira digna e justa, pois, no dizer de Carvalho (1998), “[...] o conjunto de privações e carências são resultados das relações capitalistas situadas na esfera do poder e da produção econômica”.

Nos entornos de Cametá, a história da estrutura que movimenta e administra as políticas públicas demonstra em seus entornos que a posse de terras se deu de maneira desigual e excludente, ora dominada pelas “[...] oligarquias locais com as articulações políticas e econômicas que dominaram” (QUEIROZ, 1969, p. 92). Nessa direção de análise e comparada Castro *et al.* (2011, p. 96) pontua também que “Belém e Manaus enquanto duas metrópoles que se encontram em pleno processo de crescimento demográfico, vive os impactos do capitalismo”, onde a cidade vive a realidade de um mundo segregado social e territorialmente, materializados as diferentes maneiras de apropriação e disputa pela ocupação de terras e pelo acesso à moradia.

Cametá, como as demais cidades da Amazônia, tem distintas formações espaciais e representações dos agentes sociais, que reproduzem seus espaços e refletem as condições de vida nos entornos das cidades, como: crescimento urbano desordenado, nível elevado de pobreza, e desigualdades de uma parte da população, pois, a ocupação de terras tornou-se objeto de interesse dos poderes político e econômico, que buscaram-se monopolizar entre si, deixando, assim, milhares de pessoas fora do acesso a terra, trabalho, educação e moradia.

A tendência “[...] demográfica gerou demandas para as cidades de grande e pequeno porte em termos de infraestrutura urbana, de trabalho e serviço” (CASTRO *et al.*, 2011, p. 96). Compreende-se, dessa forma, que a população cresceu em seus entornos e refletiram situações distintas, produtos dos agentes históricos. O índice crescente de desigualdades nas cidades, possibilitou claramente as contradições de classes sociais moldadas pelas questões materiais, que, na análise de Marx (2013), constitui um dos pontos fundamentais para compreender a estrutura desigual na sociedade.

Compreendemos que Cameté faz parte de um conjunto de variados tipos de cidades existentes na Amazônia. A esse respeito, Carvalho (1998, p. 20) propõe, sobretudo, que:

A geração de políticas sociais pelo Estado no contexto das relações sociais, são capazes de produzir e reproduzir condições de sobrevivência para grupos populacionais, individuais ou coletivos, reduzindo as desigualdades sociais a nível de renda, individual ou coletiva, de pobreza, exclusão social e disparidade regionais.

Nos contextos das cidades amazônicas, entre estas Cameté e seus entornos, tem-se observado a ausência de políticas públicas, e a não presença tanto do governo municipal quanto do estado, pois, enquanto instituição de governo e representação da sociedade, deveria pressupor uma intervenção, por meio de um conjunto de ações disponibilizado pelo poder público, a fim de gerar condições para melhorar o nível de vida dos sujeitos que estão nos espaços periféricos das cidades e que recebeu, de modo precário, as políticas públicas, em destaque a educação.

As desigualdades entre pessoas podem ser entendidas a partir da materialidade do que são produzidos nas atividades de trabalho, fatores que contribuem com a disparidade entre riqueza e pobreza, falta de renda, trabalho e moradia, pois, as populações periféricas das cidades são vítimas também de um sistema econômico capitalista, que prioriza o lucro, o capital e a exploração de mão de obra, além de favorecer a exclusão social, que vai desde a infraestrutura os espaços urbanos até a segurança, onde a violência demarca as disputas de interesses dos agentes sociais que lutam entre si, para sobreviver, pois, as relações produzidas dos homens, são resultado das forças produtivas do próprio capital, que se manifestam em diferentes facetas das reais situações de vida dos indivíduos, das grandes e pequenas cidades.

Os problemas do crescimento urbano e seu entorno, segundo Castro *et al.* (2011, p. 97), são consequências da “[...] instalação de projetos econômicos em cidades médias”, dos quais decorrem o deslocamento populacional do campo para os espaços urbanos, porém, não existe um planejamento e uma reordenação geográfica que possam acolher os sujeitos e conceder-lhes políticas públicas, como educação, saúde, trabalho, moradia e saneamento básico. Cameté e seus entornos, de acordo com Carvalho (1998), “[...] viveu os anos 90, uma política de ‘exclusão social’”, onde grande parte da população estava em alto nível de pobreza nos espaços periféricos da cidade.

As “[...] consequências sobre o espaço urbano na Amazônia e sua urbanização recente, e especial às metrópoles em análise, exige uma reflexão [...] sobre as dinâmicas regionais” (CASTRO *et al.*, 2011, p. 99), ou seja, envolve um conjunto de debates políticos e problematização acerca de fatores que contribuem para o crescimento desordenado das cidades,

como projetos econômicos, impactos de usinas hidrelétricas de geração de energia, conflitos pela posse da terra, dentre outros, que atraem os sujeitos para as cidades, e muitos vêm em busca de emprego, outros, porém, vêm por razão de terem perdido o seu modo de sobrevivência.

Quanto aos entornos da cidade, busca-se analisar a partir da paisagem e representação social, como uma das formas de “[...] exercício de poder dos grupos sociais e/ou formas de controle e dominação social, que deixam suas marcas na paisagem, que é ao mesmo tempo, referências do presente, mas remete-nos para tempos passados” (MIRANDA, 2005, p. 7), ou seja, o crescimento urbano não só reflete as mudanças espaciais, como também as permanências de suas representações sociais, caracterizado pelas formas de exercícios de poder de determinados grupos, que têm uma estabilidade política e está relacionado com o setor econômico, daí os bens materiais e posses de terras concentram-se no domínio desses indivíduos que residem nos melhores lugares das cidades amazônicas.

Cametá e seus entornos têm essas características, quando analisadas do ponto de vista da paisagem urbana, uma vez que o presente tem um forte reflexo do passado no domínio político de uma oligarquia, que, na análise de Carvalho (1998), vem se perpetuando há quase um século. Essa realidade histórica e social de Cametá, quando analisada, permite compreender as semelhanças e diferenças de outras cidades na Amazônia, porém, é necessário entender a dinâmica dos espaços urbanos, como produto que reflete para a maioria da população que está nas periferias e sofre com as consequências da falta de políticas públicas que atendam às demandas das cidades e seus entornos.

As construções de cidades relativamente são bem distintas no Brasil, especificamente na Amazônia se comparadas com a Europa. Esta última se consolidou com um padrão aos moldes dos ideais capitalistas, relacionados com o poder político, na América, desde os tempos coloniais, ainda quando “[...] cidades pequenas como Rio de Janeiro, São Paulo, Belém, Cametá, entre outras, as suas marcas de diferenças são bem visíveis e demarcadas pelas classes sociais, uma vez que os modelos de cidades europeias serviam para as construções aqui no Brasil” (CASTRO, 2011, p. 96).

Na Amazônia, as cidades de Belém e Cametá tiveram seus modelos no imaginário europeu, e isso constitui aquilo que Miranda (2005, p. 6) chama de “[...] espaços simbólicos representados nas cidades lusas portuguesas, produto dos processos históricos de colonização”. No entanto, longe das realidades da Amazônia, as cidades tornaram-se referências no desenvolvimento do comércio e do pensamento moderno, ambos articulados aos interesses políticos de diferentes agentes sociais, que compunham a população.

A desconsideração em torno das cidades, principalmente daquelas de áreas mais afastadas dos centros urbanos, produz as periferias, formadas por grandes conglomerados populacionais que têm serviços públicos precarizados como, por exemplo, saúde e educação. Assim, identificamos que o centro das cidades tornou-se espaços das elites enquanto que os bairros periféricos são os redutos dos pobres e trabalhadores, que vivem na pobreza e excluídos das políticas públicas educação, saúde. Isso, portanto, na análise, consideramos relativos, pois, há uma mobilização entre sujeitos, uma vez que todos produzem suas condições materiais.

Nos entornos de Cametá, período de 1980-2000, as discussões e problemáticas pairam dentro de um contexto histórico em que as cidades da Amazônia sofreram fortes influências com a economia extrativista da borracha, do cacau, da andiroba, da ucuúba e a extração da madeira. Farias (2007, p. 87), na obra “A borracha na Amazônia, sistema de aviamento, cultura e contradições século XIX para o XX”, discorre sobre:

A exploração da borracha na Amazônia foi expressiva a ponto de colocar a região em condições favoráveis na economia nacional, favorecendo as suas principais cidades no período de boom, ou seja, da valorização do produto, coincidido com o aumento da produção. A prosperidade econômica certamente levou, à produção de grandes riquezas, contribuindo para a constituição de uma vasta elite econômica; todavia, o cenário amazônico não era formado apenas por riquezas e benfeitorias, pois, havia uma extensa massa de desfavorecidos que foram colocados à margem dos projetos urbanizadores.

As reflexões e problematizações desse contexto histórico são importantes para compreender as transformações ocorridas na virada do século XIX para o XX, com a produção do ciclo da borracha na região, que influenciou o setor econômico a nível nacional e, principalmente, na Amazônia com o desenvolvimento da modernização das cidades de Belém e Manaus, como também referências entrepostas para a movimentação de pessoas, do comércio e da arrecadação da borracha. As cidades cresceram em termos populacionais, mas as infraestruturas necessárias não eram adequadas a todos.

O *boom* da borracha favoreceu a elite dona do capital e dos seringais, enquanto que a maioria da população vivia nas periferias das cidades, à margem do crescimento da modernidade, ostentado por uma vida de luxo e representado por construções de casas asfaltamentos de ruas e monumentos para imortalizar figuras históricas do passado. O projeto visava apenas sustentar os interesses capitalistas de uma determinada classe social, além do poder político, econômico e cultural, que ficava centrada para poucos os que residiam nos centros das cidades, desfrutando dos embelezamentos, como alargamentos das ruas, calçamentos, casarões em estilos europeus, que simbolizavam a riqueza e o poder, que se convencionou a chamar Belle Époque, termo francês que expressava o espírito de riqueza,

luxos, valores e comportamentos, modelos de inspiração da Europa, que se fazia representar na Amazônia, porém, as cidades e seus entornos revelavam as situações de contradições, como pobreza, miséria e exclusão social, em meio à divulgação da modernidade urbana no cenário da arte e das manifestações culturais.

Contudo, as camadas populares mais pobres eram afastadas para viverem nas áreas alagadas constituídas de periferias. Belém e Manaus são exemplos de realidades distintas do período da exploração do látex. Cametá e seus entornos, nesse contexto da extração da borracha, sofreram fortes influências e receberam, nas principais ruas, o asfaltamento, construções de praças públicas, casarões em estilo europeu, o que também remete à percepção do espírito do poder político de uma determinada classe social, que Barros (2007) denomina oligarquia local.

De acordo com Barros (2007, p. 166), nas últimas décadas do século XIX, o crescimento demográfico na Amazônia, proporcionado pelo aumento da borracha, contribuiu, pois,

Com o crescimento que atingia, os grandes centros urbanos em destaque Belém e Manaus, além de algumas das principais cidades do interior da Amazônia, como vêm a ser o caso de Cametá, que teve grande progresso econômico graças à borracha e ao cacau que proporcionaram a vinda de números crescentes de imigrantes de outras nacionalidades, principalmente de origem judaica com destino ao extenso Vale do rio Tocantins e seus afluentes, que banha Cametá e diversos povoados ribeirinhos.

Quando analisamos o período do imaginário da República, em Cametá, logo percebemos seus reflexos nas demais cidades da Amazônia, como reordenamento espacial das cidades, das avenidas, praças pública e monumentos, que foram maquiados para dar uma imagem de transformações urbanas. As ideias de modernidade foram pensadas como prosperidade para a população, pois, a borracha beneficiou os comerciantes e políticos da região, influenciou a entrada de pessoas de outras regiões e nacionalidades, principalmente a de nordestinos e judeus; este último, em consequência dos conflitos na Europa, a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e Segunda Guerra Mundial (1939-1945), onde muitas pessoas deixam seus países e imigram para a América, como refugiados, formando grupos de pessoas distintas.

Oliveira (2010, p. 34) nos ajuda a entender isso quando analisa a margem e o centro na produção do urbano na Amazônia, dando ênfase à espacialidade da cidade na Amazônia no período compreendido dentre 1920 e 1967, e revela que esse:

Encadeamento de continuidades e rupturas, num sistema de ações que em alguns momentos são extraordinariamente dramáticos. Precisamente esses são marcados pela queda do preço da borracha e pela crise política. Ao mesmo tempo em que os sujeitos se confrontam, a cidade continuou a existir e, por meio deles e com eles, se tornou um

lugar de resistência e de experiências ímpares, como o lugar das festas, das criações artísticas, aparecendo como alternativas a vivência urbana.

Na análise, o trecho remete a duas questões, a saber: a primeira diz respeito à cidade, sua substância e conteúdo, a partir de relações sociais dentro de uma lógica de continuidade e rupturas, que decorre em momentos extraordinários e dramáticos, aqui em destaque o preço da borracha, a crise política, elementos emblemáticos que envolvem os interesses econômicos e políticos de uma determinada classe social, porém, a cidade é dos espaços onde os agentes sociais se manifestam e resistem ao mesmo tempo à imposição, torna-se, assim, o lugar não somente de vivência e experiência humana, mas também, das contradições que envolvem os sujeitos em seus entornos, uma vez que a cidade demonstra os reflexos entre diversos interesses de grupos, comunidades e políticos.

A cidade continua a existir e a revelar as diferentes estratégias de agentes que produzem os espaços urbanos e, por meio deles e com eles, como diz Oliveira (2010), tornou-se o lugar de resistência e de experiências importantes, pois, constitui o lugar das festas, das criações artísticas, bem como aparecem as alternativas à vivência urbana para uma grande parte da população na Amazônia. Cametá e seus entornos têm mantido relações extraordinárias de um conjunto de manifestações históricas e culturais dos sujeitos, que produzem e reproduzem seus espaços e modo de viver.

O ritmo acelerado do desenvolvimento político e econômico ocorrido com a indústria elevou o crescimento das cidades no Brasil e nos interiores da região amazônica, pois, a população foi atraída pela busca de empregos, salários e melhoria de condições de vida, e formou-se uma reserva de mão de obra, para o mercado capitalista, sem dizer dos conflitos agrários gerados por causa de terras, onde os grandes latifundiários, por meio da pistolagem expulsavam os camponeses e trabalhadores rurais do campo, ampliando, assim, cada vez mais seus lotes, para manter a hegemonia do *status* econômico das elites. Lefebvre (2004, p. 38) considera na análise as necessidades de compreender o espaço urbano, visto que:

A cidade é considerada uma mediação entre as mediações uma mediação entre a ordem próxima, por que nela se escreve valores e demandas de grupos mais ou menos amplos, que representam o particular, ordem próxima e também demandas exigidas pela ordem mais abrangente, como o Estado e/ou a Igreja.

A cidade é um espaço social de mediações e ordens que se estabelecem e firmam princípios, valores, hábitos, atitudes e comportamentos, inerentes a determinados grupos, que têm uma representação ampla e que está vinculada ao particular, de maneira que a ordem próxima está prefigurada no estado ou na igreja, instituições que demandam as relações de

poder político e ideológico. Cametá e seus entornos têm sua representação e posição social de classe, que se mantém no poder político associado a posses de terras, reflete, portanto, um conjunto de situações opostas, que favorece um pequeno grupo em detrimento da exclusão social, que decorre dos direitos básicos, educação, trabalho e moradia, negados para os que estão nas periferias da cidade e seu entorno.

Todavia, a “[...] cidade é também o lugar de festa do valor de uso, simbólico sendo este estabelecido em virtude de necessidades diversas que a vida urbana pode proporcionar, e, sobretudo, o lugar onde a espontaneidade e a criatividade têm sentido” (LEFEBVRE, 2001, p. 38), constituindo-se um espaço regularizado e normatizado para disciplinar a vida do homem. No entanto, as contradições são inevitáveis nas periferias das cidades da Amazônia e demonstram que as relações sociais e espaciais são desiguais e o nível de pobreza e exclusão se cruzam entre os próprios agentes, que criam seus “espaços e transformam” (SANTOS, 1988, p. 20).

Consideramos que, nessa lógica, Santos (1988) pontua que “[...] o fenômeno humano e dinâmico e uma das formas de revelação desse dinamismo esta, exatamente, na transformação qualitativa e quantitativa do espaço habitado”. Esta mudança caracteriza o que o autor chama de metamorfose do espaço habitado por agentes que produzem e reproduzem suas existências.

No entanto, ao longo da construção das cidades, obviamente foi reconhecido que dentro dos espaços criados pelos homens:

A forte presença das relações econômicas, o espaço unificado e separado, pois há práticas sociais, que sustentam seu caráter de espaço – mercadoria. Todavia, em meio a essa conjunção – disfunção o espaço abriga a obra, no sentido de viação, representado pelo valor de uso. Nesse sentido, ao mesmo tempo abriga o produto, representado pelo valor de troca, e vivencia espontânea e criativa representada pelo valor de uso. (LEFEBVRE, 2001, p. 39).

A cidade é vista como um lugar de relações sociais, econômicas, espaço unificado e separado, um vínculo que se mantém com a mercadoria, a um meio entre conjunção e disfunção, observa-se o caráter do espaço que abriga, representa valor de uso relacionado ao produto que decorre da troca de valor de uso, uma maneira própria e específica de se caracterizar a vida urbana, posto que as relações travadas nesse lugar contribuam para tal finalidade. Cametá cresceu em número populacional, em “[...] 2000 já passávamos dos 97.624 habitantes; 2010 120.898 e na amostra de 2013 já éramos 127.491 habitantes” (IBGE, 2013) e, em decorrência das necessidades humanas, o comércio tornou-se uma das referências de troca de produto comercializado, porém, o rio manteve e continua mantendo uma forte relação com seu desenvolvimento político e econômico, considerando que os ribeirinhos contribuem com suas

atividades de trabalho e se articulam com o comércio, servindo, assim, à cidade e a seus entornos.

No contexto da Amazônia, a natureza de uma cidade pressupõe, antes, pelas múltiplas formas de uso de relações que por ela são estabelecidas:

Trata-se principalmente na consideração de interações e modos de vida que estabelecido entre os cidadãos e o rio, seja este tratado como via de transporte de importância fundamental, seja este considerado como fonte de recursos econômicos e de subsistência, seja ainda em um referencial simbólico intrinsecamente relacionado à vida do homem amazônico que habita a cidade. (TRINDADE, JR, 2008, p. 137).

A cidade apresenta as interações e modos de vida que, na concepção do autor, são estabelecidas correlações entre os moradores da cidade e o rio, uma vez que o formato desta constitui a partir da mobilização dos processos de colonização decorrente aos processos históricos do tempo e espaço das interações dos homens. O rio aqui é tratado como via de transporte que está vinculado à movimentação de pessoas, ideias e um dos seus fundamentos diz respeito aos recursos econômicos e de subsistência, do qual Trindade Júnior (2008, p. 137) pontua como um dos referenciais “[...] simbólico intrinsecamente relacionado com a vida do homem no contexto da Amazônia lugar que habita a cidade”.

Cametá é considerada uma cidade ribeirinha da região Tocantina e sua tradição histórica, origem, crescimento deu-se a partir do rio. Santos (2015) analisa “[...] os portos de Cametá e aponta a sua importância para a compreensão da ocupação do espaço, da relação de classe social, do poder político e a produção dos agentes sociais, como mobilização”, que envolvem interesses entre pessoas, revelando os reflexos e contradições no entorno da cidade, como a população crescente, onde grande parte reside nas periferias.

Contudo, é necessário perceber esta visão e evidenciar as necessidades de problematizar as texturas e fisionomias que nossas cidades na Amazônia vieram assumindo e construídas a partir das interações de relações sociais dos homens em diferentes espaços, isto, portanto, submete ao entendimento de que as cidades, na concepção de Lefebvre (2001, p. 39), constituem lugares de vivências e criações, dos quais representam os indivíduos pelos seus valores históricos e culturais, uma vez que os poderes políticos e ideológicos estão presentes nas representações de seus espaços, bem como as contradições, produto da própria história humana.

CAPÍTULO II: A CIDADE DE CAMETÁ EM CONTEXTO POLÍTICO

Este capítulo discute sobre a cidade de Cametá, considerando o trabalho, a moradia e as concepções políticas em torno das representações sociais e suas mobilizações históricas. Traz a análise de pesquisa de campo realizada no município de Cametá, para compreender as dinâmicas decorrentes dos processos de ocupações de terras nos entornos. Nas seções seguintes, trata da ocupação de terra e a relação de classe social, analisando as questões de moradia, trabalho, lutas e resistências por políticas públicas. Autores como Castro (2008), Sousa (2002), Pompeu (2002) e Carvalho (1998), entre outros, trouxeram importantes contribuições para análises, que nos levam a entender as concepções que explicam a ocupação de terras na cidade de Cametá e nos seus entornos, bem como fatores políticos atribuídos às determinações das relações históricas e sociais.

2.1 A OCUPAÇÃO DE TERRA NA CIDADE DE CAMETÁ E A RELAÇÃO DE CLASSE SOCIAL

A formação da cidade de Cametá está ligada diretamente à “[...] história da ocupação e conquista das terras amazônicas, no que concerne a medidas de proteção e posse de território pela coroa portuguesa” (POMPEU, 2002, p. 23). Nesse sentido, nota-se que o início da ocupação no vale do Tocantins se deu a partir da variação daquela cidade, pois, era necessário, para evitar a presença de outros povos colonizadores, uma vez que os portugueses buscavam monopolizar não somente a ocupação das terras, mas também explorar os recursos e riquezas da natureza, objetivando, assim, a obtenção de vantagens e lucros. De acordo com Miranda (2004, p. 2), podemos compreender que:

A cidade de Cametá tem sua origem na aldeia indígena Cametá-Tapera, dos índios Camuutá. Fundada inicialmente como Vila Viçosa de Santa Cruz de Cametá, esta vila foi fundada no contexto de ocupação de pontos estratégicos do território amazônico que se deu a partir da expulsão dos franceses, que haviam fundado a cidade de São Luís, no Maranhão em 1612. Com o interesse português renovado, a coroa portuguesa autorizou a fundação de vilas e cidades, onde quer que fosse necessário para assegurar o controle da circulação no vasto território desconhecido.

O trecho acima propõe que a fundação da cidade de Cametá se fundamenta na chegada dos europeus a estas terras, e seus processos de ocupação decorrem dentro de uma lógica política e ideológica de poder, que se sustentou a partir de pontos estratégicos do território amazônico, pelos portugueses que procuravam expulsar os “estrangeiros” da região, para colonizar as terras, no sentido de ocupar, povoar, criar vilas e cidades, para assim demarcar suas presenças, controlando a circulação de pessoas, ideias e comércio.

Decorrido mais de três séculos de exploração dessa região, o domínio político e ideológico veio se ressignificando pelas práticas sociais dos homens. Na concepção de Barros (2007, p. 219), analisando o contexto republicano, afirma que:

A república inaugurava uma nova forma de se fazer política, garantindo a manutenção do poder local nas mãos das oligarquias locais. No “lado sul através do alicerce econômico do café e no lado norte através do alicerce econômico da borracha”. Outra conjuntura política e social se formava e se moldava através de regras traçadas pelo patriarcalismo, pelo coronelismo, pelo controle das eleições.

Caracterizado o poder político, centrado nas mãos dos homens, excluía as mulheres de decisões políticas e o controle familiar era regido pelo pensamento masculino. O coronelismo é uma ideia disseminada pelas políticas de favores, mantinha relações que controlou as eleições a nível federal, estadual e municipal. Dessa forma, sabe-se que a ocupação de terra se dava pelas influências entre famílias que possuíam uma estabilidade econômica favorável e particular constituídos, portanto, de comerciantes donos de terras, empresários, prestadores de serviços públicos, entre outros, dos quais se constituíam uma rede de agentes sociais, que defenderam seus interesses particulares na cidade de Cametá.

Barros (2007, p. 219) analisa o período de 1889-1930, e observou que o estilo político de governança ainda tinha o vestígio da “[...] fase colonial e imperial, porém com o advento da república a presença do coronelismo teve uma nova configuração de sistematização e práticas sociais, baseadas no poder patriarcal”. A política representava, nesse cenário, o cerne da dominação e da exploração de uns homens sobre os outros, pois, tratava-se de relações de pessoas que se “definiam” por meio de “obediência”, uma vez que as forças contrárias não se enquadravam no modelo de integração estabelecido na sociedade. No trecho abaixo, Barros (2007, p. 219-220) afirma que:

Na sociedade familiar quem mandava era o sexo masculino. Era tido como normal um grupo familiar abrangendo: da esposa às eventuais amantes; dos filhos aos abastados; dos parentes, padrinhos, afilhados, amigos e dependentes aos ex-escravos. Era um extenso grupo de pessoas submetidas à autoridade incontestável do patriarca. Eles comandavam, era temido e venerado. Era esse patriarca que comandava os diversos redutos eleitorais do extenso vale do rio Tocantins e que vai exercer o controle dos votos de seus favoritos para a permanência do grupo oligárquico local; pelas três primeiras décadas do século XX, da família Mendonça.

Estas características do patriarcalismo se estenderam posteriormente as décadas seguintes do novo século, Cametá veio passando por sucessivos governos municipais, dentro da lógica familiar, pois, há quase trinta anos tivemos os Mendonça, em seguida os Parijós, Peres, Moreira, Furtado e Valente. As relações entre os sujeitos, como se pode observar no trecho de Barros (2007) eram de subordinações de mando e obediência ao patriarca, que, além

de manter os indivíduos nos seus confortos para expressar a sua vontade pessoal, recebia ainda homenagem como exaltação à grandeza de seu poder político.

A cidade de Cametá, que foi constituída por esse modelo político de relações e suas agentes sociais, mantido nos seus entornos, é composta pelo bairro Central, parte principal da cidade onde residem as “elites”, com os periféricos, os ribeirinhos, os povoados e as vilas, formados por sujeito de diferentes *status* sociais. Constituem-se, assim, diversos redutos eleitorais em todo o vale do Tocantins. Além do mais, a terra vai se tornando uma “espécie de monopólio”, concentrado nas mãos de políticos e seus agregados, pois, a posse decorre na lógica do próprio poder estabelecido, o que Barros (2007) e Queiroz (1969) denominaram grupo oligárquico local.

O conceito de “[...] poder político relaciona-se com as disputas de interesses que se passou no meio social” (SANTOS, 2015, p. 31), constituídos de relações que integram a sociedade, e resultou, de certo modo, em contradições, pois, o poder se consolida com as ideias, ou seja, pensamentos dos homens dentro de uma projeção de formação de conhecimentos, que viabiliza os formatos de sistematizações de práticas sociais, que, embora pensada na individualidade humana, acaba se desdobrando para o coletivo.

Assim, é necessário questionar sobre a ocupação de terras nos entornos da cidade de Cametá período de 1980-2000, os sujeitos nos ajudam analisar quando expressaram:

(MARQUES): Antigamente existiam muitos terrenos e poucas casas na cidade de Cametá, poucas famílias “todos” se conheciam, amigos e colegas. Em 1970, cresceu o número de famílias em consequência da construção da hidrelétrica de Tucuruí, do qual destruiu o modo das famílias ribeirinhas do interior de Cametá, dos quais muitos venderam suas terras na ilha e vieram para a cidade, sem infraestrutura e condições de vida para todos. Em 2000 a cidade de Cametá tem uma população enorme, já vi os problemas de acidentes de trânsito, roubos, violência, também aconteceram as invasões de terra.

(MOCBEL): Em Cametá houve sempre invasões de terra, são comuns na Amazônia, porém, em Cametá, veio ocasionando constantemente, embora, não tivesse essa denominação que hoje nós conhecemos. Além do mais, as terras ocupadas passaram a ser comercializado entre os sujeitos de maior posse poder político.

(DAMASCENO): A exemplo de outros municípios, desordenado, o êxodo rural trouxe muita gente, para a cidade e que não estava preparada com condições básicas.

(BARROS): A década de 1980, em minha análise, marcou um divisor entre a Cametá 2 “belos tempos” e a Cametá do “novo tempo”, (como denomino o contexto geográfico, traço demográfico e econômico da cidade), quando percebe-se de fato tal ocupação e/ou expansão para novos bairros, marco geográficos e áreas de invasão; em grande parte de forma desordenada e sem planejamento [...] A década de 1990 representa o divisor de tal análise com o nascimento do atual bairro da Nova Cametá, através de áreas de invasão em contexto de efervescência dos movimentos sociais.

(FIEL): As terras aos entornos da cidade de Cametá, em particular: sítios, fazendas, granjas, moradias, pimentais [...] não havia possibilidades de se adquirir terrenos para

se ampliar a cidade, pois não estavam à venda ou eram muitos caros. As ocupações quebraram a lógica, os “donos” da terra ociosos passaram a se preocupar com a possibilidade de “perder” essa posse e, alguns antecipando-se começaram a dividir as terras em lotes e vende-las escapando assim, das invasões que nesse período avançaram desenfreadas.

(ITAMAR): É um fenômeno bem complexo, visível e com pouca interferência do poder público no sentido de organizar, de evitar a ocupação. Esse período, marca o processo de êxodo campo-cidade, quando milhares de pessoas migraram da zona rural, sobrando ilhas e formando novos bairros, às margens da cidade, como: o Bairro Novo, Matinha, São Pedro, Primavera.

(MORAES): As ocupações aconteceram em Cametá por muito tempo, por exemplo, as pessoas detiveram alguma influência na sociedade, principalmente na política de forma que se apossaram de terras e regularizam numa forma de grilagem, e com isso, usaram para gastar a troca de alguma coisa, até voto, e com isso a grande população da classe baixa tiveram que invadir para construir suas precárias residências numa enorme discriminação social.

(AFILHADO): Na época conhecia a cidade de Cametá, eu morava no interior depois vim de muda para Cametá em 1980, e trabalhava no Bucubarana. A Cidade de Cametá por volta de 1983, não tinha quase casas, havia muitas terras, nos bairros se percebia os baldios, depois começou a crescer em 1990, as ruas Coronel Raimundo Leão e Cônego Siqueira não tinham asfalto, era só mata.

Os entrevistados são pessoas que se enquadram em diferentes categorias sociais, por isso os relatos remetem, para nós, pesquisadores, o pressuposto do que cada um(a) traz em relação à ocupação de terras no município de Cametá entre os anos de 1980 e 2000. Nesse período, segundo Marques, existiam muitos terrenos e poucas casas, as pessoas se conheciam e mantinham uma relação de reciprocidade, porém a construção da UHT acarretou impactos para os ribeirinhos no interior de Cametá, e isso provocou o crescimento populacional urbano e os problemas resultantes da própria história humana. Pompeu (2002, p. 44) dialoga sobre as “[...] transformações urbanas na Amazônia a partir da década de 60, inclusive com substancial incremento dos grandes projetos”, dentre os quais podemos destacar o empreendimento energético de Tucuruí, como um fator contribuinte do crescimento urbano.

Embora o termo invasão de terra não seja familiar junto à população, o entrevistado Mocbel afirma a sua existência, e isso evidencia o processo histórico da cidade decorrido pelos colonizadores europeus nos séculos passados, como trata Alves Filho (2001, p. 18) na obra “Pontos de história da Amazônia”: “[...]a demarcação de terras possibilitou aos senhores grandes propriedades”, destinada às atividades extrativistas, agrícolas que serviu de base de subsistência e comercialização com a Europa. No entanto, o chamado êxito rural desordenado tem consequências da exclusão do acesso a terra, pois muitos vieram para a cidade, porém, ela não estava preparada para receber os cidadãos.

O crescimento demográfico de Cametá, segundo Barros, aponta para duas situações: a primeira, pela ocupação de terras, o que Cabral (2012) denomina “clandestina”, pois, não há formalidade jurídico-normativa que ampare legalmente o sujeito. Contudo, a ocupação de espaço propiciou formação de periferia; a segunda, pela falta de planejamento nos bairros periféricos, o que compromete em parte a qualidade de vida da população, pois, o que há como políticas públicas é fruto dos movimentos sociais e, muitas vezes, funcionam de modo precário administrado pelo gestor municipal de Cametá.

Nos entornos da cidade de Cametá, no relato de Fiel, podemos compreender que a ocupação de terras se voltava para uma determinada classe social, como a dos políticos, os comerciantes e os empresários, que, ao se apropriarem, desenvolviam atividades particulares em favor de suas próprias famílias; outra parte de terras estava ociosa, porém, a partir de 1990, começaram a chamadas invasões, o que possibilitou o loteamento de terras pelos seus “proprietários”, com o medo de perder efetivaram suas vendas. Segundo Itamar, não houve interferência do poder público para organizar a formação de novos bairros, ocasionando, assim, um desordenamento geográfico da cidade e que refletiu nas condições de vida das pessoas.

As ocupações de terras também decorreram do processo de grilagem e interferência do poder político, uma vez que as famílias tradicionais de Cametá, apropriaram-se por meio de doações ou por meio de heranças. Os livros de registros do cartório Cohen dos anos 1970-1990 relatam nomes de famílias que registravam terras em favor de seus interesses, entre os quais podemos citar: Parijós, Valentés, Tavares, Castros, Peres. Desse modo, entendemos que a ocupação de terras tem intrinsecamente uma relação forte com o poder político local e o seu laço de amizade entre os sujeitos, e isso colaborou em parte para que houvesse a apropriação indevida por essas famílias. Afilhado também comentou que, em 1983, a cidade de Cametá tinha uma população em baixo crescimento, contudo, em 1990, aconteceu a sua expansão, o que, de certo, modo conciliou com Fiel, que relatou que as invasões constantes permitiram o reordenamento da cidade de Cametá, aumentando a sua população.

Em síntese, podemos deduzir que a ocupação de terras nos entornos da cidade de Cametá tem diferentes interpretações, a partir das experiências de moradores que já residem há décadas, porém, é necessário entender alguns fenômenos que se fizeram presentes neste contexto histórico. Segundo Carvalho (1998), o projeto de criação da UHT foi um dos fatores que contribuiu para o crescimento do espaço urbano, devidamente muitas famílias que moravam no interior de Cametá sofreram impactos ambientais com o fechamento do rio Tocantins, pois, houve a diminuição dos recursos naturais, como o pescado, a caça, inundações

de terras, de modo que a população foi afetada, e isso provocou o deslocamento da pessoa para a cidade de Cametá e, conseqüentemente, o surgimento de novos bairros.

Sendo assim, observou-se que a ocupação de terras decorreu mediante as situações socioeconômicas de uma parte de seus sujeitos que, vindo da zona rural para Cametá, não encontrou a cidade com uma infraestrutura adequada, como também em outras cidades da Amazônia. Isto, portanto, os levou ao direcionamento da abertura de novos espaços urbano, considerando o surgimento de bairros periféricos nos entornos do município, porém, sem políticas sociais, suficientes para atender à demanda populacional, no que se refere ao saneamento básico, trabalho e moradia, pois, quando existem, são ofertados de forma precária.

De acordo com os estudos de Carvalho (1998), em Cametá, nos anos de 1990, “[...] a população vivia na pobreza e exclusão de políticas sociais”, uma vez que havia uma forte influência oligárquica, que dominava o setor político e socioeconômico, e isso permitiu que a ocupação de terras ficasse restrita às mãos de um determinado grupo, que favorecia familiares, parentes, por haver interesses particulares ligados, principalmente, em época de eleição, levando às trocas de terras por apoio político e voto.

Os casos de invasão de terras em Cametá, em um dos relatos, pressupõe que o termo é “novo”, porém, na Amazônia, o processo de colonização foi histórico e demarca tempos remotos, em que as disputas pelas posses de terras têm, em seu embrião, a questão do poder político e econômico, que desencadeou conflitos e mortes, pois, as terras constituem o modo de produção que gera os bens materiais e permitem a sobrevivência humana. No entanto, em Cametá e seus entornos, a ocupação de terras levou à especulação, fato consolidado a partir das relações políticas, as posses de terras passaram, então, a ser uma “mercadoria” (CASTRO, 2008, p. 91), obtendo um valor relativamente alto, e só os que têm um perfil socioeconômico podem comprar, daí, podermos visualizar as disparidades de desigualdade social.

De acordo com Trindade Júnior (2008), entende-se que há uma relação entre cidades e região na Amazônia, dentro de uma perspectiva onde a “[...] floresta está associada à particularidade regional, levando-se em conta a diversidade de pequenos núcleos urbanos e sua forma de inserção no ambiente em seu entorno”, ou seja, na Amazônia, as grandes e pequenas cidades mantêm as inter-relações com a floresta, em consonância com as particularidades que cada uma tem em seu entorno, pressupondo a compreensão daquilo que vai ficando nos espaços como resultados das ações humanas, porém, revelam as condições históricas e sociais de uma grande parte da população da Amazônia, principalmente no que diz respeito ao acesso à terra e aos recursos da natureza.

Sendo assim, entende-se que a ocupação de terras e seus entornos perpassam pela lógica das relações de pessoas, que envolvem interesses e conflitos. Contudo, há de se compreender que as representações dos agentes sociais políticos, tornam-se cada vez mais, na região, motivações de disputas por espaços, que, de certa maneira, expressam o sentimento de pertencimento e domínio de poder estabelecido na sociedade. Dessa forma, questiona-se: o que levou os sujeitos a manterem os cercamentos de terras na cidade de Cametá? Os relatos seguintes têm posicionamentos:

(MARQUES): Ambição de terra, pois, sabiam que com o passar do tempo, essas terras teriam um valor importante para suas famílias, como por exemplo, as constantes vendas e compra de terras, o que poderia gerar riqueza.

(MOCBEL): A contração de terras para as vendas, eu tenho um terreno e tenho pessoas que tomam conta para mim, mas estou querendo lotear para vender a preço acessível, para os que quiserem, essas terras têm documento e legitimidade, do qual eu sou o proprietário.

(DAMASCENO): Isto é próprio da história, o cercamento é demarcação de propriedade. A ocuparem as terras “os novos proprietários” demarcavam suas propriedades.

(BARROS): Simples... A terra “taí” não tem dono, é minha e ninguém toca... Foi assim, durante a colônia, o império e até meados da década de 1950.

(FIEL): Pura ganância, o desejo de muitos, o poder porque quem tem terra, tem poder, alguns proprietários permitiam que famílias morassem em suas propriedades, sem lhe pagar diárias. Eram propriedades cujo objetivo, eram sim vendidas a preços exorbitantes posteriormente, principalmente se fosse para o governo.

(AFILHADO): Na minha opinião, medo de perder ou que ocorresse uma invasão, daí, o cercamento e a construção de muros garantiria as posses das terras na cidade de Cametá.

Os relatos estabelecidos apontam questões interessantes para compreendermos a ocupação de terras. Primeiro, é que havia uma concepção que elas gerariam um valor, a partir da venda e compra; isso suscitou entre os indivíduos formas de assegurar o domínio de posse, por isso foram feitos cercados; segundo, o informante que afirma ser proprietário de terras foi um político influente na cidade de Cametá, como ex-prefeito, Mocbel, nos anos 1970, tinha o poder de legalizar as terras, e fez para si próprio, tornou-se o proprietário; no entanto, outras situações de pessoas que têm as posses de terras, nesse mesmo período, não conseguiram legalizá-las, pois, a burocratização do Estado não tem permitido que os sujeitos, principalmente os da classe trabalhadora, tornem-se proprietários e tenham a legalidade das terras.

De acordo com Castro (2008), as dificuldades para os indivíduos legalizarem suas terras estão na “[...] forma de gestão administrativa do Estado, entre qual, gera situações que restringem a autonomia dos sujeitos”. Isto levará, portanto, aos constantes conflitos na Amazônia. No caso da cidade de Cametá e seus entornos na região do baixo Tocantins, isso é

“quase inexistente”, porém, as invasões vieram ocorrendo nos anos 1990, e novas áreas de terras foram ocupadas, é o caso do bairro Nova Cameté, que tem sua origem com a chegada de centenas de famílias, que vieram dos interiores de Cameté e de outras cidades vizinhas.

A prática do cercamento em Cameté e seus entornos, segundo um informante da pesquisa, “[...] é demarcação de propriedade”, delimita as possibilidades de invasão e dá segurança para os seus “proprietários”; para o outro, as terras “não tinham donos”, aquele que o cercava considerava logo como posse sua; já o informante seguinte afirma que isso se dava “[...] por pura ganância e desejo de poder”, pois, os agentes envolvidos reconheciam os seus valores e que poderiam ser vendidas a preços exorbitantes. Nessa lógica, Castro (2008) nos ajuda a compreender que “[...] a terra por si só, não levaria os homens a disputar”, sem antes identificar as possibilidades, que estas teriam para a consolidação do capital.

Assim, compreendemos que a ocupação de terra, em parte está relacionada com a questão política, uma vez que esta influencia o poder dos homens na busca de interesses particulares. Desse modo, questiona-se de que forma os cercamentos de terras ocorreram na cidade de Cameté, para que poucas famílias fossem beneficiadas? Os sujeitos da pesquisa expressaram suas experiências, quando afirmam:

(MARQUES): Revelam as relações do poder político, econômico e cultural concentrados nas mãos de poucas pessoas. Como exemplo, posso dizer o senhor Nelson Parijós o maior concentrador de terras em Cameté, e o senhor Carvalho era o que realizava a documentação, pois trabalhava na prefeitura de Cameté e estava a mando dos políticos.

(MOCBEL): Foi uma questão política de alguns homens de Cameté, que se apropriaram de terras como um bem próprio, pois não havia critérios legais, que há impedissem tal situação. Por isso, a ambição e os interesses de particulares levaram a concentração de terras, nas mãos de poucos homens.

(DAMASCENO): Os cercamentos diferente da pergunta anterior, era justificada por heranças ou gente ligadas a administração municipal, se apropriavam de terras pertencentes ao município. Como em Cameté “bem público” nunca existiu, isto foi uma prática pouco criticado.

(BARROS): Nada diferente da regra, que historicamente ocorreu por todo o Brasil, desde a ocupação portuguesa... Se você perguntar se eu concordo, a resposta é não!

(FIEL): Ao longo da história da cidade (quase 400 anos) os “iluminados, as famílias donas do poder foram ‘amealhando’ e essas terras que nunca cumpriram o seu papel social, serviu apenas para especulação”. Eram e continuam sendo famílias abastadas, que sempre se utilizaram do poder para sobreviver, mas aos poucos essa situação vem mudando.

(ITAMAR): Em Cameté, assim como nas poucas partes do Brasil, nunca houve reforma e distribuição de terras de forma igualitária. Sempre prevaleceu o modelo de concentração no campo e na cidade, gerando as duas maiores mazelas nesse setor: conflitos agrários, e déficit habitacional alarmante.

(MORAES): O descaso do Estado em realizar reforma agrária, que traz em seu bojo fosse definitiva, da terra aos posseiros.

(AFILHADO): na minha opinião é uma questão administrativa pública, pois, o prefeito deveria verificar estas terras para saber sua legalidade, para assim, construir e organizar o espaço urbano da cidade, haja vista que estes terrenos baldios, geram problemas de doenças que as vezes não são identificadas, pois acumulam lixos, águas paradas e insetos.

Na fala de cada entrevistado, percebemos que a ocupação de terras na cidade de Cameté e seus entornos remete, para nós, a uma questão de relações do poder político, centralizado nas mãos de poucas famílias. Isso permitiu que alguns elaborassem documentos para se autotitularizar nos livros de registros do cartório na década de 1980 e, ao se afirmar como dono das terras, demarcavam a terra por meio dos cercamentos, uma das estratégias, para impedir as possíveis invasões. Sousa (2002) afirma que Cameté, como tantas outras “[...] cidades do Brasil e da região norte em especial, é marcada pelo domínio de grupos de famílias influentes, que historicamente se revezavam no poder, destacando pelo menos três grupos: os Mendonças, Parijós e os Peres”, o que também Carvalho (1998) e Queiroz (1969) chamam de oligarquias locais.

As terras ocupadas pertencentes ao município de Cameté foram consideradas um patrimônio público, isso indica que são um bem social, do qual todos deveriam ter acesso. Contudo, devido a forças políticas e a interesses particulares, essa caracterização de público “deixou de existir”, por razões da busca pela permanência do poder e do controle eleitoral e das relações entre a população de Cameté e seus entornos. Sousa (2002) nos ajuda a compreender que, nesse contexto, os “povoados, vilas e ilhas” também sofriam fortes influências em épocas de eleições, formando, assim, um reduto que legitimaria o poder para os políticos do espaço urbano de Cameté.

No município de Cameté, como em seus entornos e demais municípios do Pará da região norte da Amazônia, os problemas referentes à terra têm gerado muitos conflitos e mortes, o que demonstra a falta de um projeto político social voltado aos interesses da classe trabalhadora, para viabilizar as posses de terras, para o indivíduo, tanto no espaço urbano quanto no rural, pois ambos necessitam construir suas casas, plantar e firmar suas identidades como sujeitos históricos e sociais. Nesse sentido, qual a opinião das pessoas sobre as terras “desocupadas” no município de Cameté e seus entornos? Os sujeitos entrevistados relataram suas posições:

(MARQUES): Deveriam e devem ser ocupadas com casas, para as pessoas por meio de políticas sociais, que viessem criar uma relação mais humana, com a educação e moradia para todos, já que somos iguais perante a lei, e isso, possibilitaria termos saúde também.

(MOCBEL): O poder público, deveria construir escolas, praças públicas, posto de saúde, para dar um certo direcionamento, para o ordenamento da cidade. Mas o que vejo, são as ocupações para fins lucrativos e não social, como deveria ser, já que é um bem que deveria estar, para todos aqueles que necessitam.

(DAMASCENO): Algumas deveriam ser preservadas em respeito à natureza, e outras utilizadas de forma ordenada e utilizadas para o bem público.

(BARROS): Projeto social, desenvolver coletas de dados sobre ocupação das terras na Amazônia cametaense.

(FIEL): Deveria cumprir seu papel social, como manda a lei. Se essas terras, não cumprem essa função, deveriam ser disponibilizadas para venda a preço acessível, para que as pessoas pudessem construir suas moradias, através do acesso a essas terras.

(ITAMAR): Precisa ser desativada a quem de fato, precisa para morar e/ou produzir.

(MORAES): Elas deveriam ser utilizadas para a construção de projetos habitacionais, com os projetos privados, que já foram desenvolvidos: Cameté Park, porém tinha que ser promovido pelo (INCRA), ou seja, pelo poder público, pois grande parte dessas terras que foram desocupadas e que foram adquiridas de forma duvidosa, haja vista que seus donos são oriundos de famílias influentes. Deveriam ser retomada, pela União e destinada a construção de parques habitacionais na sua preservação ambiental e zoológica.

(AFILHADO): Na minha opinião, o prefeito deveria agir para ocupar as terras e evitar os problemas de doenças, além de realizar doações para as pessoas que não tem condições de comprar um pedaço de terras, construir praças, escolas, posto de saúde e outras atividades para o serviço social.

Diante das informações obtidas na pesquisa de campo, os participantes destacam que o poder público deveria retomar as terras, no sentido de redistribuí-las à população, principalmente às camadas menos favorecidas do município de Cameté, pois, entendemos que o fenômeno da especulação veio ocorrendo desde a década de 1990, onde as terras eram vendidas a preços elevados, e dificultavam aos indivíduos que não tinham condições de comprar, daí uma das razões para as constantes invasões. Castro (2009) ressalta que, na Amazônia, a classe dominante “[...] restringe o acesso às posses de terras para os trabalhadores, em detrimento da especulação”, que significa venda, uma mercadoria que tem preços variados na Amazônia.

A construção de praças públicas, escolas e preservação ambiental são sugestões para as áreas de terras, que se encontram desocupadas, meios que podem colaborar com a revitalização do espaço urbano de Cameté, evitando, assim, possíveis problemas de acúmulo de lixo e proliferação de doenças, uma vez que os bairros periféricos da cidade não possuem adequadamente um sistema de esgoto, como analisa Carvalho (1998) em seus estudos: “[...] a falta desses serviços na cidade são quase inexistentes não possuem pavimentação, a maior parte das ruas são de chão batido, que com fluxos de veículos pesados, como caminhão e outros torna difícil a trafegabilidade”, prejudicando, assim, grande parte da população.

Quadro 5 – Famílias que possuem posses de terras em Cametá

FAMÍLIA	PARIJÓS
FAMÍLIA	PERES
FAMÍLIA	FURTADO
FAMÍLIA	VALENTE
FAMÍLIA	MENDONÇA
FAMÍLIA	CASTRO
FAMÍLIA	TAVARES
FAMÍLIA	MACHADO
FAMÍLIA	DAMASCENO

Fonte: Cartório Cohen (1984), livros de escrituração pública (06/09/2018).

A partir do quadro estabelecido, observaram-se as figuras principais que dominaram o cenário político: Mendonça, Parijós e Peres. A pesquisa de campo, realizada no Cartório de Cametá, constatou que há várias escriturações com os respectivos nomes de grupos de famílias, que agregavam os interesses particulares, e estes estavam associados a determinados tipos de acordos políticos, com apoios aos candidatos que concorriam aos pleitos eleitorais, em troca de as posses de terras, como afirma Carvalho (1998) e Sousa (2002): “[...] em Cametá havia uma espécie de oligarquia que se revezavam no poder há quase um século”, isto, portanto, implicará nas relações de pessoas, pois, algumas foram beneficiadas pelas indicações de trabalho e ocupações de terras.

Contudo, o crescimento desordenado da cidade e seus entornos, a pesquisa de campo incide uma releitura sobre a configuração da ocupação do espaço, bem como suas representações, uma vez que os agentes sociais são de classes diferentes, e isso se tornou visível na análise que a ocupação de terras se deu a partir das relações de poder político e ideológico. Dessa forma, há de se identificar que o consenso parte do discurso da classe dominante, que se apropria não somente dos bens materiais, mas também dos conhecimentos intelectuais, meios pelos quais podem contribuir, para as transformações ou a conservação de princípios e valores da sociedade.

Figura 4 – Vista aérea do espaço urbano de Cametá (2000)



Fonte: Acervo do autor do trabalho.

A figura acima representa a cidade de Cametá e seus entornos, e revela a configuração do crescimento urbano desordenado e com distribuição de moradia de forma desigual, uma vez que a parte central é constituída de espaços habitacionais diferenciados, bem como os seus agentes sociais, demonstrando, assim, as relações de poder político, a ocupação das posses de terras e as representações de caráter simbólico, que remetem a um passado histórico de contraste social, e ainda desvelam pensamentos e práticas sociais no contexto da contemporaneidade, principalmente no que diz respeito às influências e trocas de favores políticos.

Outrossim, é importante salientarmos que a vida das populações das cidades da Amazônia, em grande parte, decorre em uma velocidade dos próprios rios e tem mobilizado o desenvolvimento econômico, a construção de novos espaços sociais, criando uma cadeia de relações, que liga cidade, comércio e rios. A cidade de Cametá e seus entornos são banhados pelo rio Tocantins e estabelece um forte vínculo de relação dentro dos seus respectivos entornos, povoados, vilas e comunidades ribeirinhas. Assim, o movimento de pessoas e a circulação de mercadorias ocorrem em muitas cidades da Amazônia, nas quais parte das populações reside nas periferias.

Nesse sentido, na cidade de Cametá, ainda prevalecem aspectos “rurais”, do campo, pois, segundo Trindade Jr. (2008), sua caracterização se “[...] define como cidade da floresta”, pois, sua configuração histórica, econômica e cultural está no predomínio de vestígios de um passado que reflete no contexto contemporâneo da Amazônia.

A cidade de Cametá, em sua formação histórica e política, segundo Santos (2015, p. 31), tem mantido com a “[...] população um certo distanciamento dos debates das questões sociais”, como, por exemplo, do acesso à terra, ao trabalho e à moradia, e isso pressupõe dizer que os direitos sociais são renegados a uma grande parte das pessoas, que residem nos entornos da cidade de Cametá, pois, o “centro”, se assim posso considerar, está representado pela classe dominante como os políticos, comerciantes, empresários, profissionais liberais – médicos, advogados, entre outros. Todos os citados acima possuem grandes posses de terras, algumas desocupadas para a especulação, ou seja, postas à venda, outras cercadas com construções de estacionamentos para alugar ao público.

A população, em sua maioria, sobrevive nos bairros, e, de acordo com os estudos de Larêdo (2013, p. 224), “[...] não tem uma denominação oficial. Há apenas uma sugestão elaborada por uma comissão técnica que foi encaminhada à câmara municipal para apreciação”. Isto, portanto, ainda é uma prepositiva a vir a ser consolidada. Os bairros de Cametá são os seguintes: Central, São Benedito, Bairro Novo, Marambaia, Brasília, Matinha, Cidade Nova, Santa Maria, Nova Cametá, o mapa abaixo ilustra os respectivos espaços urbanos que compõem o espaço de Cametá e seus entornos.

Figura 5 – Mapa dos bairros do município de Cametá



Fonte: IBGE (2010).

Os bairros citados da cidade de Cametá, já na década de 1980, eram bastante povoados devido às consequências da UHT, que arruinou o modo de sobrevivência dos ribeirinhos, pois, o pescado e o camarão ficaram escassos, além da diminuição do extrativismo e acabaram migrando para o espaço urbano, porém, a cidade de Cametá não tinha ainda e não tem hoje uma estrutura adequada para receber os seus cidadãos, já que as melhores áreas de terras encontrase nas mãos de poucas pessoas como os políticos, comerciantes e empresários, o que permitiu o acesso aos entornos dos bairros da cidade formado por periferias e agentes vindos do interior.

De acordo com Costa (2006, p. 158), em sua análise sobre a UHT, afirma que:

Após duas décadas da instalação da barragem, as comunidades a jusante ainda se ressentem dos danos sofridos, mas não ficaram inerentes, ao contrário vem lutando intensamente para sobreviver, pois, os ribeirinhos não se relacionam com a natureza ou conhecem de uma maneira abstrata, e genérica, mas, sobretudo, segundo as necessidades do relacionamento que mantém entre si e ao mesmo tempo com esta. Assim, após todos esses anos pós-barragem, o campesinato vem se adaptando à nova realidade e buscando implementar saídas e alternativas, como criações e cultivos, tentando fugir da crise socioeconômica e ambiental em que se encontram.

O fechamento do rio Tocantins com a UHT, um grande projeto de empreendimento capitalista, criado a partir de uma visão política e ideológica para gerar energia e potencializar o desenvolvimento da região, impactou a vida das comunidades ribeirinhas, que sentiu os danos como a perda da qualidade de água, do pescado, do camarão, os meios que possibilitavam a sobrevivência no interior de Cametá.

Nesse contexto, uma parte dessa população veio para Cametá e a outra continua lutando com a natureza, já que esta obriga o homem a adaptá-la para manter a si próprio, desenvolvendo alternativas, criações e cultivos, pois, tal estratégia, segundo Costa (2006), constitui fuga da crise econômica em que os sujeitos se encontram. Diante de tal evidência, a cidade de Cametá passou a ser uma das referências para os indivíduos, porém, como ressalta Larêdo (2013, p. 281):

Os ciclos econômicos da Amazônia, como o da borracha e do cacau, o da castanha e da pimenta-do-reino, trouxeram mais melhorias significativas no padrão de vida dos cametaenses do que estarem inseridos na área geográfica legal do projeto grande Carajás [...]. Desse modo, o lucro adquirido durante esses ciclos muito pouco melhorou as condições de infraestrutura urbana de Cametá, mesmo porque algumas das melhorias mais visíveis já tinham sido consolidadas na época do império, a saber: pavimentação das ruas centrais, abertura de estradas na zona rural, cais de arrimo, galerias pluviais - hoje usadas inadequadamente para despejo de quase duas toneladas de esgoto diariamente nas margens do rio Tocantins - prédios públicos e templos religiosos.

Os ciclos econômicos, na concepção do autor, trouxeram melhorias para uma determinada classe social, pessoas ligadas ao comércio e à ocupação de terra do Projeto Grande

Carajás, que tinham um padrão de vida superior aos homens que saíam de Cametá para trabalhar fora do município. Contudo, os produtos econômicos dessa região, na visão de Larêdo (2013), pouco melhorou a infraestrutura urbana de Cametá, uma vez que já existiam – eram da época do Império –, como os calçamentos das primeiras ruas, duas das quais foram engolidas pela erosão, restando algumas que fazem parte do bairro central, onde a elite mantém suas residências, hotéis, apartamentos, prédios públicos e templos religiosos.

Além da abertura de estradas, cais de arrimo, galerias pluviais, tal qual atualmente serve para o despejo dos dejetos nos esgotos de céu aberto jogados ao rio Tocantins, contaminando, assim, as águas, os peixes, prejudicando ainda mais os povos ribeirinhos que estão localizados nos entornos da cidade de Cametá. Larêdo (2013, p. 218) também enfatiza que, enquanto “[...] outros centros urbanos da Amazônia consolidavam-se dentro dos programas dos grandes projetos, Cametá se contentava em exportar mão de obra para outros municípios como Tucuruí, Barcarena e Marabá”, uma vez que não existiam política e geração de empregos para grande parte da população de Cametá.

É importante ressaltar que os poucos postos de trabalho que existiam entre 1980 e 2000 eram na esfera pública, que, segundo Larêdo (2013, p. 218), dependiam mais do “QI” (que indica) do que “[...] da real capacidade dos postulantes. Isto aconteceu tanto no período do Regime Militar como na nova República. A plena democratização do país muito pouco democratizou Cametá salvo algumas entidades”, ou seja, os políticos faziam dos empregos cabides eleitorais, a serem dados àqueles que se comprometiam a votar em suas respectivas legendas partidárias.

Sendo assim, essa conduta dos políticos de Cametá transcorria com poucas mudanças, principalmente no que diz respeito à democracia, pois, diante de situações como o desemprego, os problemas sociais de doenças, a falta de moradia e de acesso à terra, uma vez que as posses já estavam determinadas para os agentes políticos, comerciantes, empresários, a população de Cametá ficava “refém” do poder político, permanecendo a dependência e as trocas de favores, dando, assim, margem para a desgovernabilidade e, sobretudo, para a corrupção eleitoral, dos recursos públicos da prefeitura de Cametá e da ocupação de modo indevido.

Carvalho (1998, p. 33) em sua pesquisa sobre política e exclusão social, um estudo sobre o município de Cametá (PA), comenta que:

Cametá vive uma forte influência oligárquica, oligarquia esta que não se preocupa com situação socioeconômico da população que necessita de políticas sociais como política de geração de emprego e renda, de caráter essencial a sobrevivência da população. O município de Cametá a quase um século vem sendo dirigido por três poderosas oligarquias, os Mendonças e os Parijós nas décadas de 20 e 50. A dos Peres,

a partir dos anos 60 até os dias atuais. Oligarquia significa governo de poucas pessoas, predomínio de facção ou grupo na direção dos negócios públicos. (CARVALHO, 1998, P. 33).

Anteriormente Barros (2007) analisou o grupo político de Cametá e observou a forte influência oligárquica nas decisões políticas em torno de famílias que foram se apropriando não somente do poder, enquanto resultados do pensamento humano, mas também dos recursos públicos, das terras, dos empregos e dos melhores espaços da cidade. Carvalho (1998) interpreta tal situação em favor de uma classe que ela denomina oligárquica, que buscou, por meio das estratégias políticas, beneficiar seu grupo, enquanto que a população ficava nos entornos da cidade, sem assistência social como emprego, geração de renda, educação, saúde e moradia.

Por isso, Carvalho (1998) tratava como uma exclusão dos sujeitos dos bens materiais e do regresso da história do povo de Cametá, e apontava como causa a perpetuação de grupos políticos que se mantiveram através das “manobras” e das ações políticas, o que, de fato, refletiu nas condições de pobreza de diferentes sujeitos sociais que compõem a sociedade cametaense. Quando Carvalho (1998) retrata a presença de facção política em Cametá, ela desponta para a direção de indivíduos de negócios públicos, que se favorecem dentro da lógica do poder e da ação, destacando, assim, os Mendonças, os Parijós e os Peres, porém, analisamos que havia outras como os Valentes, os Castros, os Moreiras, os Furtados e os Tavares.

Essas famílias apropriaram-se de terras e foram beneficiadas devidamente aos favorecimentos políticos, mantidos há anos, como destacou Carvalho (1998), e isso transcorria como “[...] costume, passando de uma geração a outra”, no seguimento das políticas públicas de Cametá. Nesse direcionamento, a autora dá ênfase para seu maior representante político, o deputado federal Gerson Peres que, parafraseando, diz o seguinte “Cametá é um chão de ricas de tradições históricas e promissor de desenvolvimento socioeconômico” (PERES, 1992).

Contudo, o pensamento em destaque de Peres é apenas “ideológico” e fantasioso, pois, não correspondia à realidade de Cametá, uma vez que, sendo reconhecida como a cidade de tradições e histórias, pouco ou quase nada se faz para que isso fosse, de fato, manifestado e valorizado nas políticas sociais do município, daí Carvalho (1998) afirmar do processo da “[...] decadência social da população juntamente com o retrocesso de sua própria história”. Compreende-se que o desenvolvimento populacional e econômico não estava dentro dos planejamentos das políticas de Cametá, uma vez que estes são endereçados para atender aos interesses particulares e intrinsecamente relacionados entre famílias de posses.

Larêdo (2013, p. 218) analisou o período dos anos 1980 e destaca que “[...] na década de 1980 intensificam-se os grandes projetos, e os nativos de Cametá partem em direção a

Trombetas e Jarí em busca de oportunidade de trabalho já escassos na cidade”. No entanto, a chegada do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) tinha como objetivo alavancar o desenvolvimento econômico regional, o que, de fato, não ocorreu na totalidade em Cametá, mas a formação dada aqui beneficiava outras cidades como Barcarena, Tucuruí e Marabá.

A implantação do SENAI em Cametá, em 1982, caracterizou com a “manobra política” de Gerson Peres, pois, servia como “cabide de empregos e formação” de reduto eleitoral, como sinaliza Carvalho (1998, p. 36), a população de Cametá por muito tempo vem “[...] mantendo as oligarquias no poder anos a fio, o que o povo recebe mesmo são algumas políticas paternalistas, clientelistas, imperiosas, dominantes e cegas às condições de pobreza social da população”, ou seja, os mecanismos utilizados pelos políticos são instrumentos de dominação e controle do poder sobre os indivíduos, restando, assim, para estes desemprego e exclusão das políticas públicas da esfera municipal.

Na lógica dominante, “essas oligarquias” visam somente a interesses próprios para manter seus nomes na história e seus interesses particulares e nada mais” (CARVALHO, 1998, p. 34). Contudo, é necessário compreender que as críticas feitas pela autora têm grande relevância para a análise social e histórica, principalmente no que diz respeito à manutenção de nomes na história, como das principais ruas, avenidas e praças públicas. Larêdo (2013, p. 225) ressalta que os “arruamentos somam mais de 50” e, na maioria, estão os nomes de políticos e santos(as), ou seja, revelam as combinações entre os representantes do poder político com a igreja, pois, ambas são instituições ideológicas.

Por outro lado, verifica-se que a ocupação de terras nos entornos de Cametá encontra-se nas mãos de familiares dos personagens, que levam seus nomes nas principais ruas, configurando intrinsecamente as relações das oligarquias políticas do município de Cametá. Larêdo (2013), Barros (2007) e Carvalho (1998) demonstram em suas análises que o poder político permitiu as defesas constantes de seus interesses na manutenção do *status quo* da sociedade, da história, nas posses de terras “ilegítimas”, nos recursos públicos, no controle dos empregos e nos redutos eleitorais formados nos entornos da cidade de Cametá.

Assim, a população cresceu, mas os serviços de ações de políticas sociais públicas, não chegaram a todos, consequências da desigualdade de classe entre os homens são reflexos de mudanças e permanências de um passado histórico imanescentes de ressignificações, que se desdobra “[...] em novas práticas de relações humanas”, continuando, assim, a manipulação

daqueles que se investem como “bons políticos”, para tirar proveitos das mazelas sociais produto da história dos homens.

Considera-se que, em uma contraposição, as oligarquias e o bipartidarismo (ARENA e MDB) estabelecido no município de Cametá, pois ainda estamos no período da ditadura militar (1964-1985), onde houve a extinção da maioria dos partidos políticos, porém, segundo Fiel (2014, p. 61), quando o “[...] presidente da república João Batista Figueiredo tornou posse em março de 1979, no seu primeiro discurso”, prometia promover a redemocratização do país e, entre suas primeiras medidas, promoveu a anistia política, onde os exilados e os que tiveram seus direitos políticos cassados poderiam voltar à vida política nacional, além de permitir a reforma política que pôs fim ao bipartidarismo, favorecendo o surgimento de novos partidos políticos.

Nesse contexto, os movimentos sociais, sindicatos, igrejas e as lutas e resistências da população contra as posturas políticas da ditadura militar em todo o Brasil se faziam presentes. Fiel (2014), nos estudos realizados sobre comunidades cristãs de Cametá, destaca que:

No Pará o ano de 1980 marcou a retomada da organização dos movimentos sociais organizados após o fim do bipartidarismo que avança pelo interior como em Cametá, onde já havia decorrido anos de fundação das primeiras comunidades cristãs de onde germinaram sementeiras de lideranças que engajaram-se nos movimentos populares e sociais nos anos e décadas de seguintes (p. 61).

Em Cametá, no ano de 1980, o Partido dos Trabalhadores (PT) foi fundado, e suas lideranças e políticos saíram das comunidades cristãs organizadas no período de 1968. A organização dos movimentos sociais e a luta pelo fim do “[...] bipartidarismo tiveram seus efeitos” com homens e mulheres advindos do seio da igreja, lugar onde se reuniam para refletir a palavra de Deus, mas também para dialogar e problematizar as realidades políticas e sociais do município de Cametá, que até então estava no comando do gersismo, que favorecia com empregos e favores, caracterizado pela política do clientelismo.

Contudo, com a democratização do país, em 1985, chegou o fim da ditadura militar, e a mobilização dos movimentos sociais exigia dos governos a participação e decisões nas políticas públicas, principalmente partidárias, sobre a qual pesava significativamente a defesa dos direitos humanos, como educação, saúde, acesso à terra, moradia, trabalho e agricultura. Essas exigências do PT, dos sindicatos rural e educacional, e das comunidades cristãs se firmavam na coesão de forças conjuntas, para lutarem e resistirem contra o poder político, instalado na cidade de Cametá.

Assim, se repetiam antigas práticas oligárquicas, políticas e conservadoras, que vinham favorecendo um grupo de famílias, como ressalta Carvalho (1998), anteriormente, há quase um século, Mendonças, Parijós e Peres dominaram o cenário político de Cametá e excluíram grande parte da população de ações sociais, voltadas aos seus interesses. A lei orgânica do município de Cametá, originalmente promulgada em 05 de abril de 1990, e que atualmente foi revisada em 2006 (CARVALHO, 1998, p. 5), expressa em sua apresentação o seguinte:

A dinâmica do Direito impõe mudanças permanentes e contínuas, a fim de que as leis acompanhem a evolução das pessoas e da sociedade. Assim, também, aos Municípios, que é onde se planta a semente inaugural da vida em sociedade, impõe-se a necessidade de modernização, em sintonia com os anseios do povo e mantendo fidelidade absoluta e inarredável aos preceitos da legalidade, da democracia e da inviolabilidade de direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade.

O trecho, acima, da lei orgânica municipal de Cametá, que emana para a lógica da determinação da Constituição Federal do Brasil de 1988, responde, em parte, à compreensão dos políticos das necessidades de mudanças e, sobretudo, da dinâmica do direito. Sem dúvida, a mobilização dos movimentos sociais de Cametá possibilitou para as populações de seus entornos implicações positivas, como o reconhecimento da vida, a modernização no pensamento e, no trato das coisas públicas de anseios do povo, a legalidade, a democracia e a liberdade de expressão. Contudo, mesmo com a garantia de propriedade, o direito à terra nos entornos da cidade de Cametá ainda continua negada para muitos cametaenses, uma vez que o desenho de ordenamento dos espaços está consolidado para um pequeno grupo de famílias, conforme visto anteriormente nas reflexões.

No tocante a isso, o artigo 119 (p. 74) da lei orgânica do município de Cametá assegura que “[...] a política urbana a ser formulada no âmbito do planejamento municipal, terá por objetivo o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade do bem-estar dos seus habitantes, em consonância com a política econômica e social do município”, ou seja, prevê e institui um conjunto de ações que parte do princípio de política urbana, que aponta para as funções sociais da cidade dos cuidados que deve haver com os seus cidadãos e seu meio ambiente, considerando ainda a valorização de política produtiva, econômica e social para a população. No entanto, a história de Cametá e a realidade de seus habitantes, de acordo com a análise, ficam longe deste ideal pensado e legitimado pela lei, que rege as políticas públicas do município de Cametá.

Santos (2015, p. 31), em sua literatura “O porto de Cametá no espaço de circulação”, critica a falta de “[...] políticas sociais e aplicação de conhecimentos científicos”, dentro da lógica de recuperação da orla portuária de Cametá, com profissionais como geógrafos, com conhecimentos sobre planejamento urbano, hidrografia e outros, sociólogos, ambientalistas, etc. Na sua conclusão, afirma que a única “dupla dinâmica” conhecida são as “figuras do político e do engenheiro”, com predomínio das decisões políticas e não técnico-científicas. Desse modo, entende-se que a ausência desses saberes científicos impede o desenvolvimento no espaço urbano de Cametá.

A cidade de Cametá, na visão do autor, não tem um planejamento que contenha ações de relevância técnica e científica de maneira aprofundada, que possibilite assegurar o desenvolvimento de políticas urbanas, pois prevalecem as figuras do poder político e do engenheiro, mas desprovidos da consolidação de conhecimentos básicos e científicos, que pudessem contornar os problemas de erosão da orla e da infraestrutura como um todo de Cametá. Para tanto, é necessário compreender que “[...] os poderes constituídos municipais, as forças políticas influentes entre os homens, relacionam-se desigualmente entre si na disputa pelo espaço urbano portuário. São conscientes de sua escassez, que contribui no aumento de seu valor” (SANTOS, 2015, p. 41).

Outrossim, fica claro a existência de disputas de apropriação de espaço urbano, que inclui a orla e as terras ociosas, isto, portanto, desvela entre os homens as desigualdades sociais e a exclusão em seus entornos, formados pelos bairros periféricos, vilarejos e ribeirinhos que compõem todo o território cametaense, que representa diferentes emblemáticas no campo do trabalho, moradia, educação, saúde e cultura, uma vez que grande parte dos espaços constituídos por pessoas não tem, em sua totalidade, os serviços de políticas públicas que assegurem as formas de vida de maneira a promover a cidadania.

2.2 A OCUPAÇÃO DE TERRAS E MORADIA NOS ENTORNOS

A terra tem função social para os homens, uma vez que permite a fixação de moradias para firmar identidades, enquanto pessoas que têm a capacidade para desenvolver atividades especificam inerentes às necessidades do cotidiano. Plantar, criar, colher e produzir para manter a sobrevivência depende da terra, como também para a construção de moradias. No entanto, nos entornos da cidade de Cametá, essa realidade está distante para uma parte da população, que está excluída das posses de terras e vive nas periferias inadequadas e do desenvolvimento social, econômico e cultural.

Cametá, como outras cidades brasileiras, tem déficit habitacional, em seus entornos entre os quais destacam-se os bairros, vilarejos e povoados, onde parte das pessoas vive em condições precárias, no que diz respeito à moradia, pois, as políticas públicas são insuficientes para atender à demanda populacional que cresce dentro de um espaço desordenado, que reflete continuamente nas múltiplas relações humanas.

A palavra moradia tem origem etimologicamente do verbo morar, do latim “*morari*”, que fica, demorar, ficar. O direito, portanto, à moradia pode ser definido com o direito a se ter um lugar para se viver de maneira digna e saudável. De acordo com Silva (2012, p. 376), o direito à moradia significa em primeiro lugar, “[...] não privada arbitrariamente de uma habitação e de conseguir, e, por outro lado, significa o direito de obter uma, o que exige medidas e prestações estatais adequadas à sua efetivação”. Para garantir um lugar decente para morar e, assim, manifestar seu pensamento e linguagem, pois, o direito à moradia permite aos sujeitos condições necessárias para excelência do cidadão e representações de suas identidades sociais.

Em linhas gerais, questionamos: as terras ocupadas tinham objetivos para a construção de casas à população ou escolas? Justifique sua resposta.

(MARQUES): Não! Não havia doação de terras para ninguém, as terras eram cercadas e seus donos não permitiam a entrada de outros e quando faziam casas, eram para os vigias que tomavam conta.

(MOCBEL): Não! Não chegou a ser ocupada para agricultura – a ocupação era mais para a venda como já disse anteriormente, os objetivos maiores que posso destacar, na verdade é que as terras adquiriram seus donos e estas, passaram a ser vendidas por um alto preço, o que inda que só um grupo (comerciantes e políticos) detinham a posse.

(DAMASCENO): As terras não eram ocupadas pelo poder público, e nessa época não havia políticas habitacionais, normalmente as escolas eram construídas com raras exceções em terrenos pertencentes ao município.

(BARROS): Casas, casas e casas... Apesar da organização social, dos movimentos sociais locais, com o apoio de entidades como a igreja católica e setores da imprensa (como o jornal Informe Popular a partir de maio de 1996) não havia planejamento e ordenação dos novos espaços com áreas para escolas, postos de saúde, praças... Isso tudo vejo como, consequência; materializados após a ocupação com o auxílio do poder.

(FIEL): As invasões aconteciam da noite para o dia (nesse período). De manhã vinha a notícia a que tinham invadido a terra tal, e todo mundo corria para lá, inclusive eu para registrar. As moradias, os terrenos eram disputados na força, na esperteza. Assim, surgiram vários bairros (ocupação). Esses terrenos serviam principalmente a moradia, na hora, no saber das ocupações não se deixava espaço para os serviços públicos, o governo só chegava depois.

(ITAMAR): Sem casas, principalmente escolas, apenas em período bem recente.

(MORAES): Nunca tiveram, pois, se o poder público pensasse na inclusão social, construía, por exemplo, casas populares com esgotos, escolas, creches, energia, posto

de saúde, não os entregava ao relento social, sem as políticas públicas, somente depois de um tempo é que os moradores vão aos poucos buscando.

(AFILHADO): Não! Mesmo porque tinha pouca escola na época, não havia muita gente na cidade, não havia preocupação com a construção de casas ou escolas, para a população, tinha a escola Júlia Passarinho e a Maria Eduarda Goudinho 1980.

As terras de Cameté não estavam disponíveis para a construção habitacional, é o que a pesquisa desse período de recorte temporal evidencia, pois, não se constatou a presença programa do governo federal em relação às políticas sociais de moradias. Por isso, os terrenos foram tendo posses entre as pessoas, em destaque políticos, empresários e profissionais liberais que, ao terem um perfil socioeconômico construíram cercas ou muros, legitimando-se, assim, como “donos”. De acordo com Pompeu (2002, p. 110), a partir da caracterização das posses de terras “[...] se criou um quadro de desigualdades na cidade formando uma área central adotada do aparato social e comunitário da infraestrutura necessária”. Nessa relação, a área central da cidade concentra-se às famílias que têm poder aquisitivo econômico e as melhores habitações, além de receberem serviços de limpeza mantidos pela administração municipal.

Na análise da pesquisa, fica evidente que grande parte da população na época não tinha acesso à moradia, e isso está relacionado com a falta de posse de terra. Dentre os entrevistados, Mocbel afirma que “[...] as terras adquiriram seus donos, e estas passaram a ser vendidas por elevado preço, do qual um só pequeno grupo (comerciantes e políticos) proporcionou-se a posse”. Nessa perspectiva, compreende-se que a terra passou a ser comercializada, porém, essa relação se dava entre sujeitos de classe e dona do capital, o que Castro (2009) considera como “[...] a capitalização especulativa da terra”, desproporcionando aos demais indivíduos, o impedimento de adquirir um terreno.

O Plano Diretor do Município de Cameté de 1990, reformulado em 2007, expressa um conjunto de “[...] princípios fundamentais destinados a formar a base norteadora das ações de gestão democrática municipal integrada regionalmente”, ou seja, determina que, dentro de sua realidade histórica, social, política e econômica, sejam consolidadas para os cidadãos o acesso a direitos e a políticas públicas, para a população de maneira justa e adequada às reais necessidades de vida.

Os debates políticos e as determinações dos pactos internacionais, com sua natureza jurídica de tratados e convenções, tornaram-se para a sociedade importantes instrumentos de mecanismo na universalização e sistematização dos direitos. No artigo XXV, da Declaração dos Direitos Humanos, entre muitos, o direito à moradia como princípio da dignidade humana, e, sobretudo, do seu bem-estar, como pessoa reconhecida e valorizada nos contextos de dada

sociedade. Contudo, no município de Cametá, tal garantia ainda exige um esforço contínuo de políticas públicas que possam revitalizar o espaço urbano, para, assim, permitir que todos os sujeitos tenham acesso à terra e à moradia, pois são dois direitos básicos fundamentais para o exercício da cidadania.

O Plano Diretor do município de Cametá de 1990, reformulado em 2007 (p. 1), no artigo 2º dispõe ainda que:

A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende simultaneamente as necessidades dos cidadãos, quando à qualidade de vida, a justiça social, ao acesso universal aos direitos sociais e desenvolvimento econômico, a compatibilidade no uso da propriedade com a infraestrutura existente, com os equipamentos e serviços públicos, disponíveis, com a preservação da qualidade do ambiente urbano e natural e compatibilizando o uso da propriedade com a segurança, o bem-estar e a saúde de seus usuários e vizinhos de forma a contribuir para a sustentabilidade sócio ambiental.

Esse princípio estabelecido no Plano Diretor fica, em grande parte, distante dos entornos da cidade de Cametá, uma vez que o acesso à propriedade está escasso para a maioria da população, principalmente os mais pobres e desempregados, que residem nos bairros periféricos, vilarejos e os povoados. Terra e moradia constituem ainda uma dívida social e pública para seus municípios, pois uma pequena classe social como os políticos, comerciantes, empresários, médicos, advogados, entre outros, tem as “[...] posses de terras, prédios, apartamentos e casas, estão localizados no centro da cidade como uma infraestrutura que responde às suas necessidades sociais”, bem como expressa as relações de poder distintas no espaço urbano público de Cametá.

Por outro lado, revela a exclusão, nos entornos, dos serviços sociais, como saneamento básico, sistema de esgoto, limpeza, depredação do patrimônio público, do meio ambiente, falta de segurança, iluminação pública inadequada, postos de saúde sem funcionalidade à população, o que, de certo modo, não contribui para uma relação de sustentabilidade ambiental e muito menos para o bem-estar e a qualidade de vida dos indivíduos.

Do ponto de vista social, indagou-se com moradores da cidade sobre a questão de moradia em Cametá; os informantes declararam que:

(MARQUES): A questão de casas, já melhorou um pouco na cidade de Cametá, os anos 80 as maiorias das casas eram de madeiras, mas no decorrer do tempo, o governo foi dando condições para as pessoas construírem suas casas. Lembro que antigamente, além da falta de moradia existiam e existe muita gente, que não tem terras e isto, impede a construção a atividade agrícola, a criação e o modo de sobrevivência das pessoas.

(MOCBEL): A cidade de Cametá vem acompanhando o ritmo de crescimento de outras cidades vizinhas, e com isso, desde 1980 para cá, vieram crescendo a violência, o roubo, os problemas sociais passaram a ser comum, as moradias eram de péssimas

condições, e isto, veio melhorando um pouco, com as políticas habitacionais do governo federal.

(DAMASCENO): Ainda com dívida social, muitas famílias morando juntas, casas simples, falta de saneamento, iluminação pública, falta de identificação de ruas e logradouros públicos e segurança pública.

(BARROS): Dentro da normalidade.

(FIEL): Já melhorou bastante, com a abertura dos terrenos, que estão à venda hoje. Com o Projeto Minha Casa Minha Vida, milhares de famílias que tiveram acesso à moradia de baixo custo e, com as invasões que se tornaram nos anos 90 a 2000 os donos de terras viciosos, estão sendo mais cautelosos. Essas terras vão sendo colocadas à venda e assim a cidade vai expandindo.

(ITAMAR): Cameté vive e mesmo decorre das cidades brasileiras em menos escalas, eminentemente, mas padecendo chamado déficit habitacional, muitas famílias sem ter casa própria vivendo em barracos ou pagando aluguel, e algumas poucas possuidoras de muitas imóveis e terrenos.

(MORAES): Desorganizada e desorientada, principalmente pelo poder público, elas são construídas aleatoriamente de forma, que só contribui para o crescimento desordenado da zona urbana e que contribui para a discriminação social.

(AFILHADO): Eu vejo o seguinte, pessoas que vem do interior consultar ou fazer tratamento de saúde, porém, há muitas famílias morando juntas, porque não tem terras para construir casas, e as quais existem as pessoas não tem condições de comprar terras, para fazer moradias.

A questão habitacional na cidade de Cameté e seus entornos ainda constitui-se uma das dívidas de políticas públicas para uma parte da população. Os relatos dos informantes da pesquisa expressam as realidades habitacionais dos anos 1980, as casas em sua maioria eram construídas de madeiras, mas nem todos tinham acesso devidamente à falta da posse de terra, o crescimento da cidade também provocou o surgimento de problemas sociais, como violência e roubo. As moradias, constituídas de péssimas condições para os seus usuários, demonstra que há um déficit habitacional para muitas das famílias que viviam em barracos ou alugando casa para morar, porém, na análise, os entrevistados da pesquisa reconhecem que houve uma evolução na melhoria habitacional em grande parte da cidade de Cameté e seus entornos.

O Plano Diretor do município de Cameté, artigo 56, “[...] define como política para habitação, o apoio, o incentivo às pessoas na produção ou melhoria de sua moradia”. Em contrapartida à questão habitacional de Cameté e seus entornos, constatou-se que este dispositivo legal fica distante entre o escrito e a prática social. Na mesma linha de raciocínio, o Plano assegura, no artigo 57, “[...] a garantia do acesso da população de baixa renda à habitação popular, com regularização fundiária nas áreas urbana e rural”.

Cabe frisar que, por meio dos informantes da pesquisa, ficou perceptível que há dois fatores visíveis que ocorrem na cidade de Cameté e seus entornos: o déficit habitacional e a construção do espaço urbano de maneira desordenada. No período de 1980 a 2000, a situação

do espaço territorial urbano era diferente do atual, com poucas casas e bairros, porém, o processo de crescimento populacional da cidade foi aumentando, e isso veio refletindo nas relações e representações dos espaços públicos, como ruas, pois, as principais são estreitas; nos bairros periféricos, muitas travessas e perímetros não têm saída, somente entradas, as casas estão em posições desalinhadas, provocando problemas de mobilização de pessoas e veículos.

Outrossim, há de se considerar que as poucas políticas que, às vezes, chegam aos sujeitos nos seus entornos da cidade de Cametá, em parte, não correspondem com as suas necessidades de vida, pois, os serviços prestados são precários e inadequados para a consolidação de ações que pudessem reverter tais problemática encontradas e vivenciadas pelos agentes sociais que estão localizados nas periferias da cidade de Cametá.

O Plano Diretor (2007, p. 2), no artigo 4º parágrafo II, trata de um dos objetivos do plano e ressalta, no seu teor, que o município de Cametá deverá:

Elevar a qualidade de vida da população urbana e rural, particularmente ao que se refere à saúde, à educação, a cultura, às condições habitacionais e de infraestrutura e aos serviços públicos, de forma a promover a inclusão social reduzindo as desigualdades que atingem diferentes camadas da população e distritos do município de Cametá. (2007, p. 2).

Carvalho (1998, p. 35) afirma que a maioria da população de Cametá, na década de 1990, não tinha em sua totalidade a qualidade de vida, pois, em sua pesquisa de campo constatou a falta de escolas para todos, principalmente nos entornos em destaque os bairros da cidade, vilarejos, povoados e ribeirinhos, o que fez com que muitas famílias migrassem para o espaço urbano, pois, além de um atendimento educacional inexistente, segue ainda a precariedade da assistência à saúde, uma vez que, dos poucos postos que existem, nem todos funcionam por ausência de profissionais, de equipamentos técnicos e de recursos necessários para os cuidados com a saúde pública.

Larêdo (2013, p. 219) comenta que, apesar de a cidade de Cametá ter sido elevada à categoria de patrimônio histórico nacional, por meio da lei nº 7537, de setembro de 1983, “[...] não se vê nenhum benefício advindo dessa lei, pois não se vislumbra a preservação dos prédios públicos e particulares de considerável valor histórico”. “Alguns documentos e objetos históricos estão amontoados em um local denominado museu de Cametá”. Isso, portanto, evidencia a desvalorização da cultura por parte da gestão administrativa da prefeitura de Cametá, ao qual Carvalho (1998) considerou como o “[...] regresso histórico e cultural da população de Cametá”.

As condições de moradias garantidas no plano diretor da cidade de Cameté não corresponderam com as necessidades dos cidadãos, sendo de péssimas qualidades, não permitindo, assim, que os cidadãos tivessem uma vida digna dentro de suas residências. Carvalho (1998, p. 41) pontua que “[...] o sistema de habitação em Cameté apresenta construções predominantemente em madeira com cobertura de palha, telha de barro ou cavaco, chão batido de cimento ou de barro”.

Figura 6 – Residência construída em madeira nos anos 1970



Fonte: Acervo do autor do trabalho.

A imagem acima representa a contradição entre o modelo de moradia tradicional e moderno, dentro da lógica de relação de poder político e classe social, onde os agentes sociais reproduzem suas existências a partir da materialização do trabalho e da aquisição do capital. Marx (2013) trata da questão material como um dos princípios que gera a desigualdade social e reflete no conjunto das relações humanas na sociedade. Por isso, os homens lutam entre si e defendem interesses opostos, que contrariam a ideia de justiça social e igualdade para todos.

No entanto, os estilos de moradias são distintos, e isso demonstrou as relações de classes e representações dos espaços urbano de Cameté, pois, segundo “[...] informações colhidas em entrevistas através de observações realizadas na cidade, estima-se que 70% das construções residenciais são de madeira, 20% de alvenaria e 10% de taipa” (CARVALHO, 1998, p. 41).

A pesquisadora supracitada teve o seu recorte temporal a década de 1990, onde também contemplou a pesquisa que compreendeu o período de 1980-2000 e chamou atenção pelo fato de que grande parte das moradias era feita de madeira; havia o tipo de alvenaria, bem reduzida, e o de barro simples, restrita, coberta com palha. No entanto, observamos que os estilos de residências sofreram bruscamente mudanças na cidade de Cameté com modelos modernos e atuais que configuraram uma nova roupagem para seus habitantes. Segundo o raciocínio estabelecido, podemos dizer:

Na área do centro da cidade sede do município permanecem ainda as construções de estilo colonial português, tino terreá ou sobrados colados às outras, de telha rasas, beiral aparente e azulejos nas fachadas, com técnica primitiva de edificação em cal e pedra. Sem recuo frontal, estas características de linhas arquitetônicas sólidas ainda podem ser dobradas no bairro comercial, notadamente na Rua São João Batista. Nas áreas periféricas localizam-se habitações de baixo padrão construídas em barro e cobertura com palha de ubuçú. (POMPEU, 2002, P. 91).

Os estilos habitacionais de Cameté são variantes e ainda recordam as construções do período colonial português europeu, o que demarca as relações de pessoas com perfis econômicos diferentes, uma vez que o poder aquisitivo de alguns possibilitou a aquisição de moradias com padrões bem determinados, como, por exemplo, as divisões e compartimentos como ilustrados abaixo.

Figura 7 – Residência da Família Peres



Fonte: Acervo do autor do trabalho.

Assim, verifica-se, acima, a residência da família Peres, localizada no bairro Central, do município de Cameté, que, há décadas, estiveram à frente da administração pública da

cidade. Isso se evidencia a partir das relações estabelecidas entre grupos políticos, que buscavam manter seus interesses e influência familiar, uma vez que o controle das grandes posses de terras se refletia na construção de casarões de alto padrão.

Figura 8 – Residência dos Furtados



Fonte: Acervo do autor do trabalho.

Também neste cenário destaca-se a família Furtado. Eles eram grandes comerciantes da cidade de Cametá que praticavam, no início do século XX, a comercialização de produtos como: borracha, cacau, andiroba, etc. Com base nisso, a produção gerava lucros significativos à época. Além disso, a referida família desfrutava da arquitetura e dos moldes europeus representados pelas casas e prédios, construídos no centro do espaço urbano, resultado da apropriação e ocupação de terras do município de Cametá e seus entornos. Atualmente, ainda exercem grande influência no município, principalmente na esfera política e comercial.

Por outro lado, a rede de esgoto de Cametá, segundo Carvalho (1998, p. 42-43), na análise de sua pesquisa de campo.

Remonta ao período do Brasil Império, encontrando-se ainda em funcionamento, já foram feitas inúmeras emendas técnicas com pequenas ampliações nas ligações residenciais por iniciativas particulares e nas ligações efetuadas pela prefeitura municipal no logradouro e prédios municipais. A rede que compõe o sistema de esgoto acerca de 130 prédios e possui aproximadamente 1.640 metros de extensão. O lançamento de resíduos é feito no rio Tocantins.

A caracterização do trecho acima contraria o plano diretor da política de saneamento ambiental, uma vez que prevê em um de seus objetivos, artigo 61, “[...] assegurar a proteção da saúde da população e melhorar a sua equidade de vida”. No entanto, as relações que são

apresentadas e vivenciadas pelos sujeitos na cidade de Cametá, sem uma estrutura básica para canalizar os resíduos e dejetos, acabam piorando a qualidade de vida e expondo a população a um estado de vulnerabilidade, pois, alguns serviços que são realizados têm caráter particular e não público, o que, de certo modo, veio favorecer a elite, uma denominação de um pequeno grupo de pessoas.

Outrossim, considera-se que as vias dos bairros periféricos dos entornos de Cametá, que não possuam, segundo Carvalho (1998, p. 43):

Galerias de águas pluviais tem seu sistema de drenagem feito através de canais naturais e valas superficiais. Estas valas, devido a pouca profundidade tornam-se insuficientes para o escoamento do grande volume de água, que fica acumulada nas vias, principalmente naqueles que são pavimentadas, ocasionando a formação de poças, que muitas vezes provocam interrupção no trafego de veículos.

Nesse sentido, identificamos que a população situada nos entornos da cidade de Cametá não é contemplada com políticas públicas de saneamento básico, e isso a prejudica, principalmente em época de chuvas, onde o volume de água cresce e ultrapassa os limites estabelecidos fazendo com que muitas moradias sejam invadidas pelas águas e os sujeitos passem a conviver com o odor de maneira desumana, pois, suas residências são ocupadas por áreas de terras inadequadas e por não dependerem economicamente de condições financeiras sobrevivem na exclusão social.

A política para habitação é assegurada no plano diretor de Cametá, artigo 56, parágrafo I, e expõe como uma das diretrizes “[...] apoio e o suporte técnico às iniciativas individuais ou coletivas da população na produção ou melhoria de sua moradia”. Contudo, tal princípio, mesmo determinado no conjunto de ações, que envolvem o poder público e a sociedade, é importante a mobilização humana. A situação de moradias na cidade de Cametá é, em grande parte, precária, uma vez que, nos períodos de 1980 a 2000, não há registros que relatem a ação do governo municipal em favor de habitações, para, assim, melhorar a qualidade de vida dos indivíduos.

A Declaração oficial sobre Assentamentos Humanos, realizada em Vancouver capital, em 1976, define na seção II e capítulo II o seguinte:

Adequação habitação e serviços são um direito humano, básico pelo qual coloca como obrigação dos governos assegurarem a realização destes para todas as pessoas, começando com a assistência direta para os menos avantajados através de programas de ajuda mútua e de ações comunitárias. Os governos devem se empenhar para remover todos os obstáculos que impeçam a realização destas metas. (Seção II, da Declaração sobre Assentamentos Humanos de Vancouver).

A habitação e sua adequação caracteriza-se pela prestação de serviços, um dos direitos humanos básicos, do qual o Documento oficial estabelece como metas e aponta a responsabilidade dos governos de maneira que possam assegurar esses serviços, a fim de garantir a todos os indivíduos o acesso à moradia, ao direito à terra, uma vez que um dos entraves para essa realização é a falta de uma área de terra para a construção de moradias, como exemplo podemos citar nos entornos da cidade de Cametá, onde pessoas convivem em áreas precárias com os constantes alagamentos, pois, constituem-se de terrenos inadequados para habitar.

Nessa lógica de desigualdade espacial que ocorre nos entornos e atinge os mais pobres, observou-se a porção de terras consideradas melhores estão sob o controle de políticos, comerciantes, empresários, médicos e advogados, tal qual a especulação passou a ser um dos grandes negócios desses sujeitos, que, de acordo com Castro (2007, p. 114), são reconhecidos como “agentes do mercado de terras”, ou seja, no contexto amazônico, houve a busca constante pela posse de terras como a preservação de capitalização.

Na cidade de Cametá, correspondente aos anos de 1990, as terras pertencentes ao estado e ao município já estavam nas mãos de poucas pessoas e, com o processo de invasão nos entornos, começaram logo a lotear, ou seja, a vender com medo de perder, porém, os preços eram exorbitantes, e parte da população não tinha condições de comprar um terreno. Isso evidenciou o processo de ocupação nas áreas “desocupadas”, com o surgimento de construção de casas inadequadas, nascendo, assim, o bairro da Nova Cametá nos seus entornos.

No entanto, é um crescimento desordenado do espaço, pois, não houve interferências do poder público para garantir a assistência, por meio de programas que viessem melhorar as moradias e o meio ambiente, de maneira contrária à determinação da Declaração Oficial sobre Assentamentos Humanos (1991) e o próprio Plano Diretor Municipal reformulado em 2007.

Na análise de Santos (2007, p. 68), “[...] a sociedade, porém, não se regem apenas, por leis, decretos, portarias nos níveis federal, estadual ou municipal. As relações atuais entre as firmas e o poder público atribuem às empresas um certo poder de regulação da vida social, ou seja, das questões de interesses particulares estão relacionadas com o poder político e econômico, enquanto que o cidadão fica à margem do desenvolvimento de políticas sociais, com destaque para a habitação, a infraestrutura e o saneamento básico do espaço onde está inserido.

No Plano Diretor do município de Cametá, observou-se que há um conjunto de ações preconizadas por leis, porém, na prática, isso não veio a se tornar realidade para a população

dos entornos, uma vez que os bairros, os vilarejos e os povoados não têm sistema de esgoto e tratamento de água, como também moradias, fatores estes que interferem no cotidiano, pois, os sujeitos que estão nos entornos da cidade de Cametá convivem com situações diversas, como lixo, odor, lamaçal nas ruas e travessas, sem dizer da presença da violência nesses espaços. A Lei Orgânica Municipal de Cametá, em seu artigo 121, ressalta que:

As funções sociais da cidade estão condicionadas à execução da política urbana, compreendidas como direito de acesso de todos os cidadãos, à moradia, transporte público, saneamento, energia elétrica, gás, abastecimento, iluminação pública, comunicação, educação, saúde e lazer, segurança, assim como, a preservação do patrimônio cultural ambiental. (p. 74-75).

O conjunto de ações estabelecidas na Lei Orgânica Municipal tampouco corresponde com maioria da população de Cametá, pois, dentre as várias funções do espaço urbano, servem, em grande parte, aos interesses de uma pequena classe social que reside no centro da cidade. No entanto, alguns que chegam nos entornos, como educação e saúde, para atender à demanda dos sujeitos, se caracterizam pelas precarizações dos serviços públicos, por atendimentos superficiais e reduzidos, que não satisfazem às necessidades de seus usuários. Quando se trata de moradia, a situação é pior do que se possa imaginar, pois, prevalece com casas de madeira, de barro e outras cujo chão é a própria terra.

Santos (2007, p. 140) analisa esse fenômeno e afirma que, no “[...] espaço urbano a existência de rede de serviços públicos existe, mas para corresponder às necessidades de poucos, por isso, são cidadãos diminuídos, incompletos”, ou seja, na medida em que os direitos de políticas públicas e sociais não são efetivados a todos os habitantes de um determinado contexto histórico, o exercício da cidadania fica limitado, não atingindo a totalidade de seus direitos, diminuindo, assim, a capacidade de pensar e viver de maneira digna, torna-se incompleta para os indivíduos.

Na análise de Carvalho (1998) sobre a Hidrelétrica de Tucuruí, compreendemos que:

A cidade sede municipal teve um considerável inchaço populacional nos últimos anos, por pessoas oriundas de localidades vizinhas, atingidas pelo impacto da construção da barragem da hidrelétrica de Tucuruí que procuraram novas terras para se abrigarem. Só na cidade de Cametá surgiram quatro novos bairros, ou melhor, quatro novas zonas periféricas, consideradas paupérrimas, que são: invasão; trigueiro; baixa verde, cidade Nova. Nessas periferias inexistentes qualquer infraestrutura de saneamento básico ou outros recursos para essa população, agravando assim, o risco de saúde na cidade. (CARVALHO, 1998, P. 45-46)

O crescimento populacional desses novos bairros significou a ocupação de terras e habitações, porém esses deslocamentos dos interiores de Cametá para a zona urbana são uma das consequências da UHT, que possibilitou, então, o inchaço populacional entre os anos de

1980 a 2000, pois os períodos decorrentes revelam que os sujeitos perderam seus meios de sobrevivência, o pescado e o camarão, que ficaram escassos, os produtos extrativistas, como azeite, ucuúba, borracha e cacau, que entrou em decadência no mercado, pois, em outros espaços do território brasileiro, começaram a produzir para serem beneficiados nas empresas e indústrias modernas.

Cametá, cidade do baixo Tocantins, como as demais vizinhas, sentiu os impactos da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, com o crescimento do número populacional no espaço urbano, e isso refletiu negativamente nas condições de vida dos sujeitos, principalmente no que diz respeito a moradia, trabalho e infraestrutura, os novos bairros, citados por Carvalho (1978), são, portanto, resultados de empreendimentos capitalistas empregado na Amazônia, que vieram favorecer a classe dominante e desfavorecer a população ribeirinha, que, sentida ameaçada de seus meios produtivos, de suas estratégias de vida, acabaram se deslocando para a cidade, para viverem a pobreza e a exclusão social.

Segundo Santos (2007, p. 143), “[...] morar na periferia é condenar-se duas vezes à pobreza. A pobreza gerada pelo modelo econômico, segmentador do mercado de trabalho e das classes sociais”. Essa caracterização permite entender que a pobreza é fruto de modelo do sistema capitalista vigente, que prioriza os espaços, em detrimento do econômico, ou seja, do mercado de trabalho e das inter-relações de classes sociais. Cametá, embora não tenha “a presença de grandes indústrias”, mas tem empresários, comerciantes, políticos, advogados e médicos, que mantêm um poder aquisitivo ao capital nos seus controles, como a ocupação de posses de terras e as melhores habitações.

Carvalho (1998, p. 45) considera que as “[...] consequências de invasões na formação de novos bairros se caracterizaram na luta pela sobrevivência, pois, os recém-chegados na cidade passaram a disputar espaços com os antigos”, principalmente no comércio, uma vez que praças públicas tornaram-se “feiras”, ou seja, lugares de vendas e compras de produtos, pois, muitos indivíduos trabalham no informal para manter a vida e, até mesmo, conseguir pagar aluguel de um pequeno quarto para morar, já que uma parte dos novos moradores que chegaram em Cametá não tinham habitação própria e nem condições para construir sua própria casa.

2.3 AS FORMAS DE TRABALHO E OS ENTORNOS DA CIDADE

O desenvolvimento de diferentes atividades produtivas resulta em uma produção caracterizada pelas diversas forças de trabalho, que vem do extrativismo, da agricultura, da fábrica, da indústria, entre outros espaços, que, de um modo formal ou informal, dá condições

necessárias para movimentar a economia, o que permite a circulação de mercadoria, consumo e acúmulo de capital.

Nos entornos da cidade de Cametá, tem-se constatado que a floresta e os rios têm fortes relações com o seu desenvolvimento econômico. Santos (2015, p. 19) pontua que “[...] o porto de Cametá constituiu um dos espaços de circulação de pessoas, de produção extrativista como cacau, borracha, castanha entre os quais possibilitou o crescimento interno urbano”, uma vez que os povos ribeirinhos, com o comércio dos produtos vindo da floresta, remetem o desenvolvimento de Cametá, como também de outras cidades da Amazônia que estão situados às margens dos rios. Isso passou a influenciar as relações de poder em seus entornos pelas demarcações de espaços: as ocupações de terras.

Na atualidade, o entendimento das “[...] cidades devem estar, associadas aos sistemas socioecológicos dentro dos quais permitam compreender como *habitat* contemporâneos e nos quais estabelecem as mais diversas relações” (TRINDADE JR., 2013, p. 4). Aqui a presença da floresta nas cidades amazônicas está intrinsecamente influenciada pelos aspectos econômicos e culturais representados pelos movimentos de trocas, mas também se vale de ideias e experiências de conhecimentos entre pessoas, além da presença do comércio, da exploração do extrativismo regional, meios onde as cidades amazônicas ganharam seus formatos, em torno de formas e conteúdos, pois, são dois elementos importantes na construção de espaços urbanos.

Cametá expressa essas características devido o seu modelo econômico ser desenvolvido a partir da floresta, pois, desta, a cidade é abastecida com a produção do pescado, do extrativismo, dos frutos e cereais das atividades agrícolas. A esse respeito, Santos (2015, p. 29) ressalta que “[...] o porto representa o espaço concentrador da circulação diária de pessoas e de produção”. Aqui formas e conteúdos estão intrinsecamente relacionados com as ações dos homens e permitem compreender as representações de poder nos espaços urbanos.

Lefebvre (1974, p. 18) analisa a floresta e caracteriza-a no seguinte:

Como espaço socialmente produzido e em suas múltiplas dimensões, dentre elas a ecológica, a econômica, a lúdica, a funcional, e também, a das representações simbólico-culturais, aonde se fazem presentes, valores, saberes que a tornam parte da vida urbana a ela se vinculam no mundo social.

Concordamos com o autor quando enumera um conjunto de elementos, produtos da própria floresta que têm relações múltiplas em seus *habitats* com a natureza, representado no campo da simbologia e da cultura, demonstram seus valores e saberes, os quais estão diretamente ligados à vida urbana. Essa caracterização permite identificar que as cidades amazônicas têm formação distinta, tanto em termos de populações, quanto em seu

desenvolvimento político, econômico, cultural e crescimento espacial. Nesse sentido, a cidade de Cametá e seus entornos mantêm relações com a floresta que se manifesta a partir das diversas formas de expressão, tanto do pensamento, quanto da linguagem, da arte e da cultura, considerando as tradições e renovações como reinvenção dos conhecimentos.

Repensar as formas e seus entornos da cidade remete-nos a significativas releituras sobre as transformações ocorridas com atividades de trabalho, principalmente com as emergências de novas tecnologias nos processos produtivos. Os “[...] saberes de populações tradicionais sobre recursos naturais e suas estratégias de uso e de exploração comercial” (CASTRO, 1999, p. 33), embora a modernidade esteja presente nos diversos contextos sociais, formas de trabalho bem distintas ainda existem na Amazônia.

Sendo assim, compreender a lógica produtiva se desprendendo da lei do mercado capitalista pressupõe, antes de tudo, entender que cada povo tem uma maneira de fazer do empírico, atividade que resulta de conhecimentos e nos produtos relacionados às questões materiais. No entanto, em uma visão restrita, a cidade e seus entornos se completam na medida em que ambos os espaços se tornam lugares do exercício do trabalho do simples ao complexo, há, portanto, uma mobilização que elucida para a constante produção que vem do trabalho.

Castro (1999, p. 33) nos ajuda a entender quando aponta que a longa história da “[...] humanidade é também a da transformação da natureza. A capacidade do homem em alterar suas relações com a natureza, ao mesmo tempo em que transforma a própria natureza, este sempre orientada para o território e seus recursos”, ou seja, a construção de espaços está estreitamente relacionada com a exploração dos recursos da natureza, por meio do trabalho categoria movente da ação do indivíduo.

As transformações do trabalho e os entornos da cidade estão relacionados com atividades produtivas, inerentes às necessidades de subsistência, e também às de mercado, ou seja, de compra e venda. A economia de Cametá tem como base o extrativismo da pesca, da roça, do açaí e da exploração madeireira. Assim, a natureza, no contexto do trabalho, passa a ter uma relação intrinsecamente com a ação do homem, que intervém por meio de suas habilidades físicas e motoras, explorando os recursos, construindo conhecimentos, história e cultura.

Segundo Castro (1999, p. 35), “[...] o trabalho que recria continuamente essas relações, reúne aspectos visíveis, tangíveis e simbólicos. O trabalho está longe de ser uma realidade simplesmente econômica”. Trata-se de um conjunto de saberes e práticas sociais concomitantemente integrados ao trabalho, que foge do aspecto puramente econômico, uma

vez que as atividades realizadas se caracterizam pelas necessidades da existência humana, que decorre do mais simples ao mais complexo e exige o ato de pensar e sentir, pois, o homem possui diferentes capacidades para dominar a natureza e transformar, de acordo com as suas necessidades de vida.

Sendo assim, é necessário analisar a partir das sociedades tradicionais, pois,

No seio da pequena produção agroextrativista, o trabalho é representado por um caráter único, enfim, o imaginário coletivo recriado no mundo simbólico. Inúmeros estudos desenvolvidos pela ecologia e pela etnoecologia sobre os ameríndios têm mostrado nas últimas décadas a diversidade e a expansão dos saberes e das técnicas desenvolvidas para apropriar-se de recursos do meio ambiente e adaptá-los às suas necessidades. (CASTRO, 1999, p. 35).

As formas de trabalho apresentam concepções diversas entre os homens, e isso nos revela compreensão do que as produções da terra e do extrativismo consistem em representar o caráter único, porém, imaginado pelos sujeitos coletivos que recriam no mundo suas técnicas, a partir de seus saberes, constituídos por experiências da própria vida, ressignificadas pelas necessidades impostas à sobrevivência.

Assim, veremos que, desde as sociedades antigas até a atual, o trabalho foi e continua sendo visto como uma atividade imbricada com a vida no tempo e espaço, os homens que se apropriam dos recursos da natureza para transformar naquilo que pode representar o meio seja ele social, histórico e cultural, uma vez que o trabalho possui múltiplas relações das ações que integram o coletivo. A cidade de Cameté e seus entornos, nos anos 1990, eram compostos por uma população cuja maioria residia na zona rural e exercia atividades ligadas ao extrativismo de produtos, como a borracha e o cacau, à pesca, entre outros, e essas práticas de trabalho, chamadas tradicionais, subsidiavam seus modos de sobrevivência.

A esse respeito Castro (1999, p. 36) ressalta que é importante reconhecer que cada sociedade tem fases:

Particulares de seu desenvolvimento, produz seus processos de trabalho, de transformação da natureza e de apropriação dos recursos naturais para sua reprodução social e cultural. O trabalho é esse conjunto de manifestações dos humanos, face à natureza, de atividades materiais e simbólicas. Enfim, nossa hipótese é de que a noção de trabalho, nas formas mais diretas de sua execução, como aquela presente em certo campesinato da Amazônia, faz parte de um sistema mais amplo de ações e estratégias indissociáveis de outras atividades do cotidiano, bem como das relações de parentesco, políticas e mesmo religioso.

Sendo assim, o conceito de trabalho ultrapassa o modelo clássico econômico, que subestima a produção, a partir de uma visão de mercado para a geração de capital, apropria-se do homem como força motriz, na reprodução de bens materiais, que satisfazem às necessidades

da lógica capitalista, em razão da expansão do comércio, visando, com isso, lançar mão do poder político, controlando e beneficiando a classe dominante, detentora do modo de produção e de suas técnicas. Em contraposição a esse modelo, o trabalho é pensado como uma das necessidades humanas, onde homens e mulheres desenvolvem suas habilidades, adquirem competências e executam de acordo com a mobilização da vida de cada indivíduo.

Na cidade de Cametá, na década de 1980, uma parte da população sofria as consequências do desemprego, pois, o município àquela época, assim como hoje, não oferecia trabalho formal suficiente para atender à demanda da população, e os poucos trabalhos que existiam eram controlados pelo poder político. Larêdo (2013), ao mencionar o “QI” (Que Indica), faz recordar que não dependia de habilitação ou formação escolarizada, mas sim do atrelamento aos políticos, que faziam dos empregos “cabides” eleitorais. Na pesquisa de campo, Carvalho (1998) retrata a questão dos problemas sociais, entre estes o trabalho e “[...] esclarece que em Cametá nos 90, a fonte de renda se constituía de funcionários públicos municipais, estaduais e federais, dos comércios, trabalhadores urbanos e rurais, autônomos e feirantes”, porém, compreendemos que havia outras atividades de trabalho informais, que colaboravam no desenvolvimento econômico do município.

Na pesquisa de campo, perguntado aos sujeitos da cidade de Cametá sobre a questão do trabalho, correspondente ao período de 1980 a 2000, eles relataram:

(MARQUES): Havia, eu lembro pouco assim, em termos formais, porque trabalho sempre existiu, o homem necessita para poder sobreviver.

(MOCBEL): Cametá como outras cidades da Amazônia, o trabalho é uma das necessidades humanas, mas, no que diz respeito às atividades formais, no município de Cametá havia pouco, eu lembro mesmo, no comércio, funcionários públicos e autônomos.

(DAMASCENO): Olha, nesse período, lembro que trabalho formal, tinha pouco em Cametá e ainda dependia de apadrinhamento político para conseguir; mas, trabalho, é uma palavra ampla que tem muitas dimensões, das relações dos homens na sociedade.

(BARROS): Reconheço que nesta época, tinha pouco posto de trabalho, era mesmo o comércio e funcionários públicos, o restante era autônomos, como hoje uma grande maioria está neste ramo.

(FIEL): Cametá, não tinha grandes indústrias como outros municípios da Amazônia. Por isso, o trabalho formal foi sempre um problema social e político, pois, o que tem não chega para todos, e isto, fez com o crescimento do trabalho autônomo, crescesse na cidade de Cametá.

(ITAMAR): Trabalho mesmo existe, porém, em termos assalariado em Cametá, nesta época tinha muito pouco, por isso, é que cresceu o trabalho autônomo na cidade.

(MORAES): O trabalho é essencial para a nossa vida, porém, em Cametá neste período, era bem pouco só mesmo no comércio, funcionário da prefeitura do governo do estado e federal.

(AFILHADO): Neste período, eu já morava em Cametá e lembro, que tinha pouco trabalho, assim, formal assalariado, agora autônomo já havia muitos, pois, Cametá que conheci nunca teve grandes postos de trabalho formal, e isto fez com que muitas pessoas migrassem para outros municípios, como Barcarena, Tucuruí, pois, aqui era difícil mesmo como é até hoje.

Os relatos dos informantes trouxeram compreensão do que a cidade de Cametá, apresentava entre a década de 1980 e 1990, um índice baixo de trabalho, principalmente o formal, havia muito pouco e ainda dependia do favorecimento da vontade política, ou seja, do governo municipal, deputado federal ou estadual. Larêdo (2013) caracteriza essa relação do que “QI” e Castro (1998), como controle da oligarquia local. De grosso modo, o poder político tendia a expandir-se na cidade e seus entornos, pois, por meio do trabalho dado a uma determinada família, possibilitava ter um cabo eleitoral para manipular voto para o político, mantendo, assim, a hegemonia do poder administrativo da Prefeitura de Cametá.

A pesquisa revela que o trabalho existente na cidade de Cametá correspondia aos estabelecimentos comerciais, funcionários públicos da rede municipal, estadual, federal e autônomos, este último veio crescendo nos vinte anos do final do século XX no município de Cametá e seus entornos. Larêdo (2013) analisa que a chegada do SENAI em Cametá, com a educação profissionalizante, contribuiu com a formação de muitos jovens e o discurso de Peres era revolucionar a região do baixo Tocantins. Contudo, grande parte dos sujeitos formados não conseguiu trabalho na cidade de Cametá, migrando para outros municípios do estado do Pará, como Barcarena e Tucuruí, a fim de encontrar espaço para trabalhar e melhorar as condições de vida.

O trabalho é reconhecido pelos relatos dos sujeitos da pesquisa como um dos fatores presentes na existência humana, pois, sua essência se dá de forma mais simples ao complexo e sua função essencial é atender às necessidades individuais e coletivas. Castro (2009) compreende o trabalho como um conjunto de “[...] manifestações dos humanos, em face de natureza”, pois está relacionado com atividades materiais e simbólicas, envolvendo formas variantes de produção, que vem dos diversos contextos espaciais da Amazônia, uma vez que a dinâmica do trabalho situa cidade e campo como espaços complementares no desenvolvimento econômico, regional e local.

Como característica específica do homem, o trabalho, do ponto de vista histórico, possibilita para os sujeitos a relação com a natureza, que se dá por meio das experiências e práxis sociais. Constituído pelo pensamento e linguagem, o trabalho dá forma, cria símbolos e expressa, por meio da cultura, as variantes dimensões produtivas de conhecimentos materiais e imateriais. Essa caracterização defendida pelo marxismo demonstra que o indivíduo e a

natureza se relacionam entre si, porém, o primeiro, por ter a capacidade de pensar e moldar pelo trabalho os elementos da natureza, acaba de alguma forma dominando e modificando os recursos naturais em produtos e alimentos, o que subsidia a própria existência do homem, frente à sociedade.

No município de Cametá, pode-se dizer que, nos anos 1990, o trabalho, de um modo geral, correspondia a um universo socio-histórico diversificado, pois observou que a cidade tinha um tipo de atividade, que vai desde o trabalho formal ao informal, este último considerado como uma alternativa, diante do crescimento populacional e da falta de opção para conseguir meios para sobreviver, levou inúmeras pessoas a ocuparem a feira municipal de Cametá, as esquinas, as praças e portos com vendas de variados produtos. Castro (1998) situa esse contexto histórico como “política de exclusão social”, pois, não havia muitas expectativas de transformações sociais para a maioria da população de Cametá e seus entornos, uma vez que as políticas públicas existentes no município não proporcionaram, em parte, a geração de postos de trabalho.

Sendo assim, a investigação indagou sobre as terras ocupadas e se serviam para algumas atividades agrícolas de trabalho, os sujeitos responderam, justificando o seguinte:

(MARQUES): Não! Servia como uma espécie de mercadoria, que ao longo do tempo veio sendo comercializadas por valores absurdos, dos quais ninguém tem condições de comprar um pedaço de terra para fazer uma casa.

(MOCBEL): Existia cultivo do arroz, mandioca dentro da cidade, são poucas terras e agora a venda ocorre entre grupos (divisão e venda de terras, entre pequenos grupos).

(DAMASCENO): A maioria servia para moradia. Os moradores via de regras utilizavam os quintais, para hortas caseiras e plantas medicinais.

(BARROS): Em poucos casos [...] A ocupação das terras – fosse como fosse – tinha como principal motivação a moradia [...] A justificativa é bastante simplista; as metragens das ocupações não cabiam os espaços para os amplos e espaçosos quintais – comum na Cametá dos “Belos Tempos” [...] As atividades agrícolas de trabalho estavam nas áreas ribeirinhas, nas colônias (centros) e novos entornos.

(FIEL): Algumas eram granjas, sítios, pimentais, seringais e estavam no limite da área urbana. Eram propriedades particulares. O hospital Regional de Cametá foi comprado da família Medeiros num terreno de uma granja desativada. Mas com o fim dessas terras ficaram ociosas e, nessas terras, as invasões aconteceram inclusive em áreas públicas, é o caso do bairro do Castanhal (CEPLAC).

(ITAMAR): Muito poucas, a ocupação na cidade, se dá mais em função de especulação de terras e necessidade de habitação (Déficit).

(MORAES): Todas elas sem exceção serviam a matinha, as pessoas tinham roça, como por exemplo, o professor Manoel do Carmo Coelho; a Nova Cametá era um pimental do padre Geraldinho; o seringal era uma fazenda da família Castro e o castanhal nós plantávamos melancia, mamão e etc.

(AFILHADO): Sim! Somente roças, para produzir farinha, outras atividades não existiam, como agricultura. A cidade cresceu e as terras foram ocupadas no decorrer de 90 e 2000, em consequência também da barragem de Tucuruí.

As terras, segundo a maioria dos entrevistados, geralmente não eram ocupadas por atividades de trabalho, salvo algumas que possuíam plantios de mandioca, granjas e pequenos pimentais, porém, uma parte das terras estava na posse ou pertencia a políticos, empresários, comerciantes e profissionais liberais. A elite cametaense colocava pessoas de confiança para tomar conta, e isso, pelo menos em hipótese, impediria as possíveis invasões de terras. Outrossim, a expansão territorial de Cametá, segundo Pompeu (2002), cresceu para a parte leste da cidade, com o surgimento de novos portos e bairros, adentrou-se para o rio Aricurá, pois, o bairro Nova Cametá situa-se nessa margem, considerada área de várzea, tomada pela água e lama em época de inverno.

Consideramos na análise que “as melhores partes das terras” estavam nas posses de pessoas que tinham um perfil econômico estável, e tinham condições de mantê-las sob seu controle por meio dos “cercamentos”. Contudo, observamos também que as terras não estão, em sua totalidade, disponíveis para o trabalho, mas sim para a mobilização de empreendimentos voltados à construção de hotéis, quitinetes, estacionamentos de veículos, restaurantes, comércios e lanchonetes. Esses espaços ocupados na cidade de Cametá movimentavam a economia e promoviam, sobretudo, o acúmulo de capital para os seus respectivos “donos”. Castro (2015) nos ajuda a entender esse fenômeno quando afirma que “[...] a terra tem um valor e na Amazônia, e isso tem se tornado uma mercadoria especulativa”, o que, na sua hipótese, considera como uma “poupança”.

Na pesquisa de campo, reconhecemos que o trabalho no município de Cametá foi e ainda é um dos desafios das políticas públicas. No entanto, buscaram-se informações sobre a expectativa de trabalho nos anos de 1980 a 2000 e, de acordo com os relatos, ficou caracterizado:

(MARQUES): Quase não existia, tinha pouco postos de trabalho e nem havia expectativa de um projeto político, voltado para o trabalho, era o comércio mesmo e funcionários públicos bem reduzidos.

(MOCBEL): Cametá, foi uma cidade sem atrativo para indústrias e fábricas, lembro que na época, tinha a do palmito, mas não durou muito, foi em bora, pois não havia incentivos para a geração de posto de trabalho.

(DAMASCENO): A cidade de Cametá, neste período não atraía investimentos de capital de fora, pois, aqui não havia recursos importantes para explorar, pois, a nossa economia baseava no extrativismo.

(BARROS): Não via, e nem lembro de expectativa de trabalho em Cametá.

(FIEL): Como sempre, Cametá nunca teve uma expectativa para melhorar a questão do trabalho, não havia indústrias ou recursos, para chamar atenção dos investidores na região.

(ITAMAR): O município de Cametá, embora já tivesse uma população avançada, não havia possibilidade de trabalho. Por isso, que muitos iam para outros municípios, até Belém procurar trabalho.

(AFILHADO): O trabalho eu lembro, era difícil, porque não tinha fábrica e nem indústria, então não havia, qualquer possibilidade de mudança em relação ao trabalho.

As entrevistas demonstram que não havia, naquele momento, uma expectativa positiva para o trabalho, pois alguns afirmam que o município de Cametá, com suas políticas públicas, não ofereciam um projeto para essa finalidade; sem dizer que outros também apontam que a região não apresentava recursos atraentes à realização de investimentos na indústria e fábrica, de modo que as possibilidades de se ter um trabalho, na cidade de Cametá, eram bem pequenas, e isso levou muitos cametaenses para municípios vizinhos, como Tucuruí, Barcarena e até mesmo para a capital do estado, Belém. Larêdo (2013) identificou, por meio de seus estudos, as realidades de trabalho em Cametá, e afirmou que “Cametá forma”, mas para servir a outras cidades da Amazônia, que são beneficiadas com essa mão de obra.

Na década de 1970, instalou-se, na cidade de Cametá, uma pequena fábrica, vindo do estado do Paraná. Tinha por objetivo o beneficiamento de palmito e a geração de empregos, porém, no decorrer dos anos 1980, ela fechou, devido a impasses políticos, à época, pois, o deputado Gerson Peres impediu por “considerar que açaí era pão de pobre”. Nesse sentido, observou-se que havia por trás dessa defesa os interesses políticos de manipulação do desenvolvimento da região Tocantina, como também o controle de seu curral eleitoral, por meio da distribuição de trabalho para algumas famílias correligionárias, garantindo, assim, o seu mandato.

Carvalho (1998, p. 47) analisa a política no cenário de Cametá nos anos 1990 e nos ajuda a compreender que:

Em Cametá há quem diga, que os Peres são os donos da cidade, mostrando assim, a alienação, limite de ascensão política, social e econômica de certas pessoas o comodismo da população, frente a pobreza, desigualdades, exclusão social chega a ser gritante. No campo da política em Cametá é visível a compra do voto a troca de uma sandália, um aparelho de rádio, uma extração de dente, uma enxada, uma certidão de nascimento, um punhado de alimento, uma camisa, caneta e outros. Por outro lado, praticamente nenhuma ação socioeconômica.

A presença do poder político no município de Cametá, ao longo de décadas, tem representado e mantido interesses de homens que se autointitulavam “donos da cidade”, isso significa dizer que havia um conjunto de relações e situações que se convergiam para a

sustentação da alienação social. Segundo Sousa (2010, p. 10), “[...] a alienação constitui a vivência do sujeito fora do seu mundo real”, ou seja, do concreto, que não corresponde a uma contraposição, ao qual contraria a ordem estabelecida na sociedade. No município de Cametá, as influências políticas levaram os sujeitos a uma dependência de troca de votos por produtos ou serviços diversos, como frisou Carvalho (1998), porém, a ação socioeconômica basicamente era inexistente, ou seja, de políticos que não se preocupavam com geração de trabalho para melhorar a condição de vida da população.

Frigotto (1999, p. 97) afirma que “[...] o fato de o trabalho constituir-se”, como concebe Marx, “[...] uma eterna necessidade natural e da vida social”. Essa caracterização desponta para a compreensão de que o trabalho tem a sua essência na existência humana, e seu caráter é viabilizar condições necessárias para que o homem perceba, enquanto processo de construção de conhecimentos, do que faz parte da sua vida, de sua história e cultura, pois, as distintas experiências têm contribuído para o exercício de práticas sociais, que estão associadas com os outros homens, e mantêm correlações de forças nas atividades produtivas de trabalho.

Assim, o trabalho tem sua dinâmica na história humana, pois, os homens tendem a “[...] produzir os elementos, que possam propiciar a satisfação de suas necessidades, tais como: comida, roupa, casa, ônibus, escolas, teatro, etc., esses elementos podem ser chamados de meio de subsistências e são produzidos pelos homens por intermediário do trabalho” (TUMOLO, 2012, p. 156). Contudo, essas condições dadas aos sujeitos, em parte, não têm correspondido com a população de Cametá e seus entornos, pois, sem o trabalho que lhe subsidie, essas finalidades de subsistência, os indivíduos vivem na pobreza e exclusão social de modo disperso e alienado.

2.4 LUTAS E RESISTÊNCIAS POR POLÍTICAS PÚBLICAS

Atualmente os movimentos sociais se configuram como ações coletivas de grupos organizados, que têm como objetivo lutar e reivindicar as mudanças sociais, por meio dos debates políticos. Trata-se de diferentes movimentos da sociedade civil, entre estes os que lutam pela posse da terra e os direitos ao acesso à educação, ao trabalho, à moradia e à cidadania. Constituem-se meios de refletir suas existências e exigir reconhecimento das políticas públicas geridas pelo Estado, para suprir as necessidades do cotidiano. No município de Cametá e seus entornos, as lutas dos trabalhadores nos anos 1990, ganharam força para as conquistas de tais finalidades até então renegadas pela oligarquia local.

Arroyo (2002, p. 105) nos ajuda a entender e a identificar que:

O aprendizado dos direitos pode ser destacado como uma dimensão educativa. Os movimentos sociais colocam a luta pela escola no campo dos direitos, na fronteira de uma pluralidade de direitos: à saúde, à moradia, à terra, e ao teto, à segurança, à proteção da infância, à cidade. A brutal exclusão dos setores populares urbanos dos serviços públicos mais básicos provocou desde a década de 50, reações e mobilizações pela inserção social, pelo direito à cidade, aos bens e serviços públicos.

Na Amazônia nos mais variados contextos sociais, entre estes Cametá, os movimentos sociais foram surgindo a partir da exclusão das políticas públicas sociais, dentre as quais diversos direitos e todos relacionados com a existência humana, pois percebemos que, nos períodos históricos da sociedade brasileira, a omissão do Estado, frente às realidades das reais necessidades de políticas públicas que incluíssem as populações tanto do campo, quanto da cidade, já se preconizavam ambas; encontrou-se pessoas não contempladas pelos serviços gestados pelos governos, como direito à terra, ao trabalho e à moradia. Desse modo, os movimentos sociais demarcaram uma força constante, nas lutas por direitos as políticas públicas sociais.

O aprendizado, como direito, segundo Arroyo (2002, p. 102), está na dimensão educativa que ocorre nas “[...] diferentes organizações sociais da sociedade civil”, e que, na concepção também de Mészáros (2008, p. 18), constitui, por meio de práxis, relacionada a um conjunto de ações dos homens decorrentes de múltiplas atividades de trabalho, experiências, conhecimentos, saberes e práticas sociais, determinadas pelas relações históricas e culturais, socializados e compartilhados nas suas respectivas especificidades de espaços e vida que estão inseridos, produzem resultados em favor do próprio desenvolvimento dos movimentos.

Sendo assim, tornou-se necessário que os movimentos sociais tivessem características próprias, porém, relacionadas com diferentes realidades históricas e práxis, onde as ações dos homens se materializam pelas práticas, que consistem nas lutas e contradições. Esta última, considerada pelo marxismo como o movimento de tensões e interesses de classes, viabilizada por meio de estratégias, faz ressurgir o novo dentro dos debates de políticas voltadas para as necessidades dos trabalhadores. Contudo, as mudanças decorrem não somente do estado de consciência dos sujeitos, mas, sobretudo, das posições que deverão tomar, frente à realidade de seus pertencimentos.

Os movimentos sociais têm essas características por representarem uma pluralidade de direitos, que incluem a terra, a educação, a moradia, a proteção, etc. As reivindicações tratadas nos movimentos, sem dúvida, são um dos resultados de exclusão social e, sobretudo, do Estado burguês, que escamoteia as realidades históricas, para esconder as péssimas condições de vida que grande parte da população vive, principalmente a camponesa, classe trabalhadora e das

periferias das cidades. Uma parte da população de Cametá, na década de 1990, segundo Pompeu (2002) e Carvalho (1998), estava “[...] excluída das políticas públicas do município”; a cidade cresceu, mas os serviços sociais não atendiam de modo adequado seus agentes em seus respectivos entornos. Por isso, os sindicatos e a Igreja Católica tiveram papéis importantes nas reivindicações do acesso à educação, à moradia, ao trabalho e ao crédito bancário para investir na agricultura.

No entanto, o Estado na sua “neutralidade” parcial, se exime de responsabilidades com as políticas públicas para atender aos indivíduos nas suas pluralidades e necessidades sociais, o que irá provocar o encadeamento dos movimentos sociais, para questionar as formas de governo e o modo de tratamento dado a uma parte da sociedade que fica excluída dos serviços públicos. No município de Cametá, com a expansão territorial, surgem os novos bairros e a implantação de comunidades cristãs, como aponta Pompeu (2002 p. 70-71):

Os bairros periféricos na cidade de Cametá, dentro do conceito clássico de bairro caracterizam-se como centros catalizadores, com suas feiras e/ou seus botequins socializadores, com locais de brincadeiras da criançada ou os campos de peladas, com os contatos frequentes e não raro diário entre vizinhos são locais vivenciados em bloco, pois a grande maioria deles possui templos religiosos para congregar os moradores, o que independe do credo ter sido um dos principais fatores de agregação dos moradores desses bairros.

Na pesquisa de campo, pode-se observar que, em cada bairro da cidade de Cametá, encontra-se um templo religioso ou uma casa comunitária, onde semanalmente os sujeitos se reúnem para prestar as práticas de cultos. Contudo, dentro desse espaço, há os locais que servem de feira, de representações e de manifestações culturais, agregando, assim, agentes sociais de diferentes concepções de conhecimento ou credo religioso. A presença da população nos bairros levará os movimentos sociais a exigirem do Estado instituições de ensino para educar a comunidade. No entanto, a questão religiosa funciona como uma intermediação do pensamento e da prática social, relacionada com interesses particulares, que servem, muitas das vezes, para manipular as ideias revolucionárias de transformações das realidades históricas dos homens.

Contudo, no município de Cametá, o surgimento de comunidades cristãs se deu em decorrência da expansão territorial da cidade e seus entornos. Assim, há as comunidades cristãs: Nossa Senhora de Nazaré, Baixa Verde (fundada em 1977); São Benedito dos Inocentes, Santa Maria (1957), Santa Terezinha do Menino Jesus, Nova Cametá (1996); São José, Cidade Nova (1995); Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Aldeia (1972); São Francisco de Assis, Matinha, (1980); São Joaquim, Primavera, (1997), Nossa Senhora do Rosário de Fátima, (1978). Na análise, essas comunidades cristãs, que se desenvolveram nos bairros da cidade de Cametá, têm

sua origem nos movimentos sociais e, principalmente, com pessoas que vieram dos interiores, em consequência da ausência de políticas públicas do município.

Além disso, na pesquisa de campo constatou-se que esses sujeitos, para organizarem suas comunidades cristãs, tiveram muitas dificuldades, como: falta de infraestrutura para realizar os cultos e reuniões; o alagamento nas residências dos moradores em períodos de chuva; as dificuldades para encontrar escolas para matricular os filhos, para encontrar trabalhos e um pedaço de terra para construir um espaço habitacional. Por outro lado, as lutas dos movimentos sociais possibilitaram com que estes indivíduos de diferentes bairros e comunidades cristãs unissem os esforços para reivindicar o acesso dos direitos à educação, ao trabalho e à moradia.

Nesse direcionamento, os governos do município de Cametá, por meio das mobilizações dos movimentos sociais, foram criando escolas, como Malvina Muniz (Baixa Verde), Dalila Leão (Cidade Nova), Santa Terezinha (Nova Cametá), Valda Braga Valente (Primavera), Eduarda Goudinho (Martinha), Raimunda Barros (Bairro Novo), Nazaré Peres (Aldeia), entre outras. Nessa perspectiva, analisa-se que a presença do Estado chegou até essas comunidades, com a criação de escolas para atender à demanda da população, porém, observou-se que muitos desses estabelecimentos de ensino funcionavam de maneira precária, em espaços pequenos, sem ventilação nas salas de aula, que tinham o piso cru, e sem lugar para desenvolverem atividades físicas, artísticas e culturais. No entanto, é importante identificar que, embora essas conquistas dos movimentos sociais não tenham sido suficientes para suprir às necessidades da população, elas existem, tiveram e tem efeitos para as famílias que residem em seus respectivos bairros da cidade de Cametá.

A mobilização dos movimentos sociais se caracteriza pelos “[...] direitos aos bens de materiais, por sua humanização, pelos processos educativos através da propagação de discursos e lições conscientizadoras”, como também em torno das lutas pela sobrevivência, pela terra ou pela inserção na cidade (ARROYO, 2002, p. 106-107). Marx (2013) parte também do princípio de que são as questões materiais que nos levam às desigualdades sociais e, ao mesmo tempo, ao surgimento das contradições, possibilidade para as transformações. Em Cametá e seus entornos, as lutas dos movimentos sociais, como os sindicatos e a igreja, constituíram relações de forças e lutas em defesa dos direitos às políticas públicas sociais.

Assim, trata-se, então, de uma constante luta, que reivindica um conjunto de ações políticas, para solução de problemas sociais, como: a falta de terra para trabalhar, o direito à moradia e à educação escolar, as manifestações artísticas e culturais, etc. Os movimentos sociais, para Arroyo (2002, p. 166), constitui uma “[...] articulação entre o pensamento e a

prática social, que ele chama de pedagogia em movimento, encontrada nas lutas e mobilizações dos setores populares das cidades e do campo e se encontram com aprendizado dos direitos vindo da inserção no trabalho”, ou seja, é um dos processos de formação de conhecimentos, que estão relacionados ao trabalho, à experiência de vida, aos saberes e às práticas sociais, que, juntos, se complementam para definir as lutas, a partir de ações concretas com a própria vida.

No Brasil e na Amazônia, as populações do campo e da cidade “[...] vêm lutando pelo direito de se manterem na terra e de constituírem uma vida decente ao longo dos últimos cinco séculos” (FERNANDES, 1999; RIBEIRO, 2010). Para esses autores, a luta pela posse de terra está relacionada com as contradições de interesses de classes especificamente a burguesia e proletariados, cuja contrariedade da primeira não se dá de um sujeito para outro, mas a um grupo que domina o poder político e contrapõe reações para prejudicar os menos desprotegidos do Estado.

Ribeiro (2010, p. 208) destaca que é necessário entender que a burguesia se articula politicamente no Estado para:

Impedir os trabalhadores de terem seu modo próprio de pensar e agir que se constrói na negação, na invisibilização, na ridicularizaram, enfim, na subalternização do outro. Este modo de pensar e agir são fruto do desenvolvimento do capitalismo, enquanto modo de produção e da modernidade ocidental enquanto paradigma sociocultural.

Desse modo, analisamos que o capitalismo, enquanto sistema econômico e político, ao longo do tempo, buscou um modelo de desenvolvimento ocidental, espelhados nos ideais de progresso, impôs uma forma hegemônica de organização social para a sociedade em que delimita a autonomia do ato de pensar e agir, criando estratégias para esconder as realidades históricas das populações. Em contrapartida, Fiel (2014) e Sousa (2002) reafirmam que, no município de Cametá, as “[...] comunidades cristãs de bases contribuíram muito com a formação de consciência política dos sujeitos, que posteriormente atuaram nas lutas dos direitos dos trabalhadores na educação, na saúde e na agricultura”.

Nos anos 1960, em Cametá, com a chegada de padres lazaristas, começou-se a trabalhar a concepção libertadora, baseada nos princípios humanísticos e de justiça social. No entanto, naquele contexto não havia compreensão, por parte da população, e isso dificultava os trabalhos de pastorais das comunidades, porém, em 1968, o movimento de renovação trazido pelo Concílio Vaticano II, por meio da evangelização, começou as dinâmicas, que renovaram a espiritualidade dos sujeitos, levando-os a lutar e a resistir, pois, o Brasil ainda vivia a Ditadura Civil Militar iniciada em 1964. De acordo com Silva e Assunção (2015), nos estudos sobre o papel da Igreja Católica em Cametá, destaca-se:

A considerar a igreja como agente de formação e transformação. A igreja de Cameté teve e tem um papel fundamental na conscientização do povo através do trabalho nas comunidades cristãs, das atividades das pastorais e dos diversos cursos de formação que a Paróquia São João Batista oferece. A Paróquia de São João Batista conta com uma boa organização graças ao empenho e esforço dos padres e outras pessoas que por aqui passaram, doando praticamente a vida nesta terra. (p. 109).

Os movimentos sociais, em destaque à Igreja Católica, como frisado por Silva e Assunção (2015), desempenharam funções importantes no município de Cameté e seus entornos, uma vez que a fundação de comunidades cristãs em 1968 determinou um tipo de organização, que se fundamentou não somente na evangelização, na catequese, no diálogo entre as pessoas, mas, sobretudo, na atitude de incentivar e mobilizar os sujeitos para reconhecerem suas condições de vida e a lutarem, para reverterem as situações de pobreza e de exclusão social. Assim, tonou-se evidente que o desenvolvimento do estado de consciência e liberdade prosperou e muitos tomaram posição, a partir do reconhecimento da existência e capacidade de criar estratégias, para desenvolver atividades inerentes às suas necessidades de vida tornando-se autônomos.

Sousa (2002, p. 34) compreende que os movimentos sociais dos anos 1980, em Cameté, tinham características diversas formadas “[...] por líderes de comunidades cristãs, militantes do sindicato dos trabalhadores rurais, do Partido dos Trabalhadores, comerciantes, padres, bispo, funcionários da prelazia, autoridades municipais e até pessoas vinculadas a uma organização não governamental”. Dentre as reivindicações, destacamos a assistência à agricultura, melhoramento da infraestrutura da cidade, a criação de escolas nos novos bairros, postos de saúde nas vilas, povoados e ilhas, direito à terra, trabalho, moradia e iluminação pública.

Os movimentos sociais no município de Cameté tiveram e têm um papel importante, não somente nas lutas e resistências, mas também nas ações, assim, pode-se dizer que muitas conquistas vieram desses movimentos, como a ampliação da rede escolar na cidade de Cameté e seus entornos, postos de saúde, os incentivos do governo federal à agricultura familiar, o desenvolvimento de criação de peixes, a valorização dos pescadores da Colônia Z-16, entre outras, são fruto de agentes sociais de diferentes representações da sociedade civil de Cameté.

De modo geral, o modelo de produção capitalista, acompanhado da modernidade, tem plano de sociedade fundamentado no pensamento filosófico europeu, constituiu paradigma que sustenta as relações socioculturais dos sujeitos, através das ideologias, ou seja, de um discurso que se torna prática social reprodutiva e conservadora, que não permite a diferença e oculta as realidades do mundo humano. No entanto, as práxis sociais, segundo Sousa (2010), “[...]”

formam um conjunto de saberes e práticas, que se dá com a existência do homem na luta e resistência”, os movimentos populares se definem a partir das reinvenções de suas experiências e formação de conhecimentos, que servem para discernir o real do imaginário, opondo-se à dominação capitalista.

Além do mais, é por meio do consenso que uma parte da população, desprovida dos saberes escolarizados, leva muitos sujeitos a aderirem de forma alienada tal modelo de desenvolvimento, que escraviza os indivíduos. Assim, Ribeiro (2010, p. 209) afirma que é necessário identificar no Brasil de hoje que:

A lógica da colonização que permanece ainda em nossa sociedade, teve seus traços no colonialismo que é a negação da condição de sujeito às classes subalternas. Assumidamente pela negação de produzir conhecimentos e cultura, e se traduz numa distorção do que é ser humano já que nossa vocação é a humanização, ou seja, uma característica do ser humano de aventurar-se para conhecer o mundo.

A lógica colonialista escravocrata do Brasil e Amazônia, principalmente em Cameté e seus entornos, precisa ser combatida para garantir o acesso à terra, à educação, ao trabalho e à moradia, pois os movimentos sociais têm incorporado às lutas para dizer que a negação do sujeito e a forma de tratamento que a classe burguesa impôs não são mais cabíveis para nós do século XXI, haja vista que há o reconhecimento que somos seres humanos e a nossa consciência de ser é justamente humanizar a si mesmo, para conhecer o mundo e transformá-lo a partir do coletivo. Marx (2013) adverte em sua análise para “[...] as necessidades dos homens terem posições, frente ao mundo real” para reagirem às desigualdades sociais apontando caminhos, para as transformações.

A “[...] consciência do direito ao trabalho, à cidade e a terra se alimentam e contaminam a consciência dos direitos se radicaliza na inserção da produção e se amplia nas lutas pela inserção nos serviços básicos para a produção digna da existência”. Na medida em que os movimentos sociais identificam suas condições de vida na sociedade e reconhecem seus direitos, por meio da consciência, então, isso possibilita ampliação das lutas pelas conquistas dos serviços, da produção que está relacionada com a sua própria existência no mundo (ARROYO, 2002, p. 166). Nesse sentido, os movimentos sociais têm conquistado e ampliado, a participação dos direitos políticos no município de Cameté, haja vista que muitos homens e mulheres, que passaram pelas comunidades cristãs e sindicatos, conseguiram chegar ao poder político, mas, sem muita força para transformar as realidades sociais estabelecidas.

A mobilização das lutas sociais por direitos políticos se caracterizou para esta finalidade, ou seja, o homem necessita de um conjunto de meios, como terra, trabalho, moradia,

educação, entre outros, para manter a sobrevivência. Nessa cadeia de relações, a classe dominante capitalista, monopoliza a terra, para produzir com excedência, uma lógica expressiva de acumulação de capital por meio dos consumos e vendas dos produtos, aumentando, assim, a exploração da força de trabalho humana.

Os “[...] movimentos sociais articulam nas lutas pelas condições de produção da existência popular mais básica. Aí se descobrem e se aprendem como sujeitos de direitos” (ARROYO, 2002, p. 166). Essa caracterização permite compreender que os movimentos sociais são dinâmicos, produzem seus conhecimentos, se articulam para associar trabalho, luta resistência, educação e transformação a partir das práticas sociais.

Fernandes (2012, p. 16) analisa, a partir de sua concepção, e diz da necessidade de:

Compreendermos, então, que o horizonte está lá e aqui, que os desafios estão no horizonte e as soluções estão no nosso caminhar, no nosso plantar, no nosso colher, no nosso trabalho, na nossa luta, na nossa história e na nossa geografia. Quando geografamos fazemos nosso território e construímos nossas histórias. Esta é a pedagogia da educação do campo. A pedagogia dos sujeitos que fazem de seus territórios os seus pensamentos e os defendem. A luta pela terra, pelos territórios e pela educação do campo são partes de uma luta que estamos construindo para transformar nossas realidades. A sementeira da educação do campo alimenta com conhecimentos de nossas lutas.

As lutas e resistências estão relacionadas com os movimentos sociais que deram origem às discussões sobre a educação do campo e que Caldart (2011, p. 152) afirma que “[...] as articulações dos sujeitos dos movimentos sociais gestaram a educação do campo” e esta nasceu da própria mobilização da existência de homens e mulheres, que pensam uma educação a partir da relação de trabalho, conhecimento, vivências, práticas sociais e manifestações artísticas culturais dos povos do campo.

Cametá e seus entornos têm realidades distintas, pois, compreendemos que há a parte urbana e há os seus bairros periféricos, além das vilas, povoados e ribeirinhos. Nesse sentido, os problemas referentes à educação, ao direito à terra, ao trabalho e à moradia consolidaram-se em objetos importantes para os movimentos sociais do município de Cametá, uma vez que tiveram a iniciativa de reivindicar, nos anos 1990, escolas para os interiores, pois, as que existiam não atendiam à demanda dos estudantes, daí as lutas e empenho para o governo municipal implantar, garantindo-lhes o direito e o acesso à educação.

Além disso, os sindicatos mobilizaram as comunidades cristãs para exigir do governo recursos à agricultura, criação de peixes em cativeiro e assistência à saúde, uma vez que a UHT impactou o modo de vida dos ribeirinhos. Desse modo, destacaram-se os debates políticos, como uma das estratégias para se criar consciência crítica e posição social, frente aos interesses

do capital. Marx (2013), em uma célebre frase, reforça que “[...] não é a consciência do homem que determina sua existência, pelo contrário é a sua posição política é que determina a sua existência”. Aqui, cabe, então, a emancipação política dos homens na defesa de um projeto social voltado aos interesses da classe trabalhadora.

Na cidade de Cametá, sindicatos e igrejas católicas articulavam-se à população para cobrar a energia elétrica de Tucuruí, que, após a sua construção, levou quase duas décadas para chegar à cidade, além de exigirem o asfaltamento da BR 422, denominada de Transcametá, o trecho que liga Tucuruí, Cametá e Limoeiro do Ajuru. Os movimentos sociais, segundo Fiel (2014) e Costa (2006), “[...] cobrara da Eletronorte através da audiência pública, com representantes da sociedade civil organizada os reparos e danos causados pela construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí”.

Figura 9 – Movimentos sociais e reivindicações por políticas públicas



Fonte: Raimundo Sousa (2002).

Na concepção de Fernandes (2006), a luta do campesinato vem se construindo na atualidade como um território imaterial, fruto do pensamento e das experiências humanas que se fecundaram com a própria existência da vida. Assim, o conceito de “[...] território permite a compreensão do espaço como articulador pelas dimensões produtivas, culturais, educacionais, políticas e sociais” (p. 23). Nesse direcionamento, Sousa (2002) também analisa os movimentos

sociais camponeses na região tocantina e afirma que eles “[...] contribuíram com o desenvolvimento dos municípios, entre estes, Cametá, através de suas lutas, resistência, trabalho e manifestações culturais”. Trata-se, de um conjunto de práxis sociais que, segundo Sousa (2010), é “[...] ressignificados a partir dos contextos das realidades históricas, ao qual estão inseridas”, resultado do pensamento e das práticas da existência humana.

Para os camponeses, o território é um lugar de produção para a subsistência da vida, do trabalho, das relações das práticas sociais, artísticas e manifestações culturais, onde os interesses são coletivos e as relações que se articulam entre o ato de produzir e consumir se estreitam pelos movimentos dos sujeitos que lutam e defendem a terra e a educação, como direitos políticos e sociais, contrariando a perversa lógica do sistema capitalista excludente.

Por isso, os movimentos sociais, entendem que as lutas e resistências dos trabalhadores por direito à terra, à educação, à moradia, ao trabalho, à cultura, etc. são necessárias e não se fazem isoladamente, pois é preciso a mobilização do coletivo, ou seja, de toda a população camponesa e demais grupos que são excluídos de participar ativamente dos bens materiais produzidos pela força de trabalho, que, sem estes, fica difícil a sobrevivência dos povos do campo e cidade, pois, como afirma Arroyo (2002), “[...] os problemas sociais gerados pela ausência de acesso as políticas públicas pelos governos” afetam diretamente as populações mais pobres, principalmente dos que estão no campo e nas periferias das cidades do Brasil.

De acordo com Fernandes (2012, p. 27), é necessário compreender que:

A presença dos movimentos sociais como sujeitos coletivos na Educação do Campo amplia as possibilidades de entendimento do que podemos chamar de processo formativo, articulado à construção de outra organização societária. O espaço/tempo da luta, da conquista, da construção de vínculos solidários e do trabalho cooperativo colocam a alternância não somente como afirmação do que está dada, mas como processo de gerar novas alteridades, novas culturas e nova sociedade, provocando alterações nos sujeitos e na cultura, vivendo como um processo coletivo.

Atualmente, há o reconhecimento de que os movimentos sociais têm um peso significativo na reconstrução de uma nova organização de sociedade, que se baseia nos sujeitos coletivos, possibilidade esta que permite a luta por políticas públicas e a resistência contra a lógica hegemônica capitalista de exploração de mão de obra e de uma visão reduzida de educação, formação e trabalho, o que revela o processo de práxis, articulada à construção de outro modo de sobrevivência, onde o espaço/tempo da luta é o motor que movimenta a conquista da construção de vínculos solidários e do trabalho coletivo.

Nesse sentido, a cooperação coloca a alternância não só na afirmação do que já está dado, ou seja, concretizado, mas também como processo capaz de gerar novas alteridades,

culturas e pessoas novas, que se mobilizem na luta para provocar transformações nos sujeitos e na própria cultura como expressão máxima das experiências vivenciadas, como movimento coletivo mantido na articulação do processo permanente de reconstrução e inovação político, econômico e social.

É interessante que a dinâmica dos movimentos sociais transcorra dentro de uma ampla visão de lutas e resistências por políticas públicas, que permita o acesso à educação, à saúde, à terra, à moradia, ao trabalho e aos demais meios, dos quais as populações do campo e da cidade necessitam para sobreviver; para isso, faz-se necessário nos movimentos sociais desenvolver reflexões que problematizem a estrutura das relações sociais, bem como as políticas de governo que materializam na esfera do Estado, mas pouco atendem às demandas e às necessidades da população. No Brasil, e principalmente na Amazônia, as lutas e tensões entre classes sociais, além de debates políticos em torno da organização, que defendam maior participação na sociedade civil e nas estratégias, que tragam melhorias aos povos, tanto das periferias das cidades, quanto do campo, ainda constituem formas de resistir à hegemonia do capitalismo.

2.5 CAMETÁ E O SURGIMENTO DE NOVOS ESPAÇOS HABITACIONAIS: BAIRRO NOVO E BAIRRO NOVA CAMETÁ, SÉCULO XX.

O processo urbano brasileiro, decorrido no século XX, abordado na pesquisa trata das intervenções espaciais na Amazônia especialmente no município de Cametá, estado do Pará, onde o surgimento de novos bairros caracterizou a expansão territorial nas décadas de 1980 a 2000, formado por áreas periféricas, compostas por diferentes agentes sociais vindos do interior de Cametá para residir na cidade. É isso que o mapa da Figura 10 demonstra.

A princípio, a pesquisa foi inevitável para compreendermos os formatos do bairro novo e Nova Cametá, a partir de moradores, senhores e senhoras, que vieram de localidades, distintas do interior, com perspectiva de encontrar terra, construir moradia, ter oportunidade de mandar ensinar os filhos, uma vez que a educação na zona rural de Cametá não atendia de modo adequado às necessidades de vida das populações interioranas, e isso foi uma das razões para o deslocamento para a cidade. O mapa demonstra o crescimento da ocupação de terras a partir da formação de bairros que têm características periféricas.

Figura 10 – Evolução urbana da cidade de Cametá



Fonte: Planta urbana de Cametá – Elaborador (CABRAL, 2012)

Desta maneira, Bairro Novo e Nova Cametá foram os dois bairros selecionados de modo específico para análise da pesquisa, por considerar sua amplitude que se enquadra na classificação de periferias e aqui recorro o que Cabral (2012, p. 43) conceitua na sua interpretação:

O termo periferia corresponde a áreas ocupadas por uma população de baixa renda, marcada pela precariedade da configuração espacial das moradias, pelos loteamentos clandestinos, que traduzem a exclusão social deste espaço [...] Em muitos casos, as condições sócio econômicas impedem a população de baixa renda de ter acesso às mesmas oportunidades que são oferecidas para a periférica das cidades, que acabam se caracterizando por localidades que funcionam mais como estratégia de sobrevivência do que por prioridade na escolha do morador.

A partir do conceito de periferia de Cabral (2012), podemos compreender às estreitas relações com os bairros pesquisados – Bairro Novo e Nova Cametá, onde situações de

contrastes são bem visíveis, como população de baixa renda, desordenamento espacial, fruto da expansão territorial do município de Cametá, loteamento clandestinos e políticas públicas, as poucas existentes de maneira precarizada, o que, de certo modo, reflete nas condições de vida nos respectivos bairros.

Dentre as entrevistas realizadas com alguns moradores do Bairro Novo, sobre a origem da ocupação de terras, o senhor Martinho, 84 anos, afirma que está no bairro desde a sua fundação, em 02 de fevereiro de 1969, quando chegou a Cametá, foi um dos primeiros moradores e colaborou com a construção do bairro, como topógrafo, trabalhou também no INTERPA Cametá, em 1980, relatou que Jajá Serrão e Milton Peres eram proprietários de terras, houve conflitos na formação do bairro, não havia luz e nem água e que a primeira escola foi na sua casa, em 1972, onde havia 68 crianças e, a pedido do prefeito Alberto Mória Mocbel, foi construída a escola Raimunda Barros, depois veio o Hospital Regional e as melhorias para do bairro; a senhora Olga, 84 anos, também chegou ao bairro em 1972, e ocupou terra, ela veio de Paruru, interior de Cametá; a senhora Nair lembra que chegou em 1972 da localidade de Paruru, e que o senhor Bandeira trabalhava como topógrafo, medindo terras e intermediando relações entre os proprietários.

As entrevistas relatadas demonstram a ocupação de terras no Bairro Novo em 1969. Trata-se de um marco histórico da expansão território do município de Cametá, com sujeitos que vieram do interior para a zona urbana. Como o topógrafo, o senhor Martinho, que, pelo conhecimento geográfico que possui, procurou organizar o espaço, realizando medidas e intermediando conflitos, pois, nos primeiros momentos de ocupação, havia divergências entre proprietários e comerciantes relacionados às defesas e aos interesses por causa de terras, como exemplo, podemos citar a família Castro e Peres.

Segundo Pompeu (2002, p. 101), um dos “[...] pioneiros do bairro novo, foi o senhor Bandeira, e a área era constituída de pequenas chácaras para a produção de alimentos”. Nesse sentido, compreendemos que as informações obtidas na pesquisa de campo estão de acordo com Pompeu, o senhor Martinho, que trato como Bandeira, constitui-se como um dos primeiros moradores do Bairro Novo, seguida de dona Olga e Nair. A organização espacial teve muita contribuição desse senhor, e isso é possível observar que há um ordenamento de ruas, travessas, casas, avenidas no mesmo padrão, devido à aplicação de conhecimentos e técnicas geográficas, relativos à aplicação do espaço urbano do Bairro Novo.

Ainda nessa linha de pensamento, através do depoimento do senhor Martinho, observamos que, com o surgimento do Bairro Novo, naquele momento não havia água nem luz

e que a primeira escola começou na sua residência, em 1972, com 68 crianças, e que, em 1978, pediu ao senhor Mocbel, então prefeito, para construir uma escola, já que havia um número considerável de alunos, porém, não foi possível por falta de condições financeiras, contudo, o prefeito contratou a professora Helena Lúcia para lecionar as aulas. Assim, em 1979, construiu a escola chamada Raimunda Barros e, logo depois, a construção do Hospital Regional, a pedido do senhor Martinho ao político Herundino Moreira.

De acordo com Vicentine (2004, p. 17), a partir “[...] de 1960, são imensos contingentes populacionais como uma mobilidade permanente, que se deslocam a longa distancias, em busca de ocupação”, isso evidencia que, na Amazônia, tais fenômenos de mobilizações humanas ocorreram em diferentes frentes da expansão territorial e influenciadas pelo fator econômico e corrido pelas melhorias de condições de vida. Contudo, a produção e a reprodução espacial urbana impõem para o homem ações de políticas públicas que venham a favorecer o desenvolvimento social para a comunidade do bairro.

Nessa lógica, os protagonistas que debatem e buscam as implementações de políticas são constituídos de sujeitos que lutam e reivindicam direitos de acesso aos serviços e bens, que o setor administrativo político deve manter. O Bairro Novo foi construído não somente de pessoas, mas também de instituições para representá-lo, como escola e hospital, que tiveram e têm um papel importante nas atividades de educação e saúde pública, para seus moradores.

O Bairro Novo teve seu processo de consolidação construído, segundo Pompeu (2002, p. 101-102), ao longo de quatro fases:

A fase positiva, nos anos 60 na área contígua à rua nova alterada para Avenida seguida para a Lemago - atualmente área murada de Otávio e Sueli Valente, essa área confunde-se atualmente com o Bairro Central, se não fosse o marco de final do largo da pólvora, essa identificação teria perdido [...] a segunda compreendida entre o aeroporto mar Parijós e Avenida Deodoro de Mendonça e o prolongamento da Travessa 7 de setembro [...] e finalmente a área dos herdeiros de Eurico Castro que ainda está sendo loteada no extremo oeste da avenida Deodoro de Mendonça.

Essas tipologias demarcam espaços geográficos da cidade de Cametá, que se constitui em um processo de construção e de expansão territorial do qual vai redesenhar posteriormente o Bairro Novo. É importante identificar a predominância das famílias Valentes e Castro sobre a ocupação de terras, pois os loteamentos feitos pelo prefeito, nos anos de 1970 e 1980, beneficiavam as próprias famílias, porque participavam do poder político e tinham relações de afinidades partidárias ou dependências de favores interessados a particulares. A isso, Carvalho (1998, p. 33) vai denominar “oligarquia”, ou seja, refere-se à influência política de famílias

cametaenses que mantiveram quase um século no poder, manipulando os interesses de ações que poderiam melhorar a vida da população.

Sendo assim, no que diz respeito aos fatores que trouxeram esses sujeitos que hoje estão no Bairro Novo, o senhor Martinho relatou que muitas gentes vieram para Cametá em consequência da UHT, atrás de educação, saúde, de melhorias de condições de vida. O período foi de água grande nos interiores e isso impulsionou as pessoas para a zona urbana, e, conforme relatou o senhor Martinho, ele acolhia pessoas na sua residência; a senhora Olga diz que as pessoas vieram do interior de diversas localidades de Cametá em busca de melhorar as condições de vida, pois, lá não existia escola, posto de saúde entre outras coisas, e isso dificultava a vida; a senhora Nair falou sobre a situação de vida de vida difícil no interior, falta de escolas para os filhos estudarem, falta de posto de saúde, e os impactos da UHT.

As entrevistas estão em consonâncias com as ideias de Cardoso e Lima (2006, p. 69), quando afirmam: “[...] na busca de melhores oportunidades muitas famílias decidem mudar para as sedes dos municípios”, com intenção de viabilizar meios que permitam melhorar suas condições de vida, mandar ensinar os filhos, conseguir trabalho, ter acesso à saúde, pois, no interior de Cametá, pelo recorte temporal da pesquisa 1980-2000, escolas e postos de saúde eram quase inexistentes nas localidades ribeirinhas, sem dizer que esses autores (idem, p. 73) apontam também os “[...] impactos da obra na cidade de Tucuruí a UHT, nas cidades e municípios do Baixo Tocantins”, produzindo, assim, consequências para a migração de agentes sociais ribeirinhos para os espaços urbanos, sem que estes tivessem uma infraestrutura adequada para acolher as suas necessidades de vida ocupacional territorial.

Quanto às práticas comuns para a obtenção de terra, como foi feito no Bairro Novo? O senhor Martinho disse que a prefeitura doava e, como tinha influência política, pedia para o prefeito, pois, sua vontade era povoar as terras. Depois começou a venda, a senhora Olga relatou que as pessoas compravam e que havia doação também. As irmãs de dona Olga receberam das freiras terras e estas doaram para ela, na época era só mata e caminho; a senhora Nair falou que havia compras e doações de terras.

Os depoimentos nos levam a compreender que as ocupações de terras ocorriam por meio de duas vias: doação (prefeitura de Cametá) e venda por alguns “[...] proprietários como Jajá Serrão, Eurico Castro e família Peres”. O Plano Diretor do Município de Cametá, reformulado em 2007, no parágrafo 1º, do artigo 8º, determina “[...] que é competência do poder público municipal realizar a distribuição de terras de maneira equilibrada”. Permite, portanto,

o compromisso político de agir em consonância com a legislação e as necessidades de políticas públicas sociais voltadas para a população.

Segundo Pompeu (2002, p. 8), “[...] a configuração espacial geográfica de Cametá, polariza-se entre centro e seu entorno”, isso evidencia compreender que a “[...] distribuição de terras decorreu e continua ocorrendo entre pessoas que têm capital, compram e ficam com as melhores partes e as que não têm dinheiro são afastadas para as periferias do espaço urbano. No Bairro Novo, essa característica é bem visível e aprimorada na pesquisa e análise, pois, há terras sem inundações das águas e há aquelas tomadas pelas águas, nestas últimas há pessoas morando, principalmente os mais pobres.

Questionados sobre as terras ocupadas, se serviam para alguma atividade agrícola, os entrevistados disseram o seguinte: o senhor Martinho disse “Não! Tinha terras ociosas desocupadas e uma parte havia plantio de pimenta-do-reino”; a senhora Olga disse “Não! Eram terras ociosas, uma parte tinha pimental, seringal e granja, era do Eurico Castro o dono e eu cheguei a trabalhar para ele. Nesta época era muito bom havia silêncio, eu criava galinha, pato, peru, não ‘tinha roubo’”; a senhora Nair disse “Não! Terras ociosas, ou seja, baldias”.

De uma forma ou outra, os entrevistados demonstram que uma parte da terra estava ociosa, mas havia terras ocupadas com atividade de pimenta-do-reino, extração do látex e a criação de galinhas. Pompeu (2002, p. 102) afirma que “[...] antigamente a área de terra era conhecida como entrada da granja, pois, dava aceso à granja São José, as margens do igarapé Curimã”. Isso ocorreu no momento da expansão territorial da formação de Bairro Novo, o que está de acordo com os entrevistados da pesquisa relatados pelos sujeitos.

Pereira (2006, p. 26) dialoga sobre a urbanização na Amazônia e afirma “[...] o perfil das cidades na Amazônia guarda características dessas políticas de desenvolvimento regional que resultam na concentração de grandes contingentes populacionais nas cidades, carentes de bens, trabalho e serviços públicos adequados”. Essa caracterização nos leva a rever que os problemas apontados pela senhora Olga são consequências de políticas públicas insuficientes que não atendem às demandas das populações de bairros periféricos.

Quanto às atividades de trabalho, questionou-se quais havia na ocupação do Bairro Novo. O relato evidenciou: de acordo com o senhor Martinho, havia no pimental e seringal, porém, em grande parte, não deu certo; já a senhora Olga disse que havia plantio de pimenta-do-reino, seringal e roça, a terra era pouco destinada para plantar mandioca; a entrevistada disse ter trabalhado muito na roça; plantio de pimenta, seringal e roça; a senhora Nair disse que havia

sim, que existia o pimental e seringal, porém, muitos já iam para a feira trabalhar, havia também o comércio e, com o tempo, foram surgindo funcionários públicos.

Embora existisse à época a terra, as atividades estavam voltadas para os interesses econômicos produtivos, como a pimenta-do-reino, que tinha naquele momento grande valor. Poucas terras eram destinadas para plantar mandioca, porém, Larêdo (2013) e Souza (2002) trazem informações sobre pesquisas no município de Cametá e são enfáticos quando dizem que nossa “[...] economia teve e tem como base o extrativismo”, isto significa que a produção vem da agricultura, da coleta de frutos, da pesca, entre outros recursos que abastecem a cidade de Cametá.

Compreendemos, na análise, que a apropriação de terras, talvez indevida praticada por algumas famílias, no espaço urbano de Cametá, tenha impedido as atividades de trabalho para alguns indivíduos, o que, de um certo modo, impediu o desenvolvimento econômico municipal. Além disso, os relatos demonstram as tarefas autônomas na feira livre de Cametá, e a presença de funcionários públicos que prestavam serviços no Bairro Novo.

No prosseguimento da interpretação e, de modo geral, perguntamos: como eram as expectativas de trabalho no Bairro Novo no período 1980-2000? Os entrevistados relataram: senhor Martinho disse: “Não havia aqui no Bairro Novo, tinha, sim os carpinteiros que faziam casas, tempo que vinha gente do interior para mandar ensinar os filhos. Depois, havia os autônomos, que trabalhavam na feira praticavam vendas em carrinhos”; a senhora Olga disse: “Não havia, as pessoas iam para a feira, trabalhar, tiravam pimenta, vendia chopp, consertavam televisão e rádio, cavador de poço, carregador, pedreiro e encanador de água”; a senhora Nair relatou: “Não havia, porém, o trabalho por conta própria existia com frequência”.

De comum consenso, os entrevistados não viam expectativas de trabalho formal no Bairro Novo, mas existiam atividades distintas praticadas por agentes diferentes inerentes às necessidades de vida. De outra forma, “[...] o trabalho urbano se associa, em menor ou maior grau, a diversidade de nova realidade e a importância de cada cidade” (HEBETTE, 1989, p. 27). A expressão do autor remete para a pesquisa ideias importantes no espaço urbano e aponta correlações com os depoimentos dos entrevistados, que relataram as distintas atividades de trabalhos realizados pelos indivíduos que lutavam para manter a sobrevivência de suas respectivas famílias.

Discutir políticas públicas como moradia é importante para a população, então, como foi no período de 1980-2000 no Bairro Novo? O senhor Martinho disse: “Neste período, era péssimo, porém, o tempo tem revelado o melhoramento das moradias, substituições de casa de

madeira por alvenaria, hoje está melhor”; a senhora Olga, por sua vez, disse: “Havia casa de madeira e eu mandei fazer a minha e era coberta com palha de inajá e forrada a parede, mas tinha também coberta com palhas”; a senhora Nair: “Casas ruins, pois, coberta com palha assoalhada com tábua e barro”.

A construção de moradia está relacionada com o fator econômico, uma dependência distinta marcada pela questão material, por isso os entrevistados dizem diferentes casos que existiam à época de formação do Bairro Novo, com grande parte de recursos da própria natureza e bem simples, porém, os sujeitos da pesquisa identificaram as mudanças e melhorias das moradias para seus habitantes. Santos (1988) contribui com esta reflexão quando retrata a metamorfose dos espaços geográficos como uma produção e reprodução de agentes sociais, que criam e transformam de acordo com as necessidades do cotidiano.

Perdigão e Gayoso (2012, p. 117), ao tratarem do termo casa, dizem ter um “[...] duplo significado, pois, expressa uma necessidade biológica primário de desejo segurança de uma sequencial princípio que serve de ‘esteio’ ao homem, por esta ao lado de preferência organização social de cada sociedade”. O sentido de moradia pela lógica de segurança está relacionado com as necessidades humanas.

Como a habitação é um direito de todos, segundo a Constituição Federal de 1988 e o Plano Diretor Municipal (2007), perguntamos se todos tinham, então, moradias dignas para os habitantes do bairro novo. Os relatos evidenciam: senhor Martinho disse: “Não tão boa, pois, uma vez que a maioria, vinha do Cuxipiari Cacoal, juba, Tentem, Paruru, Pacuí e Itanduba, as pessoas eram pobres, por isso as moradias não davam tanta comodidade, eram simples chão de terra hoje transformado”; a senhora Olga falou: “Para o tempo era bem simples, assoalhos com tábuas e outros com terra, havia problema com a chuva no inverno as casas ficavam tomadas pelas águas e muita lama, pois, as terras baixas e altas, contribuía para a problemática”; já a senhora Nair relatou: “Não tão bem, mas, dava para morar, pois, a vida agente levava como podia”.

Nas cidades amazônicas, a habitação, se formos analisar, veremos que, em todo o território brasileiro, há disparidades de desigualdades sociais e exploração de uma grande parte da população, principalmente os pobres e imigrantes. Esse é um dos fatores que desproporcionaram a situação e a ausência do acesso à terra, pois, os preços são elevadíssimos. Castro (2008) compara a terra como uma “mercadoria”, só compra quem tem capital. Dessa maneira, se olharmos as periferias da cidade de Cametá, veremos logo que a realidade é histórica e social e centra-se na materialidade do poder econômico e político. O Bairro Novo

tipicamente encontra-se com essas características de relações permanentes de contradições humanas.

Quanto às expectativas da época, perguntamos qual era a opinião sobre moradia no Bairro Novo. Os entrevistados concluíram: senhor Martinho: “Veio melhorando, vejo que é um direito social de todos terem a terra para construção de casas, para acolher a família”; a senhora Olga: “Melhorou muito as casas, já são na maioria de alvenaria, com lajota e pintada, mas ainda existem casas de madeiras de pessoas que não têm condições para construir uma de alvenaria”; a senhora Nair: “Evoluiu muito, melhorou bastante, porém, os problemas de violência, roubo, entre outros tem perturbado a gente, há muito medo”.

As melhorias são relativas, pois, ajuda a ressignificar a produção e reprodução do espaço social. Assim, as moradias passaram, segundo os informantes, por transformações no Bairro Novo de simples para um modelo moderno. Segundo Perdigão e Gayoso (2012, p. 121), a casa como “[...] patrimônio tem forte carga simbólica quando a consideramos, em termos gerais como a herança familiar, a transmissão de bens entre gerações um valor acima do seu preço de mercado, pois coloca-se como a garantia da perpetuação do grupo familiar”. Essa compreensão nos leva a entender a importância da moradia como lugar estável, porém, dinâmico como vimos na pesquisa. Contudo, as mudanças também trazem problemas de ordem social, como apontados pela senhora Nair, moradora do Bairro Novo.

2.6 ANÁLISE BAIRRO NOVA CAMETÁ

Dentre os entrevistados do bairro Nova Cametá, estava a senhora Benedita, 79 anos, e o senhor José, de 46 anos. Questionados sobre a origem da ocupação de terra no bairro, a senhora Benedita disse que comprou o terreno e quem vendeu já faleceu, quando eu cheguei aqui, tinha poucas casas e coberta com palha. Também a condição de vida no interior me trouxe para Cametá, depois que meu marido José Carlos morreu. Havia pessoas vindo do interior, êxodo rural, havia gente ocupando para fazer moradia, mas havia aquelas terras apropriadas e que depois passaram para a especulação entre comerciantes. O bairro Nova Cametá teve sua origem no dia 24 de setembro de 1995, ocupado por centenas de famílias, que povoaram as terras. Nos relatos dos entrevistados, podemos identificar duas situações: primeiro, apesar de ser considerada uma invasão e caracterizada pelo senso comum, como “coisa de gente pobre”, observamos que a senhora Benedita comprou a terra para construir sua casa; a segunda evidencia a chegada de pessoas do interior de Cametá, que também ocuparam para construir

moradias, porém, a apropriação por indivíduos que, posteriormente, realizaram as especulações, ou seja, venda e compra de terras.

De acordo com Pompeu (2002, p. 98), “[...] a formação de áreas periféricas na cidade cametaense tem maior expressividade a partir da década de 1960, com a formação do bairro denominado Brasília”, esse marco histórico permitiu compreender que a desestruturação do modo de vida no interior da Amazônia está ocorrendo com a implantação de grandes projetos, como a UHT, a pecuária e a mineração. A incessante apropriação de terras gerou conflito, sem dizer da falta de políticas públicas, como educação e saúde, são alguns fatores contribuintes para o processo constante de pessoas que migraram para as cidades na Amazônia. Esse deslocamento deu origem aos bairros periféricos de Cametá, consolidados sem nenhum critério político e jurídico, que permitissem a ordenação e a organização espacial, do Bairro Nova Cametá, e isso refletiu atualmente nas condições de vida da população, com ausência de saneamento básico, asfáltico de ruas e calcamento.

Na análise, trazemos o Plano Diretor do Município de Cametá, no artigo 8º, parágrafo 1º, relata que “[...] a posição considerada do território urbano se caracteriza pela distribuição equilibrada de uso do solo, arrendamentos bem definidos com necessidade de adequações e subversões de quadras”. Nas observações feitas no bairro Nova Cametá, podemos identificar a ausência disciplinar no território urbano, como também a não presença das ações do governo municipal, pois, a população conta com uma escola do Ensino Fundamental e um posto de saúde que funciona de modo precário.

A mobilização humana na Amazônia tem revelado o crescimento com a expansão territorial de cidades, com isso questiona-se: que fatores contribuíram para as pessoas ocuparem o bairro Nova Cametá? A senhora Benedita relatou condições difíceis de vida no interior, falta de escola, posto de saúde e também pensando encontrar um lugar melhor para viver; o senhor José, falta de moradia, terra, escola no interior de Cametá, saúde, segurança, pessoas pensando encontrar conforto para família na cidade, e melhorar o nível social de vida.

Para compreendermos tais fenômenos desses relatos, trazemos Cardoso e Lima (2006, p. 69-70), que nos ajudam a refletir quando dizem:

Na busca de melhores oportunidades muitas famílias do campo decidem se decide se mudar para as sedes do município, onde os filhos poderiam frequentar a escola e possivelmente ter acesso a uma vida melhor no futuro. A esse respeito, constata-se que o sistema de ensino predominante segue valores, conteúdos e calendários eminentemente urbanos causando conflito com o modo de vida rural.

No trecho acima, concordamos com os autores quando nos revelam que a ocupação que ocorreu com o deslocamento de pessoas do campo para a cidade na formação do espaço urbano, teve influências sociais e econômicas, pois, os pais sempre idealizam encontrar um lugar para morar e melhorar de situação de vida. No entanto, é necessária a escolarização dos alunos nos fatores culturais, sem dizer que nos bairros, às vezes, há escolas insuficientes para atender às demandas dos estudantes sem falar de infraestrutura física inexistente para a população que, no inverno, vive com a lama e a água, e, no verão, com a poeira, por não haver serviços sociais no bairro.

A terra, por sua natureza, traz benefício para o homem, porém, sua aquisição tem gerado conflitos e mortes. Quais as práticas comuns para a obtenção de terras na década de 1980-2000, no bairro Nova Cameté? Os relatos despontaram: a senhora Benedita disse: “Compras, eu lembro que somente tinha acesso à terra quem tinha dinheiro para comprar um terreno, era barato, só que tinha gente, que apropriou-se para vender mais tarde, pois, por isso apropriou-se das melhores áreas de terra na nova Cameté”; o senhor José disse: “Compra de terras, e havia apropriação para vender posteriormente”.

Ambos os entrevistados, dizem que as práticas de aquisição se deram através de compras e a especulação aparecem como um dos fatores preponderantes, entre os sujeitos. Marx (1872, p. 99) afirma que a propriedade de terra é “fonte de riqueza” e Castro (2008, p. 91) trata a terra como uma “mercadoria”. No bairro Nova Cameté, a apropriação mobilizou pessoas que, aproveitando das fragilidades de ausência do poder local municipal, consolidaram as posses de terras nas mãos de homens capitalizados para, depois, venderem, pois, tanto a expressão “riqueza” quanto “mercadoria”, na análise de Marx e Castro, constitui um dos problemas sérios para grande parte da população, pois, a apropriação de terras ficou e continua ficando nas mãos de um determinado grupo social que tem o poder do capital.

A terra gera poder e riqueza, na medida em que o homem a mobiliza para essa finalidade, assim, questiona-se: as terras ocupadas serviam para alguma atividade agrícola de trabalho no bairro Nova Cameté? A senhora Benedita disse: “Não! Somente para moradia, depois surgiu o comércio a construção de escola e posto de saúde, mas isto, não trouxe tantas mudanças para a Nova Cameté”; o senhor José respondeu: “Não! Somente para moradia”. Os entrevistados afirmam que a ocupação e terra serviam para a construção de moradia, porém, observamos que o crescimento populacional permitiu o surgimento do comércio, escola e o posto de saúde, mas, segundo a dona Benedita: “Isso não viabilizou transformação para nós no bairro Nova Cameté”, pois, nas observações de pesquisa de campo, identificamos também os

serviços públicos como educação, saúde e segurança, são precárias e não atendem, de modo suficiente, à comunidade do bairro, uma vez que os problemas de saúde mais graves não são tratados nele, pois, não há um hospital de referência.

Se a terra exerce um papel importante na atividade de trabalho quais as tarefas ocupadas no bairro Nova Cametá? Os entrevistados dizem: a senhora Benedita falou: “Não existiu! Foram ocupadas por pessoas que vieram do interior e ocupavam fazendo casas para morar”; o senhor José disse: “Não existia nesse período no bairro”. A partir das entrevistas, podemos inferir que a ocupação de terra, na expansão urbana, teve endereçamento para grande parte dos agentes do bairro Nova Cametá para a construção de moradias, apesar de já termos visto, anteriormente, que havia aqueles que se apropriavam de terras para vender. No entanto, há de se perceber que o fator habitação era e continua sendo uma das lutas de muitas famílias cametaenses, na busca de construção, tornou-se um dos problemas políticos e sociais do município. O Plano Diretor do Município de Cametá (2007), no seu artigo 50, relata que “[...] se constituem como política de proteção social do município, de Cametá as ações e projetos que formam a política de assistência social, a política de segurança pública e a política de habitação”. Sendo assim, fica evidente na análise compreendermos que o Plano Diretor legitima um conjunto de ações públicas com finalidades distintas para atender à população. Contudo, no bairro Nova Cametá, constatamos a ausência do governo municipal nas políticas sociais entre estas a habitacional, pois, a terra ainda é um dos fatores que os indivíduos buscam para construir a moradia.

Segundo Perdigão e Gayoso (2012, p. 114), nessa perspectiva, propõem fazer uma abordagem sobre a casa, esse espaço social e cultural tão importante na vida do ser humano e que sempre está incluído no quadro das divisões de produção de moradia. Compreendemos que o fator moradia, enquanto espaço físico, tem grande relevância para seus habitantes nas cidades na Amazônia e no bairro Nova Cametá, onde verificamos o dilema das precárias condições físicas estruturais, sanitárias e ambientais dos habitantes.

O trabalho é um dos fundamentos da existência do homem, diante de crise que afeta o sujeito, pergunta-se: quais as expectativas de trabalho no bairro Nova Cametá, período de 1980-2000? Os entrevistados relatam: a senhora Benedita disse “Não existia na época. Era a mercearia, a venda de chopp, o churrasquinho, pastéis, são muitas as pessoas que sobreviviam dessa atividade, agora tem gente empregada são poucas os servidores públicos de Cametá, aposentados e os que recebem o bolsa família”; o senhor José falou: “Funcionários públicos

autônomos, venda de churrasquinho, chopp e pessoas, que realizam vendas na feira de Cametá para sobreviver”.

Para Vicentine, na obra “Cidade e história na Amazônia” (2004, p. 174), o diálogo que traz compreendermos as entrevistas quando cita “[...] o caráter do urbano pela introdução da diversidade de forma de produção de modo de vida. Caracterizou finalmente a estratégia de formação de cidades”. Diante da circunstância das realidades sociais produzidas nos espaços urbanos, a forma de produção evidencia as diferentes atividades que cada sujeito realiza para subsistência.

Os agentes de distintas formas de pensamentos, linguagens, lugares e modo de vida, no bairro Nova Cametá, desempenham tarefas diversas de trabalho que vão desde o autônomo até o funcionalismo público, o comerciante e os que são apontados ou recebem auxílio do governo federal todos produzem e reproduzem a própria existência e transforma seus espaços.

As moradias também constituem espaços importantes para a população. Desse modo, questiona-se: como você via a ocupação de terras no bairro Nova Cametá, no período de 1980-2000? Os entrevistados disseram: senhora Benedita disse: “Precária, a maioria era de madeira, pois os primeiros moradores não tinham condições para construir casas”; o senhor José Carlos falou: “Precária as casas cobertas com palhas, na época muito simples, hoje têm de alvenaria prédios, quitinetes, entre outros tipos”.

Nas políticas públicas, considera-se que habitação faz parte das ações que viabilizaram para os sujeitos condições necessárias para morar. Perdigão e Gayoso (2009, p. 116), na análise, consideram:

O estudo de habitação envolveu a análise de uma parte significativa das estruturas políticas e econômicas nacionais e também conjuntos de instituições e agentes, as alterações demográficas as migrações e as preferencias sociais relativas ao alojamento além do papel importante do estado enquanto reguladores das condições de oferta e procura habitacional.

Como conjuntos de ações que viabiliza as estruturas para seus agentes, o estado é visto como regulador que deveria da condição para promover a oferta habitacional. No entanto, no bairro Nova Cametá, a pesquisa desvelou as precariedades de moradia para seus habitantes, porém, na visão dos entrevistados, isto já melhorou um pouco, pois, há muita gente morando em casas de alvenarias

Se a habitação é um direito, para seus habitantes você considera que era digna? Para os entrevistados: a senhora Benedita disse: “Não! Logo que cheguei vi que havia muitas casas bem simples, pouca gente havia apenas caminhos, hoje cresceu o bairro em termo de população,

porém, nossas condições de vida são mais difíceis, o bairro não tem infraestrutura, saneamento básico adequado, como também a violência que assusta”; o senhor José mencionou: “Neste período, não era assim, pois, as pessoas não tinham condições, para fazer uma casa decente”. Os relatos nos revelam que o recorte temporal da pesquisa, 1980 a 2000, as moradias não eram dignas, isso revela a precariedade em que seus habitantes viveram. Cardoso e Lima (2006, p. 83) destacam que “[...] os prefeitos eleitos a partir do fim da década de 80 coube a administração de vasto territórios, sem infraestrutura e sem capacidade administrativa instalada”, isso demonstra que a expansão territorial urbana não veio na sua totalidade acompanhada de políticas públicas para acompanhar a evolução do crescimento.

A pesquisa no bairro Nova Cameté é um dos exemplos visíveis, começando pela habitação, educação, saúde, saneamento básico, iluminação, entre outros. Santos (1988, p. 1) considera como “[...] espaços transformado e habitado”, porém, sem nenhuma humana perspectiva de mudanças gradativas para melhorias estruturais espaciais.

Outra questão proposta foi: se a moradia é importante, então, qual sua opinião sobre o bairro Nova Cameté para melhorar o nível de vida dos sujeitos? a senhora Benedita disse: “Construir habitação para seus moradores estruturar os espaços como ruas e travessas, criando meios que colabore com a mobilização humana”; já o senhor José Carlos falou: “Era construir habitação pelo poder público para doar às famílias que necessitam, criar infraestrutura para o bairro, manter a política de saneamento básico, iluminação pública, segurança, educação e saúde, elevando o nível de qualidade dos serviços públicos para seus moradores”.

As sugestões apontadas pelos entrevistados permitiram compreendermos que há uma necessidade de intervenção do poder público no bairro Nova Cameté, pois, os sujeitos que convivem naquele bairro considerado periférico dizem que os serviços sociais podem até chegar, mas de forma precarizada para seus usuários, sem dizer que o saneamento básico é inexistente. Existe uma escola do Ensino Fundamental e um posto de saúde que, pelo tamanho da população, não corresponde com as necessidades básicas dos agentes sociais. Pompeu (2002, p. 99) lembra que o “[...] surgimento de novos bairros de Cameté tem tornados um dos desafios para o gestor municipal”, que pouco avança em serviço urbano e não traz na totalidade melhorias de condições de vida para pessoas, o que causa as disparidades de desigualdade e exclusão social para uma parte da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos nesta pesquisa chamar a atenção para os entornos da cidade de Cametá década de 1980-2000. Nessa análise, destacamos a ocupação de terras e formas de trabalho e educação e moradia, dentro de uma perspectiva marxista que trabalha o objeto na sua totalidade, para entender as mediações e as suas contradições. Assim, os fatores consequentes que possibilitaram para algumas famílias terem posses de terras na cidade de Cametá e seus entornos trouxeram reflexões de um conjunto de relações históricas, sociais e econômicas, que teve e continua tendo sua legitimidade por meio do poder político e ideológico, pois, o desenho da ocupação territorial do município de Cametá trouxe uma releitura dos seus entornos, principalmente as periferias, entre estes o Bairro Novo e o bairro Nova Cametá.

Para subsidiar as análises em torno da ocupação de terras em Cametá e seus entornos, foi necessário trabalhar os conceitos de cidade, trabalho, educação e moradia estas articulações por políticas para, assim, compreendermos as configurações espaciais nos entornos, as relações de poder político e ideológico dos agentes e suas representações nos respectivos espaços da cidade de Cametá e seus entornos, uma vez que as determinações de classes sociais e a questão política influenciaram a ocupação de terras, para alguns homens, e refletiu de maneira negativa para uma parte da população, com as desigualdades e a exclusão social das políticas públicas do município, haja vista que as poucas ações que existem, como educação e saúde, apresentam precariedade nos serviços.

A ocupação de terras no município de Cametá e seus entornos tem a sua origem a partir do processo de colonização portuguesa da Amazônia, em meados do século XVII. No entanto, ao longo do contexto histórico, observaram-se os esforços conjunto de indivíduos, os militares, colonizadores europeus e religiosos que, por meio de catequese e informações, demarcavam grandes extensões de terras e se tornavam donos, expulsando os índios, disseminando os conflitos, as guerras, a violência e a morte na região.

As cidades de Cametá, como outras da Amazônia, constituem-se de espaço socialmente produzido e reproduzido pelo homem, em suas múltiplas dimensões, dentre elas a ecológica, a lúdica e funcional, tem suas representações simbólico-culturais, uma vez que se fazem presentes valores e saberes, vinculados à vida urbana e entornos, onde seus agentes sociais se mobilizam e criam suas próprias condições, para manter os traços tradicionais de um passado, que, embora distante do nosso, ainda reflita nas relações humanas que destacamos desde os princípios e valores éticos até as práticas culturais.

Cametá é considerada uma cidade tradicional do baixo Tocantins, pois, seu nascimento está relacionado com a colonização portuguesa e o rio caracterizou o seu desenvolvimento econômico, mantendo, assim, uma relação intrínseca com o espaço rural de trocas comerciais, pois, a mobilização social envolve as vilas, os povoados e ribeirinhos do município de Cametá, uma vez que o extrativismo regional tem forte influência na economia de subsistência de transação comercial entre seus agentes.

Nosso estudo demonstrou que as lutas pelas posses de terras no Brasil e Amazônia têm a sua origem consolidada no poder político, e sua história envolveu diferentes agentes sociais como indígenas, quilombolas, camponeses trabalhadores rurais e urbano, que compõem a sociedade, o que, de certo modo, agrega saberes, resistência, lutas e interesses opostos, que se contradizem na manifestação do pensamento e linguagem nos diferentes espaços e convivências humanas, gerando, assim, as disputas e conflitos constantes por causa da posse de terras e política pública.

No município de Cametá (PA), a pesquisa pouco encontrou estas incidências, mas identificou, sobretudo, a desigualdade e a exclusão social de uma grande parte da população, que estão concentradas nos bairros periféricos como Bairro Novo e Nova Cametá, onde observamos a cidade a ocupação de terras e as precariedades das moradias, falta de saneamento básico, entre outros. As práticas de cercamentos foram comuns nos períodos de 1980-2000, caracterizadas pela forte relação do poder político local, denominado oligarquia, composta pelas famílias Mendonças, Castro, Parijós e Peres. Além do mais, os registros de escrituração pública de terras encontradas no cartório, livro 89, aparece também com frequências os Valentes, Castro, Tavares e Furtados, formando, assim, um grupo que se apropriou de terras, por meio do poder político, e que, em época de eleições, formavam e controlavam tanto na cidade, quanto nos seus entornos considerado currais eleitorais e a defesa da hegemonidade do poder sobre a população, mantendo-se há quase um século.

No entanto, há de se perceber que, no município de Cametá e entornos, nos anos 1980, ainda dentro de um regime civil militar, o estado brasileiro, com suas políticas, mantinha as repressões contra a resistência de lutas populares. Assim, os movimentos sociais como igreja, associações, clubes, sindicatos, entre outros, formavam correntes para defender os direitos políticos e ações que possibilitassem a participação na política, como meio de reivindicar melhoria na educação, do acesso à terra, trabalho e moradia, além de combater as “velhas práticas políticas”, estabelecidas na cidade e entornos, há vários anos, e que isso, de certo modo, esbarrava nas transformações dos anseios de que necessitava a população nesse período.

A pesquisa chamou a atenção, também, pelo fato de que as terras cercadas, na maioria, não serviam para atividade de trabalho na agricultura, exceto alguns “donos”, que plantavam pimenta-do-reino, produziam o látex, mantinham roças para produzir a subsistência, além da realização e criação de galinhas, para beneficiar as famílias particulares. Contudo, a construção de casas nesses terrenos tornava-se um dos meios de assegurá-lo, colocando alguém para tomar conta e cuidar das plantações, sem dizer que os cercamentos evitariam as possíveis invasões, uma vez que, na década de 1990, foi constante a ocupação de terras na cidade de Cametá e entornos, marca da expansão territorial para o Bairro Novo e Nova Cametá, consequência dos projetos da criação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, e os deslocamentos de pessoas oriundas do interior da Amazônia para as cidades pela ausência de políticas públicas

O surgimento de novos bairros, como Bairro Novo, Cidade Nova, Matinha, entre outros, teve, como característica de formação, o contexto histórico dos impactos da UHT. Sendo assim, a população dos entornos que chegou a Cametá, constituiu logo os agentes formadores dos bairros, ocupando áreas de terras inadequadas para construir suas moradias e viver, trazendo uma leitura da exclusão social e a negação do direito à cidade, como espaço que, segundo o Plano Diretor do Município de Cametá, pertence a todos.

A configuração do território do município de Cametá e seus entornos, na concepção de Pompeu (2002), teve um crescimento elevado na década de 1990, devidamente os impactos ocorridos da UHT como a pesca, a caça, a coleta de frutos, etc. Aos ribeirinhos, com a perda do modo de vida de subsistência, acabaram se deslocando para a cidade, formando, assim, novos bairros, como o Bairro Novo e Nova Cametá, mas sem uma infraestrutura adequada, como saneamento básico, para atender aos cidadãos. Carvalho (1998) caracteriza esse contexto como exclusão social das políticas públicas de Cametá e seus entornos, e aponta a dominação oligárquica de famílias cametaenses tradicionais, privilegiadas há quase um século, o que Queiroz (1969) abordou como mandonismo local.

Desse modo, a pesquisa evidenciou que as terras ficaram nas mãos de poucas famílias, uma vez que, nesse período, não havia ainda o programa de construção de casas populares do governo federal em Cametá, as escolas também tinham um número reduzido na zona urbana, essas terras tornaram-se especulativas, ou seja, passavam a ser vendidas por preços bastante elevados, uma “mercadoria”, segundo Castro (2008), o que impedia os trabalhadores de terem acessos às posses de terras para desenvolver atividades agrícolas, construir moradia, pois, no município de Cametá, não encontramos registros ou informações da administração pública que tenha desenvolvido projetos para lotear terra e construir espaços habitacionais.

Castro (2009) afirma que a terra na Amazônia se constituiu como uma “espécie de poupança”, acumulada e especulada por diferentes agentes donos do capital, que a utilizavam e continuam como “mercadorias”. A pesquisa revelou outra situação na cidade de Cametá e seus entornos: a questão do trabalho. Os relatos dos entrevistados permitiram entender que havia muito pouco, era mesmo os funcionários públicos federais, estaduais, municipais e nos comércios. Larêdo (2003) analisa esse período como a política do “QI” (Que Indica), não era formação ou competência que valia para se conseguir um trabalho, mas sim quem tivesse uma relação familiar com o político, este sim adquiria trabalho e, em troca, tornava-se “um cabo eleitoral” para acompanhar, em época de eleições, os pleitos eleitorais no município de Cametá.

A pesquisa identificou que as relações de poder político e a defesa de traços tradicionais de algumas famílias cametaenses têm representado aos interesses particulares de um pequeno grupo denominado oligarquia local, que tem poses de terras, reside nas melhores casas, tem espaço revitalizado no centro da cidade, como abordou Pompeu (2002), e foi beneficiado com as políticas públicas do município. Em contrapartida, encontrou-se na cidade e seus entornos, uma parte da população pobre e excluída das ações das políticas sociais que estão nas periferias e, na maioria, sem trabalho, educação e moradia, vivendo, muitas vezes, de favor de políticos, o que causa alienação e controla as relações de interesses particulares, impedindo, assim, qualquer transformação que possa alterar a ordem estabelecida no tecido da sociedade.

Cametá e seus entornos sempre conviveram com realidade difícil de trabalho, a pesquisa desvelou isto. Larêdo (2013) analisou que o INSA e o SENAI formavam os jovens em Cametá, mas, pelo fato de não existir atividade de trabalho para exercerem, acabavam migrando para municípios vizinhos, como Barcarena, Tucuruí e, até mesmo, Belém, a capital do estado do Pará, em busca de trabalho e pensando em melhorar as condições de vida.

No município de Cametá e seus entornos, como se sabe, na época de 1980, não havia empresas ou indústrias de altos postos, para absorver tal mão de obra, pois, a economia era o extrativismo da região, e isto não atraía investidores para Cametá, salvo uma fábrica de palmito que veio do Paraná e se instalou nos anos 1970, mas que, por questões políticas gersistas, para defender o “açai pão de pobre”, ou melhor, para defender a ideologia que permitia seu curral eleitoral que o mantinha no poder político, expulsou a fábrica de beneficiamento de palmito e deixou as pessoas sem trabalho na cidade e seus entornos, pois, o poder político corroborava para os sujeitos manterem a dependência de trabalho e, assim, o político manipulava a população e mantinha o seu próprio *status* como legitimador de seus interesses na sociedade.

O outro problema social encontrado na cidade de Cametá e seus entornos foi o déficit habitacional, onde muitas pessoas nas décadas de 1980 e 1990 moravam em casas de péssimas condições, como vimos nas entrevistas dos moradores do Bairro Novo e Nova Cametá. No entanto, os relatos evidenciaram a ocorrência de melhorias na cidade e seus entornos, porém, o centro da cidade de Cametá demonstra outra situação, casas de estilos europeus com azulejos, a mobilização do comércio, as casas bancárias as instituições de ensino e religiosa, ainda representam um tempo passado, época da borracha, mas também reflete o espaço urbano, a partir dos seus agentes sociais, que, por meio de relações históricas, produzem e reproduzem suas existências e transformam de acordo com suas necessidades de vida.

Nesse contexto, houve um melhoramento nos aspectos estruturais físicos da cidade, e isso beneficiou as famílias tradicionais que vinham tendo sucessão de mandatos políticos na prefeitura de Cametá. A pesquisa evidenciou que os modelos de moradias do centro urbano de Cametá representam um padrão, que ostenta o poder e toma como referência um grupo que tem o poder econômico estável, e isso fez com que a prefeitura de Cametá investisse para realizar “maquiagem”, que dá um diferenciado às famílias que residem no centro da cidade de Cametá.

Nas análises, das periferias Bairro Novo e Nova Cametá, encontramos situações distintas de formação e ordenamento da expansão territorial; enquanto, no primeiro, identificamos razoavelmente um suporte de infraestrutura, como organização das ruas travessas, avenidas e casas, enquadra-se um pouco no Plano Diretor do Município de Cametá 2007, devido ao fato de o seu Martinho, um dos primeiros moradores do Bairro Novo, ter conhecimentos técnicos da topografia, procurou ordenar o espaço urbano, realizando medições de terrenos e reivindicando políticas sociais, como educação e saúde, dando-lhes em serviço um pouco de si, pois, sua vontade era ver o bairro crescer e desenvolver ao mesmo tempo.

No bairro Nova Cametá, observamos que os entrevistados compraram as terras para construir casas, um período difícil, pois só existiam caminhos, não havia luz elétrica e água encanada, porém, os ocupantes vindos do interior de Cametá criaram as suas condições para construir e reproduzir o espaço urbano. No entanto, compreendemos, pelas observações, que a ocupação de terras ocorreu de modo desordenado, sem nenhum critério de organização espacial, pois, ruas, travessa e avenidas estão em desacordo com o Plano Diretor do Município de Cametá 2007, no que diz respeito à falta de infraestrutura, saneamento básico, asfalto, sem dizer que, no inverno, a população convive coma as águas, os buracos, a lama e, no verão, com a constante poeira.

No Bairro Novo, houve loteamento feito pela Prefeitura de Cametá e doações de terras; no bairro Nova Cametá, ao contrário, as terras foram vendidas para aqueles que tinham interesses. Nesse caso, entendemos as razões do desordenamento geográfico sem a precedência legítima de planos políticos para a ocupação do território. Assim, podemos perceber que há situações problemas comuns, entre os dois bairros, como a violência, o roubo e o medo daqueles que residem nesses locais.

Dentre as medidas tomadas a partir de um conjunto de ações para o desenvolvimento das infraestruturas dos bairros periféricos pesquisados, consideramos importante a intervenção do poder político municipal local, cumprindo, assim, as determinações do Plano Diretor 2007, como instrumento disciplinador e legítimo, que defende políticas públicas, voltadas para os interesses da população nos seus respectivos espaços urbanos, pois, a análise despontou a produção de conhecimentos que podem ser aplicados nas ações espaciais, para melhorar as condições de vida dos cidadãos e abrir perspectivas para novos caminhos de futura investigação, uma vez que fica aberto para leituras, críticas e interpretações, a respeito da ocupação de terras na formação dos bairros periféricos nas cidades amazônicas, especificamente no município de Cametá.

REFERÊNCIAS

- ACEVEDO MARIN, Rosa. **Conflitos agrários no Pará**. Belém, 1998.
- ALBERTI, Verena. **Manual de história**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
- ALVES FILHO, Armando *et al.* **Pontos de História da Amazônia**. 3. ed. Belém: Paka-Tatu, 2001.
- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWINDSZNAYDER, Fernando. **O método das ciências sociais**. Pesquisa quantitativa e qualidade. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1998.
- _____. **O método das ciências sociais**. Pesquisa quantitativa e qualidade. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2002.
- ARAÚJO, Renata Malcher de. **As cidades da Amazônia no século XVIII**: Belém, Macapá e Mazagão. Porto: Porto Editora, 1998.
- ARROYO, Miguel G. A pedagogia em movimento: o que temos a aprender dos movimentos sociais? *In*: SCALABRI, Rosemeri; SILVA, Ricardo Gilson da Costa; LIMA, Antônio Américo Biondi (org.). **Trabalho e desenvolvimento na Amazônia**: as experiências formativas da CUT. Brasília, DF, maio 2002.
- BARROS, José Haroldo Oliveira de. **O imaginário da república em Cametá**. Republicanos, Democratas e outros partidos na batalha da construção da república em Cametá-Pará (1886-1906). Cametá, PA: Coleção Novo Tempo Cabano, 2007. V. 3.
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**. Uma introdução à teoria aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1998.
- BRASIL. IBGE. Contagem da população 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?lang=&codmun=150210>. Acesso em: 30 set. 2013.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Baixo Tocantins**. Belém: MDA-SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL; Sociedade de Meio Ambiente Educação e Cidadania, 2011. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio_130.pdf. Acesso em: 20 ago. 2015.
- CABRAL, Cleiton Lopes. **Recepção de qualidade de vida urbana em Cametá-PA**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.
- CALDART, Roseli Salete. A escola do Campo em Movimento. *In*: ARROYO, Miguel Gonzales; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castaga (org.). **Por uma educação do Campo**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CAMETÁ. Prefeitura Municipal de Cametá. **Lei nº 1.210**, de 25 de junho de 1991. Institui o código administrativo municipal da cidade de Cametá. Cametá, PA, 1991.

_____. **Lei Orgânica do Município de Cametá**. Revisada e atualizada pela Câmara Municipal de Cametá. Cametá, PA, dez. 2006.

_____. **Plano Diretor do Município de Cametá**. Lei n.º 086, de 19 de junho de 2007. Cametá, PA, 2007.

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; LIMA, Jose Júlio Ferreira. Tipologia e padrões de ocupações urbana na Amazônia oriental: para quem e para quem? *In*: CARDOSO, Ana Claudia Duarte (org.). **O rural e o urbana na Amazônia, diferentes olhares em perspectiva**. Belém: Editora da UFPA, 2006.

CARVALHO, Maria Delza de. **Política e exclusão social**: um estudo sobre o município de Cametá. (dissertação de mestrado), Belém: UFPA, 1998.

CASTRO, Edna. Tradição e modernidade. A propósito de processos de trabalho na Amazônia, **Novos Cadernos NAEA**, v. 2, n. 1, dez. 1999.

_____. Dinâmico sócio-econômica e desmatamento na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 8, n. 2, p. 5-39, 2005.

CASTRO, Edna; CAMPOS, Índio (org.). **Formação socioeconômica da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015.

CASTRO, Edna *et al.* Questões fundiária e Sucessão da Terra na Fronteira Oeste. **Novos Cadernos NAEA**, v. 11, n. 2, p. 85-122, dez. 2008.

_____. Grandes projetos urbanos em metrópoles amazônicas: modernização e conflito. **Novos Cadernos NAEA**, v. 14, n. 2, p. 89-116, dez. 2011.

_____. Resenha. *In*: CASTRO, Edna; CAMPOS, Índio (org.). **Formação socioeconômica da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015.

CASTRO, Edna. Tradição e Modernidade. A propósito de trabalho na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, v. 2, n. 4, dez. 2009.

CHAMBOULEYRON, Rafael. **Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)**. Belém: Editora Açai; Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (UFPA); Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010.

CHAVES, Maria Anunciada: Notas sobre o povoamento da Amazônia. **Revista Estudos Amazônicos**, v. 4, n. 2, p. 153-161, 2009.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

COSTA, Gilson da Silva. **Desenvolvimento rural sustentável com base no paradigma da Agroecologia**. Belém: UFPA-NAEA, 2006.

CURY, Carlos Roberto Jamir. **Educação e contradição**: Elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

ERNANI, Maria Ferreira. **A oligarquia do Tocantins e do Domínio dos Castanhais**. 2. ed. Belém: UFPA/NAEA 1999.

ENGELS, Friedrich. Contribuição ao problema da habitação. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos**, v. II. São Paulo: E. Sociais, 1976. p. 39-116.

FARIAS, Willian Gaia. **A borracha na Amazônia**: Sistema de aviamento, Cultura e Contradição na virada do século XIX ao XX. Belém: Edição do Autor, 2007.

FERNANDES, Bernardo M. Brasil: 500 anos de luta pela terra. **Revista de Cultura Vozes**, n. 2, 1999.

FERREIRA, Marieta de M; AMADO, Janaina (org.). **Uso e Abuso da História Oral**. Rio de Janeiro: Getúlio Vargas, 1988.

FIEL, Raimundo de Jesus Melo. **Comunidades Cristãs de Cametá**: comemorativo e realização do I Curso de lideranças comunitárias em 1969. Cametá, PA: Coleção Novo Tempo Cabano, 2014. V. 12.

FRANCO, Maria Laura P. B. **Análise de conteúdo**. Brasília, DF: Líber Livro, 2007.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da Escola Improdutiva**. São Paulo: Cortez, 1984.

_____. **Educação e a crise do capitalismo real**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará. **Estatísticas municipais paraenses**: Cametá/Diretório de Estatística e de Tecnologia e Gestão da informação. Belém: Governo do Estado do Pará, FAPESPA, 2015.

FARIAS, Willian Gaia. **A borracha na Amazônia**: Sistema de Aviamento, Cultura e Contradição na virada do século XIX ao XX. Belém: Edição do Autor, 2007

HEBETTE, J. O grande Carajás: um novo momento da história moderna da Amazônia perante. *In*: HEBETTE, J.; CASTRO, R. de (org.). **Na trilha de grandes projetos-modernização e conflitos na Amazônia**. Belém: NAEA, 1989. p. 9-40. (Cadernos NAEA)

KOPININ, P. V. **A dialética como logica e teoria do Conhecimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KUENZER, Acacia Zeneida. EM e MP na produção flexível: a dualidade invertida. **Retrato da Escola**. 2012.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Mariana de A. **Metodologia do trabalho científico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1982.

LARÊDO, Salomão. **Terra do Romualdos** – país dos Maparás: memória da Amazônia Tocantins: etnoliteratura, teologia, mitopoética e foto memória – autoficção. Belém: Salomão Larêdo Editora, 2013.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Galimard, 1968.

LEFEBVRE, Erick. **Lógica formal/lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. **O direito à Cidade**. 5. ed. São Paulo: Centaurus 2001.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marlí E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagem qualitativa**. 6. ed. São Paulo: EPU, 1986.

MARX, Karl. **Biografia**. Lisboa: Progresso, 1872.

_____. **O capital: crítica da economia política**. Volume I. Livro primeiro. O processo de Produção do Capital. Parte 2. Tradução: Regis Barbosa e Flavio R. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.

_____. **Miséria da Filosofia**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **O capital: crítica da economia política: Livro: I: o processo de produção do capital**. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. Portugal: Presença, 1974.

MEDINA, Ettore Dias. O acidente de trabalho na voz dos operários: considerações sobre os testemunhos e memória de uma obra de Antonio Possidonio Sampaio. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, 2015.

MESZÁROS, Istvan. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MIRANDA, Elis. **Cametá: marcos da presença portuguesa na Amazônia**. s.l., 2004. [Curso de Geografia. Doutoranda do Instituto da pesquisa e planejamento urbano e regional - IPPUR/UFRJ. Orientada pela professora Dra. Tamara Tânia Cohen Egler, professora do Curso de Geografia da Faculdade Unificada Campograndense]

MONTEIRO, Alcides. **O espaço Amazônico: Sociedade e meio ambiente**. Belém: NPI/UFPA, Editora Universitária UFPA, 1997.

MOTA, Marcia. **Direto à terra no Brasil: a gestação do conflito**. 2. ed. São Paulo: Alameda 1988.

OLIVEIRA, José Ademar. **Cidades na selva**. Manaus: Valer, 2000.

PADINHA, M. R. **Em terras precárias tem pouco e centro**. O papel das cidades na redes urbanas amazônicas: uma análise a partir de Cametá-PA. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – PPGEIO, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

PERDIGÃO, Ana Claudia de Almeida Viana; GAYOSO, Solam. Interpretações sobre a casa para produção de moradia. In: SANTANA, Joana Valente, HOLANDA, Prima Carolina Gomes; MOURA, Jedebaram do Socorro Farias de (org.). **A questão da habitação no município periurbanos na Amazônia**. Belém: Ed. UFPA, 2012.

PERES, Carlos; VIANNA, Thiago. **Gerson Peres: políticos notáveis**. Belém: Marques, 2017. (Coleção Perfis Parlamentares)

PINTO, Victor Carvalho. **Direito Urbanístico**, Plano diretor e direito de propriedade. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

POMPEU, José Danusio Pinto. **Evolução territorial e urbana do município de Cametá - Estado do Pará**. Cametá, PA: Editora, 2002. (Coleção Novo Tempo Cabano; 1)

PROJETO GESPAN. **Gestão Participativa de recursos naturais**. Informações básicas sobre treze municípios da região do baixo Tocantins, estado do Pará: Uma contribuição ao Planejamento Municipal. Belém, 2004.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O mandonismo local na vida política brasileira: da Colônia à Primeira República**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969. (Ensaio de Sociologia Política; 14)

RIBEIRO, Marlene. **Movimentos camponeses: trabalho e educação. Liberdade, autonomia, emancipação: princípios (fins da formação humana)**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SANTOS, Flodoaldo Moreira dos. **O porto de Cametá no espaço de circulação**. Cametá, PA: Lendoas, 2015.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. São Paulo: Uicitec, 1988.

_____. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2007.

SILVEIRA, Cid Moraes; SALES, Telma Bessa. A fábrica nas construções das memórias narrativas e imagens na construção de diálogo sobre o mundo do trabalho em Sobral – Ceará. **Revista Homem, Espaço e Tempo**, 1982.

SILVIO, Sílvia Teixeira da; ASSUNÇÃO, Marlene. **Chão de fé, chão de história, chão de amor, Igreja Católica do Município de Cametá**. Cametá, PA: Paróquia São João Batista, Cametá-PA; Ed. Prelazia de Cametá, 2015. p. 73-74.

SOUSA, Cleide Lima de. **Amazônia, para além da discussão entre campo e cidade: o município de Tapanã em foco**. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano) – Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano, Universidade da Amazônia, Belém, 2009.

SOUSA, Júnior Justino de. **Marx e a crítica da educação: da expansão liberal-democrática à crise regressiva- destrutiva do capital**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2010.

SOUSA, Marcio. **História da Amazônia**. Manaus: Valer, 2009.

SOUSA, Raimundo Valdomiro. **Campesinato na Amazônia: da subordinação à luta pelo poder**. Belém: NAEA, 2002.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. Da cidade na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, n. 51, p. 113-137, mar./set. 2008.

_____. **Mudanças e permanências face às transformações sub-regionais**: projeto de pesquisa vinculado a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFPA. Belém: UFPA, 2008.

_____. Diferenciação territorial e urbano diversidade: elementos para pensar uma agenda urbana em nível nacional. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 7, n. 12, p. 49-77, jul./dez. 2010.

_____. Cidades médias na Amazônia Oriental: das novas centralidades à fragmentação do território. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 2, p. 135, 2011.

_____. Cidades na floresta: “os grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. **Revista IEB**, n. 50, p. 13-138, set./mar. 2010 Disponível em: <http://www.ieb.usp.br/publicações/doc./rieb51-1349289647.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2013.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TUMOLO, Sérgio Paulo, Trabalho Ciência e reprodução do Capital. *In*. BERTODO, Edna; MOREIRA, Lemos; ACCIOY, JIMENEZ, Suzana (org.). **Trabalho e educação e formação humana frente à necessidade histórica da revolução**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

VICENTINE, Yara. **Cidade e história na Amazônia**. Curitiba: Ed. UFPR, 2004.

APÊNDICE

APÊNDICE A – DADOS COLETADOS DA PESQUISA PARA ANÁLISE

IDENTIFICAÇÃO DOS ATORES ENTREVISTADOS				
Nome	Idade	Profissão	Estado Civil	Escolaridade
Alberto Moya Mocbel	87 anos	Tabelião	Casado	Curso Primário
Anadia Farias Marquês	86 anos	Professora	Viúva	3º ano completo
Benedita Borges da Silva	79 anos	Lavradora	Casada	Não estuda
Fortunato de Lima Damasceno	59 anos	Professor	Solteiro	Graduação/ Especialização
José Haroldo Oliveira de Barros	48 anos	Historiador	Solteiro	Graduação/ Especialização
José Sebastião Farias Fiel	48 anos	Professor	Casado	Graduação/ Especialização
José Carlos Fiel de Lima	46 anos	Professor	Casado	Superior Completo
Martinho Bandeira	84 anos	Topógrafo	Casado	Curso Superior
Maria Nair Xavier Alves	67 anos	Doméstica	Casada	Magistério
Olga Costa Barreira Ares	84 anos	Roça, hoje aposentada	Viúva	Não estudou
Sebastião Pompeu Moraes	40 anos	Professor	Casado	Graduação/ Especialização

2. Questões bloco 2

A - Como você vê a ocupação de terras nos arredores da cidade de Cametá zona urbana período de 1980-2000.

B - Quais as práticas comuns para a obtenção de terras nas décadas de 1980 a 2000?

C - As terras ocupadas serviam para algumas atividades agrícolas de trabalho? Justifique sua resposta.

D - As terras ocupadas tinham objetivos para a construção de casas à população ou escolas? Justifique sua resposta.

3. Questão do bloco 3

A - Em sua opinião o que levou os sujeitos a manterem os cercamentos de terras na cidade de Cametá?

- B - Você conhece os procedimentos legais que levaram a ocupação de terras na cidade de Cametá, período de 1980 a 2000?
- C - Como você os cercamentos de terras nas mãos de poucas pessoas na cidade de Cametá?
- D - Em sua opinião o que o poder político deveria fazer com essas terras desocupadas?
- E - Como você vê a questão da moradia em Cametá?
- F - Em sua opinião como você vê a questão da terra na cidade de Cametá?
- G - Qual a sua opinião sobre as terras “desocupadas”?
- H - Como você vê a questão de trabalho em Cametá período-1980-2000?
- I - Trabalho quais expectativas de trabalho em Cametá período 1980-2000?

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA DE CAMPO BAIRRO NOVO CAMETÁ/PÁ

- 1- Qual origem e terras no Bairro Novo Cidade de Cametá/PA período 1980-2000?
- 2- Que fatores contribuíram para as pessoas ocuparem o Bairro Novo Cametá/PA período 1980-2000?
- 3- Quais as práticas comuns para obtenção de terras nas décadas de 1980-2000 no Bairro Novo Cametá/PA?
- 4- As terras eram ocupadas serviam para alguma atividade agrícola de trabalho no Bairro Novo Cametá/PA período 1980-2000?
- 5- Que atividade de trabalho eram realizadas nessas terras ocupadas no Bairro Novo Cametá/PA período 1980-2000?
- 6- Quais as expectativas de trabalho no Bairro Novo Cametá/PA período 1980-2000?
- 7- Como você via a questão de moradia na ocupação de terras no Bairro Novo Cametá/PA período 1980-2000?
- 8- As moradias eram dignas para os habitantes de ocupação de terras no Bairro Novo Cametá/PA período 1980-2000?
- 9- Qual a sua opinião sobre moradia no Bairro Novo Cametá/PA período 1980-2000?

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA DE CAMPO BAIRRO NOVA CAMETÁ/PA


- 1- Qual origem e terras no Bairro Nova Cametá Cidade de Cametá/PA período 1980-2000?
- 2- Que fatores contribuíram para as pessoas ocuparem o Bairro Nova Cametá Cametá/PA período 1980-2000?
- 3- Quais as práticas comuns para obtenção de terras nas décadas de 1980-2000 no Bairro Nova Cametá Cametá/PA?

- 4- As terras eram ocupadas serviam para alguma atividade agrícolas de trabalho no Bairro Nova Cametá Cametá/PA período 1980-2000?
- 5- Que atividade de trabalho eram realizadas nessas terras ocupadas no Bairro Nova Cametá Cametá/PA período 1980-2000?
- 6- Quais as expectativas de trabalho no Bairro Nova Cametá Cametá/Pá período 1980-2000?
- 7- Como você via a questão de moradia na ocupação de terras no Bairro Nova Cametá Cametá/PA período 1980-2000?
- 8- As moradias eram dignas para os habitantes de ocupação de terras no Bairro Nova Cametá Cametá/PA período 1980-2000?
- 9- Qual a sua opinião sobre moradia no Bairro Nova Cametá Cametá/PA período 1980-2000?

RELAÇÕES DE LIVROS DE REGISTRO EM CARTORIO CAMETÁ

Livro- 1970	Livro- 1977	Livro- 1984
Livro- 1971	Livro- 1978	Livro- 1985
Livro-1972	Livro- 1979	Livro- 1986
Livro- 1973	Livro- 1980	Livro- 1987
Livro- 1974	Livro- 1981	Livro- 1988
Livro- 1975	Livro- 1982	Livro- 1989
Livro- 1976	Livro- 1983	Livro- 1990

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS-CAMETÁ

Termo de consentimento livre e esclarecido

Eu, _____, declaro ter concordado em participar de forma livre e espontânea, como sujeito informante na pesquisa “Nos arredores da cidade de Cametá (décadas de 1980-2000) um estudo da ocupação de terras, trabalho e formas de moradia, no município de Cametá zona urbana, Estado do Pará sob a responsabilidade de Dercio Coelho Pinto, portados do RG: 2772825 e do CPF: 491.146.972-201, discente do Mestrado em Educação e cultura, da linha de pesquisa Educação Básica, Tecnologia, Trabalho e Movimentos sociais na Amazônia.

Declaro ter esclarecimento dos objetivos e do procedimento metodológico empregado na pesquisa (materialismo histórico dialético), tendo conhecimento do comprometimento ético e social que a pesquisa científica elucida. Assim como tenho clareza de que informações que forneço como contribuição a este estudo, não apresentam riscos à integridade física ou moral de nenhuma pessoa.

Sendo assim, tenho clareza da liberdade ao direito de consentimento e de retirada de minha participação na pesquisa independente do período ou motivo e sem nenhum prejuízo à minha pessoa, como também sou ciente que não terei nenhuma despesa, bem como não receberei remuneração pelas informações prestadas.

Assim, finalizo este termo de participação na pesquisa, como sujeito informante e afirmando que concordo com a forma e conteúdo contido na presente redação que ficará redigida em duas cópias: uma para o sujeito informante e a outra para o pesquisador.


Cametá _____/PA _____ de _____ 2018.

Assinatura do Participante: _____

CPF: _____

Assinatura do pesquisador: _____

APÊNDICE C – SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES CARTÓRIO COHEN/CAMETÁ


 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
 CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS/CAMETÁ
 COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CULTURA - PPGEDUC

Ofício nº 022 Cametá, 18 de abril de 2018.

Da: Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura do Campus
 Universitário do Tocantins-Cametá.

Para: DR. JOSÉ MATIAS SANTANA DIAS

MD: _____


Assunto: Solicitação de Informações Cartório COHEN/Cametá.

Dr. Dêrcio Coelho Pinto
 DEPENDO O PEDIDO
 COMUNIQUE SE AO OFÍCIO
 DO CARTÓRIO CENTRAL - SE.
 Cametá - TOC
 José Matias Santana Dias
 Juiz de Direito

Tendo em vista a pesquisa de mestrado do discente Dêrcio Coelho Pinto intitulada:
**"NOS ARREDORES DA CIDADE DE CAMETÁ (DÉCADAS 1980-2000) UM ESTUDO DA
 OCUPAÇÃO DE TERRAS, TRABALHO E FORMAS DE MORADIA"**, estamos precisando de
 uma autorização do Fórum Municipal de Cametá, para que o Cartório COHÉM forneça as
 informações necessárias para a pesquisa do discente.

Atenciosamente,


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 FÓRUM DES. MANOEL CA
 RECEBIDO
 EM: 18, 04 / 2018
 HORA: 12:21
 CARTÓRIO DE DISTRIBUIÇÃO


Prof. Dra. Gliclene Dias da Costa
 Coordenadora de Curso de Especialização
 em Educação e Cultura, Coordenadora
 Instituto P. LBY, de 71 de Setembro de 2014 - CONHECEAM
 Portaria nº 3.964/2014 - AET/2014

Trav. Padre Antônio Franco, 2617 - Matão
 Cametá - Pará - CEP: 68420-000 - Fone: 3781-1182/1258, Ramal: 341
 site: www.ppgeducacao.ufpa.br/ppgeduc e-mail: ppgeduc@ufpa.br

ANEXOS

ANEXO A – OFÍCIO N.º 045/2018 - GJ



*Encaminhado
via email.*

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE CAMETÁ
FÓRUM DES. MANOEL CACELLA ALVES
GABINETE DA 2ª VARA CUMULATIVA

Ofício n.º 045/2018 - GJ. Cametá/PA, 26 de abril de 2018.

Ilustríssimo Senhor
LUIZ WALDEMIR RIBEIRO RODRIGUES
Cartório do 1º Ofício Extrajudicial
Cametá-PA

Senhor Escrevente,

De ordem do Dr. **JOSÉ MATIAS SANTANA DIAS**, MM. Juiz de Direito Titular da 2ª Vara desta Comarca, encaminho a Vossa Senhoria o Ofício nº 022, para conhecimento e cumprimento.

Atenciosamente,

Marcia Carneiro Wanzeler
Assessora da 2ª Vara de Cametá
Matricula: 160393

End.: Rua Trilha da Juventude, s/nº – Bairro: Centro
CEP.: 68.400-000 – Fone/Fax: (0**91) 3781-1744
Cametá – Pará – Brasil